

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Wander Marques Vieira

**A REPRESENTAÇÃO DA IMPRENSA SOBRE O DESASTRE COM OS AVIÕES
LEGACY E BOEING - Uma visão crítica sob a perspectiva da Gramática
Sistêmico-Funcional**

DOUTORADO EM LINGUÍSTICA APLICADA E ESTUDOS DA LINGUAGEM

São Paulo

2015

Wander Marques Vieira

**A REPRESENTAÇÃO DA IMPRENSA SOBRE O DESASTRE COM OS AVIÕES
LEGACY E BOEING - Uma visão crítica sob a perspectiva da Gramática
Sistêmico-Funcional**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem.

Orientadora: Dra. Sumiko Nishitani Ikeda.

São Paulo
2015

Wander Marques Vieira

**A REPRESENTAÇÃO DA IMPRENSA SOBRE O DESASTRE COM OS AVIÕES
LEGACY E BOEING - Uma visão crítica sob a perspectiva da Gramática
Sistêmico-Funcional**

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Sumiko Nishitani Ikeda - Orientadora

São Paulo, ____ de _____ de 2015.

À minha esposa, Eunir
Aos meus pais, Elvira e Wanderley

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Sumiko Nishitani Ikeda, orientadora, que não apenas ensinou-me sobre a ciência chamada Linguística, mas também acompanhou e estimulou-me no desenvolvimento desta pesquisa.

À Professora Doutora Sonia Regina Longhi Ninomiya, integrante da Banca de Qualificação, que instruiu-me com sugestões importantes para a conclusão do trabalho.

À Professora Doutora Leiko Matsubara Morales, que contribuiu com sua participação integrando a Banca de Defesa.

Ao Professor Doutor Mario Augusto de Sousa Fontes, por ter prontamente aceito compor esta Banca e colaborado para a realização desta pesquisa.

À Professora Doutora Maximina Maria Freire, por ter participado e cooperado para que esta pesquisa chegasse ao fim.

Aos meus Mestres do Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, da PUC - SP, que me assistiram ao longo dos anos.

Às funcionárias do LAEL, Maria Lúcia e Márcia - sempre prestimosas.

Aos colegas de sala, por todos os momentos deixados indelevelmente em mim.

À Capes, pela bolsa concedida.

A Deus, Senhor de tudo, que tornou possível e materializou a realização deste trabalho.

“Language is the dress of thought; every
time you open your mouth, your
mind is on parade”.

Autor anônimo

RESUMO

Esta pesquisa examina o gênero Reportagem de Jornal no que se refere aos processos de Representação de um evento - o acidente aéreo, ocorrido em 29/09/06, envolvendo um *Legacy*, jato executivo da ExcelAire, uma empresa americana, e um *Boeing*, da Gol Linhas Aéreas Inteligentes, uma empresa brasileira - investigando as relações entre certas escolhas léxico-gramaticais e as relações de ideologia e poder a elas subjacentes. No exame da persuasão que ocorre em duas reportagens: uma publicada em jornal brasileiro e outra, em jornal americano, examino a noção de Legitimidade, que caracteriza a Argumentação desenvolvida nas reportagens. A análise apoia-se na distinção feita pela chamada “Consciência da Audiência por parte do Escritor”, entre os componentes Interativo e Interacional, envolvidos na função interpessoal. Com referência ao componente Interativo, examino não só a estrutura do gênero Reportagem de Jornal - seus estágios e finalidades - com base em propostas sobre a estrutura da Argumentação, mas também os Modos Textuais que o constroem. Quanto ao componente Interacional, que envolve a Avaliatividade explícita e implícita e a Modalidade, examino as relações de Intertextualidade e de Intersubjetividade, promovidas pelas Vozes e o Alinhamento que percorrem o texto. Metodologicamente, esses recursos serão examinados à luz da Linguística Crítica, com o apoio da Gramática Sistêmico-Funcional, para mostrar que as interpretações dadas pelos dois jornais são construídas por escolhas específicas no micronível das orações, refletindo a atribuição de ideologia específica a membros interiores ou exteriores ao “grupo”, no macronível subjacente. Para tanto, a análise deve responder às seguintes perguntas: (a) Como o acidente envolvendo o *Legacy* e o *Boeing* é representado por cada um dos jornais? (b) Que papel exercem os componentes Interativo e Interacional nessa Representação? (c) Qual é a contribuição da Gramática Sistêmico-Funcional para o exame feito em (a) e (b)? Os resultados mostram que, ainda que o gênero Reportagem de Jornal procure primar-se pela imparcialidade, a língua, sendo um meio de refração e estruturação de significados, além de se considerar que as instituições jornalísticas situam-se social, econômica e politicamente, fica patente que o elemento ideológico entra em jogo, e a imparcialidade dá lugar à parcialidade expressa por meio das estratégias retóricas.

Palavras-chave: *Legacy* vs. *Boeing*. Representação no discurso. Persuasão. Gramática Sistêmico-Funcional. Avaliatividade. Linguística Crítica.

ABSTRACT

This research analyzes the Newspaper Report genre in reference to the Representation processes of an event - the air crash which involved a *Legacy*, an executive jet belonging to an American charter company, and a *Boeing*, from a Brazilian airline, on September 29, 2006 - investigating the existing relations between some lexical-grammatical choices and the underlying ideology and power involved. Two reports published in leading Brazilian and American newspapers are analyzed for the Legitimacy which characterizes the Argumentation found in the reports. The analysis is based on the distinction called “Writer’s Consciousness of the Audience”, between the Interactive and Interactional components involved in the interpersonal function. According to the Interactive components, this research aims to analyze not only the Report genre structure - its stages and finalities - based on proposals on the structure of Argumentation, but also the Textual Modes which build it. As for the Interactional components, which comprise Appraisal and Modality, this research wants to examine the Intertextual and Intersubjective relations prompted by the Voices and the Alignment existing in the text. Methodologically, these resources are examined in the light of the Critical Linguistics with the support of Systemic-Functional Grammar to show that the interpretations given by the two newspapers are constructed by specific choices on the microlevel of clauses reflecting the attribution of specific ideology from interior or exterior members of a “group” on the underlying macrolevel. In so being, this research seeks to answer the following questions: a) How the *Legacy-Boeing* air crash is represented by either newspapers? b) What role do the Interactive and Interactional components exert on the Representation? c) What is the contribution of Systemic-Functional Grammar to the research conducted?

Keywords: *Legacy vs. Boeing*. Discourse Representation. Persuasion. Systemic-Functional Grammar. Appraisal. Critical Linguistics.

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 - Processo Relacional Identificador - Característica e Valor..... | 27 |
| Quadro 2 - Dizente, Verbiagem e Receptor nos Processos Verbais | 28 |
| Quadro 3 - Dizente, Alvo e Receptor nos Processos Verbais | 28 |
| Quadro 4 - Processo Verbal e Projeção | 29 |
| Quadro 6 - Processo Existencial | 30 |
| Quadro 7 - Diferentes Formas de Representar o Mesmo Estado da Arte | 32 |
| Quadro 8 - Metafunção Interpessoal | 34 |
| Quadro 9 - Sujeito na Perspectiva Sistêmico-Funcional..... | 36 |
| Quadro 10- Fatores Criteriais de Noticiabilidade | 41 |
| Quadro 11- Movimentos Dialógicos do Modelo de Toulmin | 46 |
| Quadro 12- Modos Textuais | 51 |
| Quadro 13- Sistema e Subsistemas da Avaliatividade | 55 |
| Quadro 14- Avaliatividade Inscrita - Evocada - Implícita Provocada | 56 |
| Quadro 15- Modalidade | 56 |
| Quadro 16- Metafunção Interpessoal: Análise..... | 57 |
| Quadro 17- Dimensões Avaliativas - Atributos Avaliativos de Proposições e Propostas | 58 |
| Quadro 18- Função Interpessoal | 59 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ADC - Análise do Discurso Crítica
- CAE - Consciência da Audiência por parte do Escritor
- DP - Dialética-Pragmática
- EAPs - Ensaio Argumentativo/Persuasivo
- OESP - *O Estado de São Paulo*
- GSF - Gramática Sistêmico-Funcional
- NYT - *The New York Times*
- TCAS - Traffic Collision Alert System (Sistema Anticolisão de Tráfego)
- TR - Texto de Reportagem
- VN - Valor Notícia

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 1 |
| 1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA | 5 |
| 1.1 A Representação no Discurso | 5 |
| 1.1.1 A Legitimação no Discurso..... | 7 |
| 1.1.1.1 Vozes..... | 10 |
| 1.2 A Intertextualidade | 12 |
| 1.3 A Intersubjetividade | 13 |
| 1.4 O Alinhamento (Footing) | 15 |
| 1.5 A Argumentação: A Dialética-Pragmática | 17 |
| 1.6 A Gramática Sistêmico-Funcional | 21 |
| 1.6.1 A Metafunção Ideacional | 22 |
| 1.6.1.1 <i>Processos Materiais</i> | 23 |
| 1.6.1.2 <i>Processos Mentais</i> | 24 |
| 1.6.1.3 <i>Processos Relacionais</i> | 26 |
| 1.6.1.4 <i>Processos Verbais</i> | 28 |
| 1.6.1.5 <i>Processos Comportamentais</i> | 29 |
| 1.6.1.6 <i>Processos Existenciais</i> | 30 |
| 1.6.1.7 <i>Circunstâncias</i> | 30 |
| 1.6.1.8 <i>A Metáfora de Processo</i> | 31 |
| 1.6.2 A Metafunção Interpessoal | 33 |
| 1.6.3 A Metafunção Textual | 35 |
| 1.7 A Proposta de Li | 37 |
| 1.8 A Linguística Crítica | 39 |
| 1.9 A proposta de Lee | 41 |
| 1.9.1 O Componente Interativo..... | 42 |
| 1.9.1.1 <i>O Gênero e os Estágios de uma Argumentação</i> | 44 |
| 1.9.1.2 <i>Os Modos Textuais</i> | 50 |
| 1.9.2 O Componente Interacional | 52 |
| 1.9.2.1 <i>A Avaliatividade</i> | 52 |
| 1.9.2.2 <i>A Modalidade</i> | 56 |
| 1.9.2.3 <i>A Realização Prosódica da Avaliatividade</i> | 60 |

| | | |
|------------|--|------------|
| 2 | METODOLOGIA..... | 62 |
| 2.1 | Dados..... | 62 |
| 2.2 | Procedimentos de Análise..... | 63 |
| 3 | ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS..... | 66 |
| 3.1 | Análise "Legacy voava na rota reservada pela torre para o Boeing da Gol"..... | 66 |
| 3.1.1 | Análise Interativa: O Gênero e a Teoria da Argumentação..... | 67 |
| 3.1.1.1 | <i>Discussão Geral: O Gênero e a Teoria da Argumentação.....</i> | 71 |
| 3.1.2 | Análise Interativa: Os Modos Textuais..... | 72 |
| 3.1.2.1 | <i>Discussão Geral: Os Modos Textuais.....</i> | 75 |
| 3.1.3 | Análise Interacional: A Avaliatividade e a Modalidade e Demais Recursos Persuasivos..... | 76 |
| 3.1.3.1 | <i>Discussão Geral: A Avaliatividade e a Modalidade e Demais Recursos Persuasivos.....</i> | 81 |
| 3.2 | Análise de "Flight recorder is said to back american pilots in Brazil crash"..... | 82 |
| 3.2.1 | Análise Interativa: O Gênero e a Teoria da Argumentação..... | 83 |
| 3.2.1.1 | <i>Discussão Geral: O Gênero e a Teoria da Argumentação.....</i> | 87 |
| 3.2.2 | Análise Interativa: Os Modos Textuais..... | 88 |
| 3.2.2.1 | <i>Discussão Geral: Os Modos Textuais.....</i> | 92 |
| 3.2.3 | Análise Interacional: A Avaliatividade e a Modalidade e Demais Recursos Persuasivos..... | 92 |
| 3.2.3.1 | <i>Discussão Geral: A Avaliatividade e a Modalidade e Demais Recursos Persuasivos.....</i> | 97 |
| 3.3 | Discussão Comparativa..... | 98 |
| 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 100 |
| | REFERÊNCIAS..... | 101 |

A REPRESENTAÇÃO DA IMPRENSA SOBRE O DESASTRE COM OS AVIÕES LEGACY E BOEING - Uma visão crítica sob a perspectiva da Gramática Sistêmico-Funcional

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa examina o gênero Reportagem de Jornal no que se refere aos processos de Representação de um evento - o acidente aéreo, ocorrido em 29/09/06, envolvendo o *Legacy*, americano, e o *Boeing*, brasileiro - investigando as relações entre certas escolhas léxico-gramaticais e as relações de ideologia e poder a elas subjacentes. Enfoco, assim, a Argumentação que ambas as partes apresentam na tentativa de persuadir a opinião pública, tendo em vista a construção de defesa em relação à culpabilidade do desastre, e tento mostrar que ela é construída por escolhas específicas no micronível das orações, refletindo a atribuição de ideologia específica a membros interiores ou exteriores ao 'grupo' (brasileiro ou americano), no macronível subjacente (LI, 2010).

Com referência à questão da Representação no discurso, Chang e Mehan (2006) mostram que certas Representações de um evento atribuem significados específicos a esse evento. Assim, a política da Representação responde pela produção de situações em que significados ambíguos são destilados para fazer prevalecer um deles (MEHAN; SKELLY 1988; MEHAN; NATHANSON; SKELLY, 1990; MEHAN, [1993] 2000; MEHAN; ROBERTS, 2001 apud CHANG; MEHAN, 2006), de um ponto de vista ideológico específico (FOWLER, 1991, p. 67), tendo como meta a persuasão do interlocutor.

No contexto da persuasão, as reportagens constituem um tipo de gênero, fato que é ressaltado por Vigner (1988). Para o autor, o reconhecimento do tipo de gênero permite regular a leitura sobre um sistema de expectativa, inscrevendo-a numa trajetória previsível, para assegurar a compreensão do interlocutor (como é o caso, por exemplo, de uma fábula em que os ratos conversam entre si). A referida previsibilidade depende de relações intertextuais e intersubjetivas, que levam em conta o enquadre (*frame*) - estruturas mentais de conhecimento - e concorrem para atribuir coerência ao texto, fator importante no processo persuasivo do interlocutor.

A propósito, a persuasão na escrita de textos argumentativos exige que seu produtor vá ao encontro das expectativas da audiência em termos não só da apresentação, mas também da troca de informação, interagindo com a audiência por meio de escolhas léxico-gramaticais cuidadosas, ao mesmo tempo em que expõe o conteúdo da mensagem. Isto quer dizer que parte do que torna coerente uma escrita está fora do texto, mas presente nos processos interpretativos dos leitores. A dimensão interpessoal em textos bem escritos pode, assim, ser vista como a relação entre as funções Interativa e Interacional (LEE, 2008; THOMPSON; THETELA, 1995). A finalidade dessa relação é não só ajudar o leitor a entender o texto de conformidade com a intenção do escritor, mas também dar condições ao escritor para melhor expressar sua mensagem e convencer o leitor.

Nesse contexto, Hunston (1993) trata de um aspecto importante da ideologia - o sistema de valores - que, segundo ela, pode ser descrito linguisticamente em termos de avaliação presente nos textos. A autora, estudando artigos de pesquisa, afirma que uma das principais funções desse gênero é a persuasão do leitor sobre a validade das afirmações ali contidas, na medida em que o trabalho do pesquisador está sendo constantemente avaliado. Hunston e Thompson (2000) também afirmam que "a expressão da atitude não é, como se costuma dizer, simplesmente uma questão pessoal - o falante "comentando" sobre o mundo -, mas uma questão interpessoal em que a razão básica para adiantar uma opinião é eliciar a resposta solidária do endereçado" (HUNSTON; THOMPSON, 2000, p. 143, grifo dos autores).

A avaliação pode ser definida como qualquer coisa que indique a atitude do escritor em relação ao valor de uma entidade no texto ou mesmo em relação ao interlocutor. Em muitos gêneros, essa avaliação é articulada em termos de julgamento pessoal, mas pode não ser pessoal, e ser social ou institucional; além disso, a avaliação dos itens em relação àquele sistema pode ser expressa em termos metafóricos (HALLIDAY, 1985, p. 332) e de maneira implícita. (HUNSTON, 1993, p. 57-73)

Na Gramática Sistêmico-Funcional, a avaliação é estudada sob a denominação de Avaliatividade.

Por outro lado, é hoje aceito que arguir é mais do que meramente "fazer lógica" (OSWALD, 2007, p.1), e que uma sólida teoria da Argumentação é a que trata não somente da questão da estrutura conceitual de argumentos, mas também a que trata do uso argumentativo da linguagem (OSWALD, 2007). O desenvolvimento da Pragmática leva historicamente a concepções de comunicação

que forneceram respostas a questões para as quais as abordagens da lógica formal não haviam sido felizes. Assim, a Dialética-Pragmática (Pragma-Dialectics), de van Eemeren e Grootendorst (1984, 1992, 1996, 2004) é provavelmente um dos paradigmas mais influentes nos estudos da Argumentação, que integra intravisiões pragmáticas e dialéticas.

Nesse contexto, no exame da persuasão nas reportagens sobre o Legacy e o Boeing estará presente o que Lee (2008) chama de “Consciência da Audiência por parte do Escritor” (CAE), responsável pelo efeito bem-sucedido de construções textuais, segundo a autora. Essa noção tem sido enfatizada por muitos estudiosos envolvidos na escrita acadêmica (KIRSCH; ROEN, 1990; BURGESS, 2002; SWALES; FEAK, 2004; CASANAVE, 2004; PALTRIDGE 2004, apud LEE, 2008), que julgo poder estender para as reportagens.

No enquadre de Lee, três são os principais recursos interpessoais: o Interativo, o Interacional e o InterPESSOAL. Os recursos Interativos relacionam-se ao modo como a informação é apresentada (Abordagem Orientada para a Informação), referindo-se aos componentes estruturais de uma Argumentação. Já os dois recursos interpessoais - o Interacional e o InterPESSOAL - relacionam-se ao modo como a informação é negociada (Abordagem Orientada para a Função). O recurso Interacional, para Lee, trata da Modalidade, em especial, o comando, enquanto o termo interPESSOAL é reservado para a Avaliatividade.

A minha análise das referidas reportagens adotará, com algumas modificações e inclusões, o seguinte procedimento, examinando em (a) o componente Interativo: a estrutura de Gênero, os Modos Textuais que o constituem e os estágios da Argumentação); e em (b) o componente Interacional: a Avaliatividade e a Modalidade.

Esta pesquisa examina o gênero Reportagem de Jornal no que se refere aos processos de Representação de um evento - o acidente aéreo, ocorrido em 29/09/06, envolvendo um Legacy, jato executivo de uma empresa americana, e um Boeing, da Gol brasileira - investigando as relações entre certas escolhas léxico-gramaticais e as relações de ideologia e poder a elas subjacentes. Para tanto, a análise deve responder às seguintes perguntas: (a) Como o acidente envolvendo o Legacy e o Boeing é representado por cada um dos jornais? (b) Que papel exercem

os componentes Interativo e Interacional nessa Representação? (c) Qual é a contribuição da Gramática Sistêmico-Funcional para o exame feito em (a) e (b)?

Metodologicamente, as reportagens são examinadas à luz da Linguística Crítica (FOWLER, 1991), com o apoio da Gramática Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 1994; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), para mostrar que as Representações produzidas pelos dois jornais são construídas por escolhas específicas no micronível das orações, refletindo a atribuição de ideologia específica a membros interiores ou exteriores ao “grupo”, no macronível subjacente (LI, 2010). No exame das reportagens, a Gramática Sistêmico-Funcional será apoiada por teorias que aumentam seu poder analítico, bem como por outras, que, em especial, enfocam a questão da persuasão.

Esta tese está assim constituída:

- **Introdução**, em que exponho o objetivo da tese referente ao exame da persuasão que percorre duas reportagens, uma brasileira e outra, americana, tratando do acidente aéreo envolvendo o *Legacy*, americano, e o *Boeing*, brasileiro.
- Capítulo 1, **Fundamentação Teórica**, em que apresento as teorias que embasam a análise da persuasão no gênero Reportagem de Jornal, tratando das seguintes noções: a Representação no discurso; a Legitimização; as Vozes, a Intertextualidade; a Intersubjetividade; a Dialética-Pragmática; a “Consciência da Audiência por parte do Escritor”, o gênero Reportagem de Jornal; e, finalmente, o modelo teórico-metodológico da Gramática Sistêmico-Funcional (GSF), que envolve tanto a Linguística Crítica, quanto a Avaliatividade, e propõe a relação entre a micro e a macroestrutura do texto.
- Capítulo 2, **Metodologia**, em que apresento dados sobre as duas reportagens referentes ao desastre que envolveu as aeronaves, e delinheiro os procedimentos de análise, com base na Gramática Sistêmico-Funcional, em especial.
- Capítulo 3, **Análise e Discussão dos Resultados**. Capítulo 4, apresento as **Considerações Finais**. Feito o trabalho, finalizo com as **Referências** que serviram de base para a análise das reportagens.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Início o capítulo teórico desta tese, apresentando as teorias que embasam a análise da persuasão no gênero Reportagem de Jornal, tratando das seguintes noções: a Representação no discurso, envolvendo a Legitimização, as Vozes, a Intertextualidade, a Intersubjetividade e o Alinhamento, que são, a meu ver, incluídos na noção mais recente de “fazer lógica”, a Dialética-Pragmática. Para o exame dessas noções, adoto a distinção feita pela “Consciência da Audiência por parte do Escritor”, que distingue entre os componentes: Interativo (em que enfoco o gênero Reportagem de Jornal e os Modos Textuais, que o constituem); e Interacional (em que enfoco a Avaliatividade e a Modalidade). Finalmente, apresento o modelo teórico-metodológico da Gramática Sistêmico-Funcional, que envolve a Linguística Crítica, e propõe a relação entre a micro e a macroestrutura do texto.

1.1 A Representação no Discurso

A Representação política, dizem Chang e Mehan (2006), é uma competição que acontece entre indivíduos, agentes institucionais (aqueles que falam em nome de uma organização ou instituição) ou grupos sobre o significado de eventos, objetos e situações ambíguas do mundo (HOLQUIST, 1983; SHAPIRO, 1988; NATHANSON 1988; MEHAN; WILLIS, 1988, apud CHANG; MEHAN, 2006). Há sempre muitas maneiras possíveis de representar um evento ou uma situação, mas uma Representação específica dá a eventos, objetos e situações ambíguas um significado específico. Dando uma bofetada em uma pessoa, por exemplo, é um ato tangível, mas chamar o ato de 'defesa' ou 'agressão' atribui-lhe um significado específico. A Representação política produz uma situação em que muitos significados ambíguos são afunilados em um, em que um único significado estável prevalece (MEHAN; SKELLY, 1988; MEHAN; NATHANSON; SKELLY, 1990; MEHAN [1993] 2000); MEHAN; ROBERTS, 2001, apud CHANG; MEHAN, 2006). Assim, após um processo de competição discursiva, 'ataque agressivo' (ou 'tentativa de assassinato') pode tornar-se uma definição dominante para 'dar uma bofetada', inscrevendo no discurso institucional do momento, na memória coletiva das pessoas, nos livros-texto de história ou em registros legais.

Chang e Mehan (2006) mostram que a institucionalização na mídia de massa americana de rótulos já aceitos de entidades, eventos e situações históricas e políticas - tais como 'interesse nacional', 'interesse especial', 'defesa', 'terrorismo' e 'processo de paz' - constituem uma forma de propaganda (CHOMSKY, 2002, p. 37-69, apud CHANG; MEHAN, 2006), mas podem ser analisadas efetivamente como exemplos de Representação política. Isto é, para as propagandas serem publicamente legitimadas, nem sempre é suficiente compará-las com seu oposto: chamar um ataque de defesa, um regime ditatorial de democracia, terroristas de lutadores pela liberdade, e assim por diante. Sobre assuntos que não recebem muita atenção do público, a simples linguagem orweliana dos jogos pode ser suficiente para manipular as massas.

Os autores tratam da Representação no discurso político, mas, em termos gerais, creio que se pode aproveitar sua proposta para a Representação em outros tipos de gênero. Para os autores, quando se trata de itens políticos controvertidos, os participantes do discurso político público - em especial aqueles de sociedades democráticas - engajam-se inevitavelmente em competições discursivas para tornar dominantes alguns conjuntos de significados sobre outros. E, se a história é um guia, os vitoriosos na política de Representação constroem suas reivindicações sobre um corpo coerente de conhecimento, que se alinha como conhecimento prévio do público.

A história mostra que oficiais políticos com frequência procuram ativamente convencer o povo sobre um determinado significado referente a certos eventos para conseguir legitimidade e poder. Por meio de entrevistas, falas políticas ou debates parlamentares na mídia, os oficiais políticos realizam vários atos de fala de "legitimização" e de "deslegitimização" (CHILTON; SCHAFFNER, 1997, p. 213; CHILTON, 2004, p. 110-134, apud CHANG; MEHAN, 2006) para maximizar a legitimidade e conseguir o poder político, incluindo apelo a presumidos valores morais superiores por trás de suas ações, raciocinando com o público, usando pesquisa empírica e evidência, ou, em alguns casos, apelando para interesses da maioria dos eleitores à custa da riqueza de minorias (VAN DIJK, 1980; MEHAN et al., 1990; MEHAN, 1997). Em todas as instâncias, eles lutam para controlar as Representações e assim limitar a expressão de certos modos conhecidos de eventos e situações políticas.

1.1.1 A Legitimização no Discurso

O processo da Representação no discurso recorre à **Legitimização**¹ para sua justificação, afirmam Chang e Mehan (2006). Do latim *legitimus* (legal), a palavra relaciona-se com *lex/legis* (acordo). Legitimização significa tornar algo legal ou legalizado, e atua por meio de argumentos que explicam ações, ideias, pensamentos e declarações sociais. A força persuasiva desses argumentos apoia-se em associações que o falante traz para o discurso, graças aos enquadres mentais (*frames*) - conjuntos de informações aceitos culturalmente, e que acompanham qualquer termo lexical - com o efeito de fazer o ouvinte aceitar, ou negar, o posicionamento atitudinal do falante ao avaliar pessoas, ações e eventos (LUCHJENBROERS; ALDRIDGE, 2007).

Nesse contexto, Reyes (2011) trata da Legitimização no enquadre interdisciplinar ancorado na Análise do Discurso Crítica e usando os instrumentos da Gramática Sistêmico-Funcional. Ele explica os modos linguísticos específicos pelos quais a língua representa um instrumento de controle (BOURDIEU, 2001, apud REYES, 2011) no discurso e na sociedade, e propõe algumas estratégias de Legitimização, que justificam as práticas sociais por meio de: (i) *emoções* (em particular, o medo), (ii) o *futuro hipotético*, (iii) a *racionalidade hipotética*, (iv) *vozes de especialistas* e (v) *altruísmo*. Pode-se notar que essas estratégias são a base de qualquer discurso persuasivo, diz o autor. No caso do discurso religioso, em comparação ao político, a meta é diferente, mas a estrutura argumentativa é bastante semelhante.

(i) A Legitimização por meio de emoções - O apelo às emoções permite aos atores sociais enviesar a opinião de seu interlocutor ou audiência sobre um determinado assunto. A Representação negativa de atores sociais e a atribuição de qualidades negativas a personalidades ou suas ações permitem aos falantes criar dois lados de uma história/evento, em que o falante e a audiência estão no “grupo-nós” e os atores sociais descritos negativamente constituem o “grupo-eles”. Os políticos efetivam isso linguisticamente por meio de 'estratégias construtivas', isto é, “enunciados que constituem um grupo 'nós' e um grupo 'eles'”

¹ Em oposição à “Legitimação”.

por meio de atos específicos de referência (VAN LEEUWEN; WODAK, 1999, p. 2, apud REYES, 2011).

- (ii) **A Legitimização por meio de futuro hipotético** - Colocar uma ameaça no futuro que requeira uma ação iminente no presente é outra estratégia expressa no discurso político (DUNMIRE, 2007, apud REYES, 2011). Os atores políticos exercem seu poder falando do futuro com o emprego de escolhas e estruturas linguísticas específicas, tais como sentenças condicionais do tipo: *Se você fosse* (prótase) → *eu iria* [apódose], ou *Se você for* [prótase] → *eu irei* [apódose], a ordem da prótase e da apódose sendo intercambiáveis como em: *este perigo só crescerá se ...a Al-Qaeda puder operar com impunidade* (OBAMA, dezembro de 2009).
- (iii) **A Legitimização por meio de racionalidade hipotética** - A Legitimização é colocada em prática quando atores políticos apresentam o processo da Legitimização como um processo em que as decisões tenham sido feitas após um procedimento considerado, avaliado e pensado. Van Leeuwen refere-se a essa racionalização como “Racionalização Teórica” (VAN LEEUWEN, 2007, apud REYES, 2011). A racionalização precisa ser entendida como um *modus operandi* definida e formatada por e a partir de uma sociedade específica. Nesse sentido, ela pode ser considerada “racional” por consultar outras fontes e explorar todas as opções antes de fazer a decisão. Além de fontes confiáveis, os atores sociais podem apresentar indicadores de precisão e exatidão tais como os números (VAN DIJK, 1988, p. 84, apud REYES, 2011).
- (iv) **A Legitimização por meio de vozes de experts** - As vozes de *experts* são colocadas no discurso para mostrar à audiência que especialistas em determinados campos estão apoiando as propostas apresentadas com suas sábias declarações. Esse tipo de Legitimização refere-se à “autorização” (VAN LEEUWEN, 2007) que o falante traz para o contexto imediato da fala corrente para fortalecer sua posição. A autorização é também expressa pelo fato de os políticos aparecerem como fontes de autoridade, apresentando a informação em contexto formal, produzindo um discurso oficial e institucional (MARTIN ROJO; VAN DIJK, 1997, p. 530).

(v) **A Legitimação por meio do altruísmo** - Os falantes públicos, em particular, e atores sociais, em geral, garantem que suas propostas não representam interesses pessoais. Eles se apresentam, por exemplo, como estando a serviço dos eleitores, e assim legitimizam as propostas como um bem comum que melhorarão as condições de uma comunidade. 'Ações e políticas institucionais são tipicamente descritas como benéficas para o grupo ou para a sociedade como um todo' (MARTIN ROJO; VAN DIJK, 1997, p. 528). Essa sociedade inclui a comunidade do político e da audiência, ou pode referir-se a uma sociedade remota que o falante apresenta como necessitando de “nossa” ajuda. A Legitimação responde pelo bem-estar de outras pessoas e é relacionada à ideia de altruísmo. Essa estratégia é de alguma forma relacionada ao tipo de “avaliação moral” (VAN LEEUWEN, 2007) no sentido de que ela se refere a um sistema de valores. Essa Legitimação é em geral apresentada como parte do que Lakoff considera como o roteiro de uma história, mais especificamente “O Conto de Fadas de uma Guerra Justa” (LAKOFF, 1991), em que há um vilão, uma vítima e um herói.

As cinco estratégias de Legitimação apresentadas acima são efetivas porque compartilhamos, como uma sociedade, certos valores e visões de mundo. Reyes (2011) considera estudos retóricos para entender a construção do significado por meio da variável tempo (HART; SPARROW, 2001; HART *et al.*, 2005, apud REYES, 2011). Ao longo dessas linhas, a "memória coletiva" explica como um instrumento carrega significados através de gerações, pela observação da retórica do presente e do passado (HART *et al.*, 2005, apud REYES, 2011). Outros autores referem-se a essa construção de significado simplesmente como "crenças compartilhadas" (BEASLEY, 2004, apud REYES, 2011). O significado das palavras é formatado e reformatado aparecendo em conexão a diferentes tempos e contextos, a tal ponto que algumas palavras tornam-se, por exemplo, parte de um léxico desaprovado (HART, 1997, p. 159, apud REYES, 2011) e, assim, saturado emocionalmente: "Vozes globais e locais são envolvidas em contínuos intercâmbios e negociações" (HERMANS; DIMAGGIO, 2007, p. 31).

Na antropolinguística e na Análise do Discurso Crítica, essa relação tem sido tratada como sendo de Recontextualização e Interdiscursividade (BAUMAN;

BRIGGS, 1990; BLACKLEDGE, 2005; FAIRCLOUGH, 2003; SILVERSTEIN, 1992; WODAK, 2008, 2009, apud REYES, 2011). Através do desenvolvimento dessas estratégias ou cenários, há uma estratégia geral que predomina como uma mudança presente e comum: a criação constante de dois lados, grupos e perspectivas que permitem a construção da "alteridade". Essa construção do "outro" é apresentada por meio dos conceitos de Foucault de "divisão" e de "rejeição" (FOUCAULT, 1972, apud REYES, 2011). Como foi descrito por Martin Rojo (1995, p. 50, apud REYES, 2011), a divisão estabelece um inclusivo "nós" e um exclusivo "eles".

Dentre as cinco estratégias até aqui citadas, faço, a seguir, uma menção especial ao fator **Vozes**, que, nas reportagens tem papel importante envolvendo a Intertextualidade e a Intersubjetividade.

1.1.1.1 Vozes

Fløttum (2010) afirma que a polifonia é uma abordagem útil no sentido de revelar tipos diferentes de interação camuflada e assim expor mensagens implícitas e obscuras. A autora apresenta uma seleção de traços linguísticos que indicam a presença de Vozes diferentes em textos formalmente monológicos. A análise ajuda a identificar a natureza da obscuridade no discurso e tornar explícita a complexa relação entre texto e contexto. O uso da língua é constitutivo na maneira como modela identidades, coletividades e instituições. Há obviamente a necessidade do que a autora chama de "obscuridade criativa". De uma perspectiva diferente, esse fenômeno poderia ser caracterizado como "ambiguidade estratégica" (EISENBERG, 1984; LEITCH; DAVENPORT, 2007).

De quem são as Vozes incluídas numa expressão coletiva? Leitch e Davenport (2007) afirmam que, de acordo com Eisenberg (1984, p. 230), "há muitas situações nas quais a comunicação ambígua pode ser mais útil do que a comunicação explícita". Eisenberg usa o termo "ambiguidade estratégica" para caracterizar situações nas quais a língua é "intencionalmente expressa de maneira ambígua para exercer certas metas organizacionais" (LEITCH; DAVENPORT, 2007, p. 44). Contudo, a ambiguidade estratégica ou obscuridade pode ser considerada como uma estratégia discursiva geral, que Van Dijk (1997) define como um modo de

atingir metas através do discurso. A obscuridade permite que metas e interpretações diferentes e divergentes possam coexistir.

Segundo Eisenberg (1984), a ambiguidade estratégica pode promover a “diversidade unificada” (LEITCH; DAVENPORT, 2007, p. 44), ou seja, há um elo evidente entre a noção de ambiguidade estratégica e de polifonia linguística. Com o emprego de diferentes expressões linguísticas, o falante pode apresentar diferentes Vozes, ou marcar como sendo distintas de outras ou ambigualmente tecidas entre si.

A presença de “múltiplos pontos de vista” é típico de discurso político, fato que pode ser realizado dando lugar a outras Vozes, com atribuição explícita a fontes distintas ou confusas, ou com indicação implícita por meio de sinais específicos, sem nenhuma clareza quanto à atribuição de fonte. A polifonia explícita é em geral realizada por meio de discurso relatado; já o método implícito de dar lugar a outras Vozes envolve frequentemente o uso de vários marcadores linguísticos (FLØTTUM, 2005a), tais como partículas negativas, conectivos diversos, advérbios epistêmicos, etc.). Essas Vozes podem ser rejeitadas ou aceitas de vários modos, e elas são usadas em um conjunto complexo de estratégias de controvérsia e estratégias de persuasão, com elementos claros de ambiguidade estratégica e orientação de consenso.

Em qualquer texto, haverá traços explícitos ou implícitos de diferentes Vozes, continua a autora. O que não é diretamente expresso no texto, embora implicitamente presente por meio de diferentes marcadores linguísticos, é importante para a interpretação do texto como um todo. A identificação desses marcadores pode também tornar o analista sensível a fatores contextuais relevantes, e assim ser um bom ponto inicial para uma análise sócio-política mais ampla de um texto (STENVOLL; SVENSSON, 2007). A abordagem polifônica pode revelar algumas das interações sutis que acontecem por meio de Vozes e argumentos implícitos.

Complementando a questão de Vozes, trato a seguir das noções de Intertextualidade e de Intersubjetividade.

1.2 A Intertextualidade

"Não pode haver enunciado que, de uma maneira ou de outra, não reatualize outros" (Foucault, 1972, p. 98). O termo **Intertextualidade** foi cunhado por Kristeva no final dos anos 1960, no contexto de suas influentes apresentações para audiências ocidentais do trabalho de Bakhtin (1966). Embora o termo não seja de Bakhtin, diz Fairclough (1992), o desenvolvimento de uma abordagem intertextual (ou em seus próprios termos "translinguística") para a análise de textos era o maior tema de seu trabalho ao longo de sua carreira acadêmica e estava estreitamente ligado a outras questões importantes, incluindo sua teoria de **Gênero**.

Bakhtin destaca a omissão relativa das funções comunicativas da linguagem pelos ramos principais da linguística e, mais especificamente, a omissão do fato de os textos e os enunciados serem moldados por textos anteriores aos quais eles estão "respondendo" e (moldados) por textos subsequentes que eles "antecipam", continua Fairclough. Para Bakhtin, todos os enunciados, tanto na forma oral quanto na escrita, do mais breve turno numa conversa a um artigo científico ou romance, são demarcados por uma mudança de falante (ou de quem escreve) e são orientados retrospectivamente para enunciados de falantes anteriores (sejam eles turnos, artigos científicos ou romances) e prospectivamente para enunciados antecipados de falantes seguintes. Desse modo, cada enunciado é um elo na cadeia da comunicação. Todos os enunciados são povoados e, na verdade, constituídos por pedaços de enunciados de outros, mais ou menos explícitos ou completos.

Kristeva observa que Intertextualidade implica "a inserção da história (da sociedade) em um texto e deste texto na história" (1986a, p. 39, apud FAIRCLOUGH, 1992). Por "a inserção da história em um texto", ela quer dizer que o texto absorve e é construído de textos do passado (considerando-se que os textos são os maiores artefatos que constituem a história).

A rápida transformação e a reestruturação de tradições textuais e ordens de discurso, diz Fairclough, é um extraordinário fenômeno contemporâneo, o qual sugere que a Intertextualidade deve ser um foco principal na análise de discurso. A combinação da teoria da hegemonia com a Intertextualidade é particularmente produtiva. Não só se pode mapear as possibilidades e as limitações para os processos intertextuais dentro de hegemonias particulares e estados de luta

hegemônica, mas também conceituar processos intertextuais e processos de contestação e reestruturação de ordens de discurso (Interdiscursividade) como processos de luta hegemônica na esfera do discurso, que têm efeitos sobre a luta hegemônica, assim como são afetados por ela no sentido mais amplo.

A propósito, Fairclough distingue entre Intertextualidade Manifesta e Interdiscursividade (ou Intertextualidade Constitutiva). A Intertextualidade Manifesta é o caso em que se recorre explicitamente a outros textos específicos em um texto, e que pode acontecer em sequência, por encaixamento ou mista, pela mistura de ambos. Já a Interdiscursividade refere-se ao fato da constituição do discurso por meio da combinação de elementos de ordens de discurso (ou seja, uma mistura de Gêneros).

Para o autor, a Intertextualidade é a fonte de muita da ambivalência dos textos. Se a superfície de um texto pode ser multiplamente determinada pelos vários textos que entram em sua composição, então tal mistura de elementos pode tornar seu sentido ambivalente: diferentes sentidos podem coexistir, e pode não ser possível determinar “o” sentido.

1.3 A Intersubjetividade

Nesse contexto, a noção de Intersubjetividade pode explicar o modo como os enquadres mentais (*frames*) do ouvinte podem ser levados em conta no processo da persuasão. Kärkkäinen (2006, p. 723) afirma que a Atitude no discurso não é a apresentação linguística transparente de “estados internos” de conhecimento, mas emerge da interação dialógica entre interlocutores. Assim, a Atitude é mais apropriadamente vista de um ponto intersubjetivo, e não considerada primordialmente como uma dimensão subjetiva da linguagem.

Kärkkäinen (2006) fala da relação entre a subjetividade e a avaliação linguística. Ela inicia a questão com uma definição linguística de subjetividade, com base em Finegan (1995), para quem subjetividade é

a expressão do *self* e a representação da perspectiva ou ponto de vista do falante (ou mais genericamente, do agente locucionário) no discurso o que tem sido chamado de marca do falante. (FINEGAN, 1995, p. 1)

A subjetividade, então, refere-se ao fenômeno que o falante com suas atitudes ou crenças faz-se presente nos enunciados que produz. Em outras palavras, em vez de simplesmente descrever um evento ou apresentar uma declaração objetiva de algum evento ou estado de coisas, o falante representa um evento ou estado de coisas a partir de uma perspectiva específica.

Quando a perspectiva avaliativa - afetiva ou epistêmica - do falante se reflete em suas escolhas linguística, estamos falando da função expressiva, emotiva, afetiva ou atitudinal da linguagem, em oposição à função referencial, cognitiva ou descritiva. As pesquisas estão começando a mostrar que não somente as categorias gramaticais como: dêiticos, modo, modalidade, tempo verbal e evidenciais são índices do ponto de vista ou atitude do falante, mas que o nosso uso da linguagem diária é inerentemente subjetivo, em muitos, senão na maioria, dos casos.

Ochs e Schieffelin (1989, p. 22) propõem que o Afeto permeia o sistema linguístico inteiro, tanto que os recursos linguísticos para a avaliação afetiva e epistêmica incluem, não somente o léxico, mas também as estruturas gramaticais e sintáticas (e.g. escolha de pronomes, determinantes, voz verbal, tempo e aspecto verbais, advérbios sentenciais, *hedge*, construções clivadas (*cleft sentences*), diminutivos, aumentativos, quantificadores, ordem de palavras, feições fonológicas e estruturas discursivas (*code-switching* instanciadas por palavras-tabu, dialeto, repetição de enunciado alheio).

É também, em geral, o caso de que os participantes não tratam da fala prévia puramente em seus próprios termos, mas eles a endereçam de um modo que seja relevante para seus propósitos subsequentes (GOODWIN; GOODWIN, 1987, p. 4). Como resultado, os participantes podem construir avaliações, modificando a avaliação imediatamente copresente de um interlocutor dialógico (DU BOIS, 2000).

Outros termos têm sido usados para o domínio formal-nocional da impressão do falante e da perspectiva subjetiva, e a recente avaliação tem ganhado lugar como sinônimo (próximo) de subjetividade. Nesse contexto, Kockelman (2004) define os marcadores de avaliação como qualquer sinal que os membros de uma comunidade associam à contribuição pessoal do falante para a construção do evento.

Kärkkäinen (2006) propõe uma visão de avaliação mais dialógica, dinâmica e emergente - considerando-a mais como uma característica da língua intersubjetiva

do que subjetiva. Ela se baseia no trabalho de Du Bois (2000, 2002, 2004) que advoga a noção de avaliação envolvendo não somente a dimensão subjetiva, mas também o compromisso intersubjetivo com outras subjetividades: "sem a Intersubjetividade, a subjetividade é inarticulada, incoerente, disforme" (DU BOIS, 2004). Hunston e Thompson (2000, p. 143) também afirmam que "a expressão da Atitude não é, como se costuma dizer, simplesmente uma questão pessoal - o falante "comentando" sobre o mundo - mas uma questão interpessoal em que a razão básica para adiantar uma opinião é eliciar a resposta solidária do endereçado".

Nesse contexto, cabe a noção de Alinhamento, o modo como os interlocutores posicionam-se entre si, opondo-se ou aliando-se.

1.4 O Alinhamento (*Footing*)

Goffman (1974) exemplifica a noção de Alinhamento (*Footing*), no cenário do Salão Oval da Casa Branca, em que o presidente Nixon conversa com um grupo de funcionários do governo e representantes da imprensa, após a assinatura de um documento. Nixon, em tom de gracejo, dirige-se a Helen Thomas, da UPI, e faz um comentário sobre suas calças compridas, sugerindo que uma saia ficaria melhor para ela.

O gracejo de Nixon pode trazer à tona outras questões. Na nossa sociedade, pode haver, tanto no início como no fim de uma transação, uma "conversa trivial" - um "pré-jogo" e um "pós-jogo" - que delimitam acontecimentos sociais maiores. Durante a transação propriamente dita, presume-se que os dois interagentes se colocarão numa relação mais segmentada, de acordo com as exigências de trabalho, com a autoridade funcionalmente definida e assim por diante.

A atitude de Nixon configura-se no que os linguistas denominam "alternância de código", código, neste caso, referindo-se à língua. Goffman ilustra o que ele chama de *Footing* (Alinhamento), por meio de mudanças, da seguinte forma:

1. o Alinhamento, ou porte, ou posicionamento, ou postura, ou projeção pessoal do participante está de alguma forma em questão;

2. deve ser considerado um contínuo que vai das mais evidentes mudanças de posicionamento às mais sutis alterações de tom que se possam perceber;
3. quanto aos falantes, a alternância de código está mutuamente presente e, se não estiver, estarão presentes ao menos os marcadores de som que os linguistas estudam: altura, volume, ritmo, acentuação e timbre; e
4. é comum haver, em alguma medida, a delimitação de uma fase ou episódio de nível "mais elevado" da interação, tendo o novo Alinhamento um papel liminar, servindo de isolante entre dois episódios mais substancialmente sustentados.

Uma mudança de *Footing* implica uma mudança no Alinhamento, diz o autor, que assumimos para nós mesmos e para os outros, expressa na forma em que conduzimos a produção ou a recepção de uma elocução. Goffman tem a preocupação fundamental de evidenciar que os Participantes mudam constantemente seus Alinhamentos ao longo de suas falas, sendo essas mudanças uma característica inerente à fala natural. A mudança de Alinhamento é comumente vinculada à linguagem; quando este não for o caso, ao menos podemos afirmar que os marcadores paralinguísticos estarão presentes.

Por outro lado, Goffman (1981) afirma que as descrições tradicionais de falante/ouvinte são inadequadas para capturar as complexidades da interação em tempo real. Como resultado, ele desconstrói os papéis interacionais de tal modo a capturar a fluidez da conversa e os encaixamentos de diferentes Alinhamentos. Por exemplo, o rótulo de falante é fragmentado em categorias mais refinadas, incluindo o **animador** (que vozeia o enunciado), o **autor** (que compõe as palavras), e o **principal** ou **responsável** (o contexto responsável pelas palavras).

Assim, também, o rótulo de ouvinte é decomposto, em **ouvinte ratificado** (a quem nos dirigimos) ou **não-ratificado** (que está nas adjacências dos interlocutores), em **ouvintes por acaso** ou **circunstantes** (que acompanham a conversa, ou partes dela, sem intenção) e os **intrometidos** (que exploram de forma sub-reptícia o acesso à conversa). O que essa distinção mostra é que, o conteúdo de uma conversa pode mudar sensivelmente diante da percepção da existência de outros ouvintes.

A seguir, como apoio à análise da Argumentação tecida nas reportagens analisadas, trato a proposta de Oswald (2007) a respeito da lógica considerada do ponto de vista da Pragmática, cujas características podem, acredito, incluir as questões tratadas até aqui.

1.5 A Argumentação: A Dialética-Pragmática

O desenvolvimento da Pragmática, afirma Oswald (2007), leva historicamente a concepções de comunicação que forneceram respostas a questões para as quais as abordagens da lógica formal, por exemplo, não haviam sido felizes.

A Argumentação tem sido estudada pela lógica formal. A semântica da condição-de-verdade, uma extensão da lógica formal que trata de assuntos relacionados à linguagem natural, supõe que a representação do significado da sentença seja possível através de uma abstração designada para explicar a estrutura da linguagem e suas dependências internas. Se forem consideradas em abstrato, as sentenças são concebidas como entidades significativas *per se*. É o que Cann tem em mente na definição seguinte:

A Semântica é o estudo do significado abstraído daqueles aspectos derivados de intenções dos falantes, estados psicológicos e aspectos socioculturais do contexto em que os enunciados aconteceram. (CANN, 1993, p. 1)

Isto é verdade para sentenças isoladas, mas não para sequências de sentenças, por exemplo, quando combinadas em um esquema argumentativo. Nesse enquadre, lidar com Argumentação sólida implica lidar com a verdade, que é avaliada olhando para as condições-de-verdade. A avaliação da validade de um argumento então consistiria em aceitar que a verdade das conclusões decorreria da verdade das premissas, de acordo com um conjunto de esquemas inferenciais. O aspecto das abordagens da lógica formal na Argumentação, que o autor quer enfatizar, é o fato de que seus sistemas só se aplicam a representações abstratas e não contextualizadas.

Aliás, a sua aplicação à Argumentação da ‘vida-real’ levanta certas questões. Isso pode ser uma consequência do que alguns chamam de “indeterminação do significado semântico”, principalmente o fato de que uma proposição não codifica

linguisticamente seu significado completo. Constituintes não articulados de significado (PERRY, 1986), como material implícito, desempenham papel decisivo na interpretação; a lógica formal tem algumas dificuldades em captar esse tipo de *input*.

Na verdade, é preciso notar primeiro que raramente usamos formas canônicas de regras dedutivas da lógica formal (por exemplo o *modus ponens*) quando arguimos. Mesmo que a forma subjacente de um argumento possa coincidir com um dos esquemas conceituais identificados pelos lógicos, o enunciado efetivo em geral difere dele, às vezes a uma extensão que torna sua reconstrução bem difícil, embora nossa mente seja geralmente muito boa para tratar dessa situação. A discrepância entre a estrutura abstrata e seu uso real na Argumentação, mostra, entre outras razões, a necessidade de fazer importações da Pragmática.

Segundo, é fato de que podemos arguir sem usar especificamente conectivos argumentativos, e ainda comunicar uma justificativa causal. Isso tende a provar que a interpretação também repousa em elementos encontrados fora da sentença. Tomemos, por exemplo:

- (1) Winston caiu inconsciente. O ladrão escondeu o cacete de volta em seu casaco.
- (2) Vamos levar um guarda-chuva, ou você quer se molhar? (Van Eemeren e Grootendorst, 1992, p. 47).

Mesmo sem nenhum indicador argumentativo linguístico que nos direcione para entendermos a segunda sentença como causal, a (1) não apresenta problema, já que podemos interpretar que Winston caiu inconsciente *porque* o ladrão lhe deu uma cacetada. Somos capazes de inferir essa relação devido ao conhecimento prévio e à informação contextual, que não são codificados linguística nem conceitualmente no estímulo, mas sim graças a nossa habilidade automática e espontânea de extrair inferências baseadas em informação incompleta.

Em (2), a proposta é seguida por uma pergunta que claramente deve ser interpretada como um argumento para sustentar uma afirmação de que o falante e o ouvinte devem levar um guarda-chuva. Contudo, nenhum indicador argumentativo explícito favorece essa interpretação (o conectivo linguístico não codifica semanticamente uma causalidade, mas uma disjunção). Van Eemeren e Grootendorst (2004) explicam a relação causal, arguindo que a primeira oração,

embora não seja literalmente uma opinião (não se pode responder *eu discordo* em *pegar um guarda-chuva*) funciona como tal, e que a segunda não é apenas uma pergunta sim/não, pode-se dizer que a alternativa oferecida pela segunda oração é ridícula (a maioria das pessoas não estaria inclinada a se molhar). Além disso, de um ponto de vista estritamente semântico, não podemos nem decidir se (2) carrega ou não força argumentativa. E se o falante considerar que o ouvinte tenha razões para se molhar (porque gosta, ou por outro motivo)? Nesse caso, (2) não será argumentativa, mas estritamente interrogativa. O ponto é que não podemos explicar por que (2) não pode ser argumentativa pelas suas propriedades semânticas ou lógicas, sem nos apoiar no contexto. Assim como em (1), é apenas pragmaticamente que podemos inferir a força argumentativa do enunciado.

Problema semelhante pode ocorrer em enunciados sem conectivo argumentativo explícito, como em (3), mas cuja segunda oração apresenta falta de informação que precisa ser resolvida pragmaticamente.

(3) Não suporto o Bush, porque Bush é Bush.

Bush é Bush é uma tautologia. Contudo, quando se processa (3), somos levados a presumir um significado mais substancial ou relevante. *Bush é Bush* sendo introduzido como um argumento pelo conectivo *porque*, tentamos encontrar uma interpretação que satisfaça sua função argumentativa. E podemos perfeitamente chegar a uma conclusão plausível, mesmo se lógica - ou semanticamente - tal conclusão sobre a interpretação da segunda oração não esteja codificada.

Nesse contexto, diz Bednarek (2005), que a Argumentação, para ser aceita, deve fazer sentido, deve ser coerente. Para ela, a coerência de textos é re(construída) pelo ouvinte, e é o resultado de uma interação complexa de contexto linguístico e conhecimento não-linguístico, ou enquadres (*frames*) - estruturas mentais de conhecimento que permitiriam ao receptor atribuir coerência ao texto. Esse fato explicaria a razão de um mesmo texto ser coerente para uns e não para outros. Esse modo de entender o texto é importante para a minha pesquisa, já que relaciona a exposição frequente do público leitor a certo modo de ver a realidade, que constituirá o seu enquadre, contribuindo, assim, para sua atribuição de

coerência a textos cujo conteúdo vem ao encontro das expectativas contidas nesse enquadre. Por outro lado, como notou Dascal,

nosso “raciocínio natural” desvia-se em geral das normas do raciocínio correto. Devemos, por isso, levar em conta “uma ampla série de modos de estender nosso conhecimento que não pode ser tratada pela lógica formal sozinha”. (DASCAL, 2005, p. 5)

Uma das consequências dessas observações é bem direta: a lógica formal deve ser relacionada com outras abordagens, tais como a teoria Pragmática da Argumentação. É essa precisamente a maneira como Eemeren e Grootendorst (2004) veem seu modelo. Eles começaram da - embora não se limitaram a - perspectiva pragmática, modelada pela ideia de que a linguagem é uma prática social, e que a comunicação se refere a fazer coisas, além de dizer coisas. Do ponto de vista da Pragmática Cognitiva, o significante pragmático é ainda mais: é sobre a recuperação de informação intencional, e não, ou não somente, padrões sociais de ação (SPERBER; WILSON, 1995).

Hoje, a Dialética-Pragmática (*Pragma-Dialectics*), de Van Eemeren e Grootendorst (1984, 1992, 1996, e 2004), doravante expressa pelas iniciais DP, é provavelmente um dos paradigmas mais influentes nos estudos da Argumentação. Isso ocorre talvez porque seus idealizadores pesquisaram e avaliaram de modo crítico, praticamente todos os estudos sobre Argumentação desde a antiguidade grega, e integraram intravisiões pragmáticas e dialéticas.

O modo apropriado de estudar a Argumentação tem sido debatido, através da História, por numerosas tradições filosóficas. Uma das mais antigas é a lógica, que confina a avaliação da validade do argumento a considerações conceituais formais baseadas na lógica natural.

As teorias retóricas da Argumentação, tais como as de Perelman e Olbrechts-Tytecas, *Nouvelle rhétorique* [1958] 1969, enfatizam a importância dos fatores retóricos no arguir e convencer as pessoas, mostrando a confiança na efetividade do argumento em fatores centrados na audiência. O modelo de Toulmin (1958) dos **argumentos práticos** tenta focar mais a justificativa do que as funções inferenciais da argumentação, via noção de **Garantia**. A lógica informal (JOHNSON, 2000; PINTO, 2001) é uma abordagem relativamente recente que enfoca argumentos da “vida real”, em contraste “com a aplicação apriorística de cálculos

dedutivos a argumentos inventados típicos de algumas aplicações da lógica formal à linguagem natural” (VAN EEMEREN; GROOTENDORST, 1996, p. 164). A DP identifica e tenta superar os problemas dessas abordagens por meio da realização da “dialética-pragmática”.

Nos estudos da Argumentação, a DP aceitou essa tomada pragmática, ao mesmo tempo em que perseguia uma agenda normativa. Isso evidencia uma abordagem externa da linguagem (na qual a Argumentação segue normas impostas pelo teórico) excluindo, embora não fechando a porta a intravisiões cognitivas. Oswald (2007) discute a extensão pela qual a DP pode operar de uma perspectiva cognitiva interna - i.e., com ambições explícitas de tratamento dos mecanismos cognitivos de construção do significado e fixação de crença.

1.6 A Gramática Sistêmico-Funcional

A Gramática Sistêmico-Funcional (GSF) vê a língua como um sistema de significados realizados por meio de **funções** realizadas através do rico recurso de opções gramaticais oferecidas pela língua, que abrangem três sistemas de Metafunções inter-relacionados: o **Ideacional**, o **Interpessoal** e o **Textual**, e que se referem, respectivamente, à estruturação e à apresentação da informação; à expressão das interações; e à incorporação de tipos de experiência, percepção e consciência na língua.

Hoje, as três Metafunções são consideradas como estando todas exercendo basicamente a função interpessoal, já que as escolhas que se fazem tanto na Metafunção Ideacional como na Textual, são assim feitas, tendo em vista o interlocutor. A visão funcional da GSF das escolhas linguísticas como índices de significados cruza com a Análise do Discurso Crítica: ambas são guiadas pela suposição subjacente de que as formas linguísticas e as escolhas expressam significados ideológicos, o posicionamento do produtor do texto, tanto em relação ao seu receptor, quanto em relação à mensagem.

A GSF oferece um instrumento analítico específico para o exame sistemático das relações de poder, bem como das motivações, propósitos, suposições e interesse dos produtores do texto. Com seu foco na seleção, categorização e

ordenação do significado nas microestruturas no nível da oração mais do que no macronível do discurso, a GSF é especialmente útil para uma análise sistemática, com enfoque nos traços linguísticos no micronível dos textos do discurso, fornecendo intravisiões críticas na organização dos significados no texto.

Nesse contexto, a noção de escolha linguística é crucial, segundo a GSF: escolhas feitas no discurso em diferentes níveis linguísticos - lexical, morfológico, sintático, fonológico - são significativas e determinam a criação de diferentes significados. Uma importante implicação desse fato é que a escolha linguística também determina interpretações diferentes da realidade, ou cria diferentes visões de mundo, que, segundo Fowler (1986, p. 17), reproduz ideologia, no sentido de que a língua, como um instrumento de classificação e de interpretação da realidade, constrói versões “senso-comum”, envolvendo produtor e receptor da mensagem, de como as coisas são ou deveriam ser no(s) mundo(s) em que habitamos. Por outro lado, esses significados são processados contextualmente e a adequação de uma dada mensagem dependerá da relação entre as escolhas linguísticas e as feições de contexto.

1.6.1 A Metafunção Ideacional

A Metafunção Ideacional, diz Halliday (1994), tem a função de representar padrões de experiência. As línguas capacitam o ser humano a construir um quadro mental da realidade, para que ele entenda o que acontece ao seu redor e no seu interior (HALLIDAY, 1994, p. 106). Aqui novamente a oração tem um papel central, porque ela incorpora um princípio geral de modelagem da experiência - ou seja, o princípio de que a realidade é feita de **Processos**.

Nossa impressão mais poderosa da experiência é de que ela consiste de 'eventos' - *acontecer, fazer, sentir, significar, ser e tornar-se*. Todos esses eventos estão distinguidos na gramática da oração, continua o autor. A oração é também um modo de reflexão, de ordenação da variação infinita do fluxo de eventos. O sistema gramatical pelo qual isso é alcançado é o da **Transitividade**. Esse termo tem origem no latim “transitare” - que expressa o processo de conhecimento do mundo pelo ser humano. O homem entra em contato com o mundo que o cerca, transitando de si

para a nova experiência - concreta ou do mundo mental - e assim apossa-se de novo conhecimento. Para a GSF, o sistema da Transitividade constrói o mundo da experiência em um conjunto manipulável de tipos de Processos (verbos).

Halliday (1994) sugere que os Processos semânticos representados na oração têm potencialmente três componentes: o próprio **Processo**, que é expresso pelo grupo verbal da oração; os **Participantes** envolvidos no Processo, realizados pelos grupos nominais da oração; e as **Circunstâncias** associadas com o Processo, expressas por grupos adverbiais ou preposicionais. Halliday ainda sugere a classificação dos Processos, conforme representem ações, eventos, estados da mente ou estados de ser. **Material**, **Mental** e **Relacional** são os três tipos principais no sistema da Transitividade do inglês, referindo-se respectivamente a ações ou eventos do mundo externo, a experiência interna da consciência e os Processos que classificam e identificam, respectivamente. Nos limites entre esses eles estão os Processos: **Comportamental** (que representam manifestações de atividades internas), **Verbal** (relações simbólicas construídas na consciência humana e em estados fisiológicos) e **Existencial** (Processos relacionados à existência).

A Transitividade, interessada nas relações semânticas de poder de 'quem faz o quê para quem', tem o potencial de categorizar e avaliar a infinita variedade de ocorrências em um conjunto finito de tipos de Processo. A análise da Transitividade pode, examinando as escolhas feitas no texto, referentes aos estados de ser, ações, eventos e situações referentes à dada sociedade, mostrar o viés da representação da realidade aí envolvida, e por conseguinte, a manipulação presente nessas representações.

A seguir, apresento uma descrição detalhada de cada Processo, e para tanto apoio-me em Oliveira (2014).

1.6.1.1 *Processos Materiais*

Processos Materiais são Processos de *fazer*, ou seja, envolvem ações físicas e expressam a noção de que alguma entidade fez algo que pode atingir outra entidade. Os Processos Materiais envolvem um **Ator** - que realiza a ação - mesmo

se não mencionado na oração (THOMPSON, 1996, p. 78); e um Participante chamado de **Meta**, o afetado pela ação do Ator.

O Processo Material pode ser subcategorizado em níveis menores: (i) **criativos**, se trazem uma Meta à existência (e.g. *Eu acabei de fazer os bolinhos*); (ii) **transformativos**, se ‘fazem algo’ a uma Meta preexistente (e.g. *Eu acabei de comer os bolinhos*) (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004).

Há grupos que se relacionam ao que é intencional ou involuntário. Com Processos involuntários, o Ator, às vezes, se assemelha a uma Meta (e.g. *Ela caiu da escada*). No entanto, neste trabalho, seguiremos a orientação de Thompson:

... ainda estamos longe de um mapa definitivo das subcategorias dos Processos Materiais. Por muitas razões, é suficiente apenas usar o rótulo “Material”. (THOMPSON, 2004, p. 91)

Outros Participantes que podem ocorrer com os Processos Materiais são: o **Escopo**, o **Receptor** e o **Cliente** (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). O Escopo é uma entidade que existe de forma independente do Processo, expressando a extensão de atuação do Processo. Os Participantes Receptor e Cliente ocorrem em contextos diversos e podem ser associados ao ‘objeto indireto’ da gramática tradicional. Ambos os Participantes são distinções do Participante Beneficiário, que Halliday, em estudos mais recentes (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), tratou de expandir. Thompson (2004, p. 106), mantém uma opinião contrária, a qual seguiremos neste trabalho: “em alguns casos, outras classificações são possíveis, contudo, muitas vezes o rótulo Beneficiário é suficiente”.

1.6.1.2 Processos Mentais

Processos Mentais são os Processos *de sentir* (HALLIDAY, 1994, p. 112) e dizem respeito ao que ocorre no mundo interno da mente (THOMPSON, 2004, p. 92). Para Halliday e Matthiessen (2004, p.197), tais Processos se referem a ações que não se dão no mundo material, mas no fluxo de nosso pensamento (consciência), ou em sua representação.

Thompson (2004, p. 94), em conformidade com Halliday e Matthiessen (2004, p. 208-210), entende que os Processos Mentais podem ser divididos em quatro

subcategorias: Processos de **afeto** (ou afeição), relacionados aos sentimentos (amar, detestar, etc.); Processos de **cognição**, relacionados à decisão, raciocínio e estados de consciência (decidir, saber, entender, etc.); Processos de **percepção**, relacionados ao uso dos sentidos e observação de fenômenos (ver, ouvir, sentir, etc.) e Processos Mentais de **desejo** (traduzido de *desideration*), relacionados aos desejos e anseios (ansiar por, querer, desejar, etc.).

Os Participantes nesse tipo de Processo são: o **Experienciador**, aquele em cuja mente o Processo se realiza; e o **Fenômeno**, que é o elemento, fenômeno ou objeto realizado pelo Processo.

Thompson (2004, p. 82) argumenta que há diferenças pontuais entre os Processos que ocorrem no mundo exterior e aqueles que representam o mundo interior. Para o autor, a pessoa na mente da qual o Processo Mental ocorre, não está 'agindo' propriamente. Também, o Processo não está 'diretamente ligado' ao Fenômeno.

Halliday e Matthiessen (2004, p. 201-8) justificam gramaticalmente a categorização dos Processos Mentais elencando cinco propriedades:

- (a) o Processo Mental envolve pelo menos um participante humano; mesmo quando se trata de ente inanimado, o Experienciador recebe um grau de 'humanidade' (e.g. *Nosso carro não gostava de tempo frio.*);
- (b) o Fenômeno nos Processos Mentais pode ser pessoa, objeto concreto ou abstrato, bem como um fato (Ibidem, p. 115);
- (c) importante distinção entre os Processos Materiais e Mentais, é que o Processo Mental pode projetar outra oração (e.g. *Ele pensa [oração projetante] que não sabe de nada [oração projetada]*);
- (d) para Halliday (1994), o tempo presente mais comum para o Processo Material é o 'continuous' (e.g. *He's fixing the car*), já o Processo Mental ocorre naturalmente com o 'simple present' (e.g. *They like salmon*). Para o português, entretanto, verificamos que essa distinção nem sempre ocorre, como em: 'Ele está pensando na mãe';
- (e) a reversibilidade do Processo Mental também é uma característica marcante. A semântica possibilita que o Sujeito seja tanto o Participante humano - na mente

do qual ocorre o Processo - quanto o Fenômeno que desencadeia o Processo. (e.g. Eu gostei do presente / O presente me agradou.) Porém, Thompson (2004, p. 95) adverte que nem sempre as orações com Processos Mentais são reversíveis.

1.6.1.3 Processos Relacionais

Processos Relacionais são os Processos de *ser*, *estar* e *ter*. Tais Processos estabelecem uma relação entre dois conceitos e a função do Processo é somente sinalizar a existência da relação, ocorrendo sempre um só Participante no 'mundo real'. Exemplos:

- (1) A garota está impaciente.
- (2) A vitória era sua meta.

Os exemplos anteriores indicam dois tipos diferentes de Processo Relacional: no primeiro, 'a garota' está sendo qualificada como 'impaciente', enquanto no segundo, uma relação de identidade é construída entre 'a vitória' e 'a meta'. O primeiro tipo de Processo Relacional (em 1) é chamado de Processo Relacional **Atributivo** e seus dois Participantes são o **Portador** (a entidade que carrega o atributo) e o **Atributo**.

Já o segundo tipo de Processo Mental (em 2) é chamado de Processo Relacional **Identificador** e sua função é identificar uma entidade em termos de outra, equivalendo a um sinal de igual (=). Devido a esta característica, não é de se estranhar que esses Processos sejam reversíveis, o que não acontece com o tipo Atributivo.

Outra propriedade do Processo **Identificador** é que o grupo nominal que o realiza é geralmente um elemento definido, que pode ser acompanhado de um artigo definido. Graças a essa outra propriedade, Thompson (1994) diz que podemos definir a direção desse Processo de identificação: a categoria mais geral é chamada de **Valor** (*Value*), enquanto o enquadre específico é a **Característica** (*Token*). A direção da identificação - do geral para o específico ou do específico para o geral - depende do que já 'está na mesa', ou seja, do que já foi apresentado textual ou

contextualmente: se a categoria geral está sendo estabelecida, então a identificação será em torno de seu enquadre específico e vice-versa (THOMPSON, 2004).

Quadro 1 - Processo Relacional Identificador - Característica e Valor

| Sua melhor opção | É | Ana. |
|--------------------------------|---------------------------------------|----------------------------|
| Participante: Identificador | Processo Relacional Identificativo | Participante: Identificado |
| Valor | | Característica |

Fonte: Thompson, (2004)

Outro ponto a se discutir sobre os Processos Relacionais diz respeito aos tipos de relacionamento que são refletidos na linguagem. É possível identificar três tipos principais de relacionamentos: **Intensivo**, **Circunstancial** e **Possessivo**. (THOMPSON, 2004). Nas orações atributivas, o relacionamento Intensivo é o mais comum - ocorre quando o Portador tem um atributo ou qualidade direcionada a ele; como em: Nosso carro parece *fantástico* (THOMPSON, 2004, p. 121). O relacionamento Circunstancial tem a função de relacionar as duas entidades, ou atribuí-las uma circunstância de lugar, tempo, etc. (e.g. Ela estava *em Londres*). No tipo de relacionamento Possessivo se estabelece uma relação de posse entre dois elementos (Participantes, neste caso): o Possuidor e o Possuído. Por mais estranho que pareça, este relacionamento indica Processo Relacional, pois, segundo Thompson (2004, p. 121), alguma coisa de posse de alguém pode também ser encarado como um tipo de atributo. Isso fica claro quando a coisa possuída é parte inerente de seu possessor (e.g. Ele tem *a barba longa*).

A chave para dissociar os tipos de Processos Relacionais está na reversibilidade - orações Identificadoras são reversíveis, enquanto as orações Atributivas não. No entanto, a categoria dos Processos Relacionais é muito complexa e, muitas vezes em textos reais, é difícil classificá-los. Thompson (2004, p. 100) afirma que a complexidade dos Processos Relacionais ainda *“nos coloca muitos obstáculos e muito mais está por vir”*.

1.6.1.4 Processos Verbais

Processos Verbais são os Processos *de dizer* e estão na fronteira entre os Materiais e os Mentais: dizer uma coisa é uma ação física que reflete uma operação mental (HALLIDAY, 1994). O Processo Verbal pode ser representado por verbos tipicamente Materiais (e.g. Ele brigou e *esbravejou* com a mãe) ou a mensagem pode ser formulada inteiramente na mente (e.g. Por que agem assim? *Pensou* Maria). Mesmo com essa dupla face, os Processos Verbais são facilmente reconhecidos, pois estão relacionados à transmissão de mensagens pela linguagem (THOMPSON, 2004, p. 100). O **Dizente** é o único Participante obrigatório nos Processos Verbais. Ele é um Participante humano ou humanizado, entretanto, outras entidades podem simbolizar esse emissor, como em sentenças do tipo: *O jornal diz que a polícia está investigando*. Outros Participantes opcionais figuram com o Processo Verbal. São: o **Receptor**, para quem a mensagem é endereçada; o **Alvo**, a pessoa, objeto ou entidade que é atingida pelo Processo (aquele de quem se fala); e a **Verbiagem** que consiste em um rótulo para a própria linguagem.

Quadro 2 - Dizente, Verbiagem e Receptor nos Processos Verbais

| | | | |
|-----------------------|-----------------|-------------------------|------------------------|
| Ele | leu | a mensagem | para ela. |
| Participante: Dizente | Processo Verbal | Participante: Verbiagem | Participante: Receptor |

Fonte: Thompson, 2004

Quadro 3 - Dizente, Alvo e Receptor nos Processos Verbais

| | | | |
|-----------------------|-----------------|--------------------|------------------------|
| A mãe | falou | do pai | para a filha. |
| Participante: Dizente | Processo Verbal | Participante: Alvo | Participante: Receptor |

Fonte: Thompson, 2004

O que pode ocorrer com os Processos Verbais é expressar uma mensagem numa oração separada, o que chamamos de **projeção**. Mesmo havendo relação de dependência entre as orações em alguns casos, a oração projetada deve ser analisada separadamente, como no exemplo a seguir (THOMPSON, 2004, p. 98):

Quadro 4 - Processo Verbal e Projeção

| | | | | | |
|--------------------------|--------------------|-----|-----------------------------------|--------------------|---------------------------|
| Eu | disse | Que | [eu] | não falarei | com você |
| Participante: Dizente | Processo Verbal | | Participante: Dizente (oculto) | Processo Verbal | Participante: Receptor |
| Oração projetante | | | Oração projetada | | |

Fonte: Thompson, 2004

1.6.1.5 Processos Comportamentais

Processos Comportamentais devem ser salientados mais por aspectos semânticos do que gramaticais. São os Processos das *atitudes fisiológicas humanas*, e a principal razão da existência desta categoria é a necessidade de se diferenciar Processos puramente Mentais, daqueles que implicam em sinais físicos (THOMPSON, 2004), como por exemplo, em situações do tipo: *Ele viu a garota no banheiro* (Processo Mental) e *Ele espiou a garota no banheiro* (Processo Comportamental). Halliday e Matthiessen (2004, p. 251) também incluem nesta categoria verbos que se referem às ações físicas que refletem estados mentais: ‘gargalhar’, ‘chorar’, ‘soluçar’, ‘franzir’, etc.

O Processo Comportamental costuma apresentar apenas um Participante: o **Comportante**, aquele que realiza o comportamento. Porém, às vezes, ocorre o Participante opcional **Alcance** - que define o escopo do Processo:

Quadro 5 - Processo Comportamental

| | | |
|---------------------------|-------------------------|-----------------------|
| O garoto | Riu | uma alta gargalhada. |
| Participante: Comportante | Processo Comportamental | Participante: Alcance |

Fonte: Thompson, 2004

Thompson enfatiza que os Processos Comportamentais servem para lembrar que as categorias da Transitividade são inerentemente confusas e sobrepostas, por isso, “*estamos longe de diferenciá-las facilmente*” (2004, p. 104).

1.6.1.6 Processos Existenciais

De acordo com Thompson (2004), os Processos Existenciais, essencialmente, expressam a mera existência de uma entidade sem predicá-la ou relacioná-la com qualquer outra coisa. Em português brasileiro, os Processos Existenciais podem ocorrer tipicamente com os verbos ‘haver’, ‘existir’ e ‘ter’, mas podem ocorrer com outros verbos, dependendo do contexto. Há somente um Participante nesse Processo: o **Existente**. Outros detalhes sobre o Existente podem ser dados na oração, mas somente nos elementos circunstanciais.

Quadro 6 - Processo Existencial

| | | |
|----------------------|-------------------------|---------------|
| Existem | peessoas carentes | no mundo. |
| Processo Existencial | Participante: Existente | Circunstância |

Fonte: Thompson, 2004

1.6.1.7 Circunstâncias

Para Thompson (1994), a função das Circunstâncias é definir o contexto no qual uma proposição ocorre. Tais Circunstâncias são realizadas por grupos adverbiais ou frases preposicionais (HALLIDAY, 1994, p.149). Diferente da gramática tradicional, pela ótica da Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 1994, p. 158), as Circunstâncias são vistas com maior importância, podendo introduzir um Participante de forma indireta ou funcionando como um “mini-processo”.

A categoria das Circunstâncias é aberta, ou seja, sua variedade é tão grande, que, apesar de haver consenso acerca de algumas delas, muitas ainda precisam ser descobertas (HALLIDAY; THOMPSON, 1994). Dentre aquelas que os pesquisadores identificam de comum acordo, nove são básicas: **Localização**, **Extensão**, **Modo** (qualidade, meio e comparação), **Causa** (razão, motivo e benefício), **Contingência** (condição e concessão), **Acompanhamento**, **Papel**, **Assunto** e **Ângulo**.

Um problema na análise dos elementos circunstanciais é que, ainda, não há meio de analisar seus efeitos: podemos apenas comentar em casos individuais, mas não podemos examinar como contribuem para o significado geral. Segundo

Thompson (2004, p. 112), “é necessário admitir que essa área ainda não recebeu a atenção que merece”.

1.6.1.8 A Metáfora de Processo

O caráter literário do galego-português resultou na baixa complexidade das estruturas sintáticas, semânticas, morfológicas e fonológicas da língua, em relação a outras faladas na península. Tal característica é importante, pois, com um léxico relativamente reduzido, os trovadores tiveram de encontrar soluções dentro da própria língua para representar conceitos diversos utilizando a mesma base lexical. A saída encontrada foi:

- (a) agregar muitos empréstimos à língua;
- (b) utilizar muitas metáforas a fim de representar concretamente conceitos até então abstratos, ou sem representação na língua. Como nesse período a língua galego-portuguesa passava por transformações, ela carecia de muitas estruturas metafóricas consagradas, o que, evidentemente, acarretou maior esforço dos trovadores em suas variadas representações metafóricas (nem sempre tão claras) e
- (c) carregar semanticamente o léxico do galego-português com palavras e termos que, dependendo do contexto, possuíam diversos significados e muito distintos - levando em conta desde a raiz etimológica, passando pelo uso popular, uso catedrático, uso cortês, etc. É o caso do verbo ‘partir’, dicionarizado por Rodrigues Lapa (1965, p.726) como podendo significar: (i) repartir, dividir; (ii) ter herança, partilha; (iii) distribuir, dar; (iv) explicar; (v) desviar, dissuadir; (vi) impedir, estorvar; (vii) pôr de lado, deixar, dispensar; (viii) acabar; (ix) tirar, desviar; (x) livrar, impedir.

As características (b) e (c) supracitadas, associadas ao estilo da poesia lírica, ocasionaram um número considerável do que Halliday (1994) classifica como Metáfora de Processo. Há pois várias maneiras de representar o mesmo estado de arte não-linguístico. Segundo o autor, a Transitividade tem a facilidade de analisar o mesmo evento sob ângulos diferentes. Veja o Quadro 7.

Quadro 7 - Diferentes Formas de Representar o Mesmo Estado da Arte

| | | |
|----|--|---------------------|
| 1. | Ele está sorrindo porque Maria chegou. | Processo Material |
| 2. | Agrada-lhe que Maria tenha chegado. | Processo Mental |
| 3. | Ele está feliz porque Maria chegou. | Processo Relacional |

Fonte: Halliday (1994)

As formas do Quadro 7 não são sinônimas; todas essas codificações diferentes contribuem para o significado total, mas elas são potencialmente co-representacionais, e nesse sentido, formam um conjunto de variantes metafóricas do tipo ideacional. Explicando, a oração (1) apresenta Processo Mental de percepção ('ver'). Entretanto, o mesmo acontecimento poderia ser representado de outra forma como em (2), quando o Processo Mental ('ver') foi nominalizado e tornou-se Participante (visão), ao passo que o Processo tornou-se Material ('deparou-se'). Neste caso, ofereceríamos duas interpretações para (2): uma congruente, ou literal, na qual o Processo é Material; e outra interpretação incongruente, ou metafórica, que entende a proposição como uma metáfora do Processo Mental 'ver'. Portanto, a Metáfora de Processo ou Metáfora de Transitividade ocorre quando da interpretação incongruente (metafórica) de um Processo.

Não há uma linha clara entre o que é congruente e o que é incongruente. Algumas metáforas consagradas (e.g. tomar banho) tornaram-se parte do sistema da língua; elas são agora formas não-marcadas (congruentes) de codificação para esses Processos.

Kitis e Milapides (1997) analisaram um artigo de jornal e comentaram sobre a função persuasiva que uma Metáfora de Processo pode adquirir, já que, em geral, adquire. Utilizando determinados Processos para representar outros, o escritor/falante se posiciona, dá ênfase ou enfraquece sua crítica, além de poder preservar sua face em relação ao que diz (Teoria da Polidez de Brown e Levinson, 1987).

Segundo Halliday (1994), o Processo (grupo verbal) é o coração da oração na perspectiva experiencial; os Participantes são tipicamente realizados por grupos nominais e ao menos um é obrigatório em uma oração completa; e as Circunstâncias são normalmente realizadas por grupos adverbiais ou frases

preposicionais e sua função é agregar informações ao Processo. As Circunstâncias, assim como alguns Participantes, são opcionais na maioria dos casos, com algumas exceções em Processos nos quais as Circunstâncias são mais ou menos obrigatórias (e.g. Ela colocou a caixa *no chão*).

Sob a ótica da linguística, a análise da Transitividade é uma perspectiva semântica das ideias expressas por uma oração, uma proposição sobre o mundo em que um evento, situação, relação ou atributo é predicado sobre alguns Participantes. Dentro da tradição da GSF, Fowler (1991) sugere que padrões alternativos na língua, associam valores diferentes, com implicações ideológicas. A análise da Transitividade pode oferecer intravisiões sobre as percepções do escritor sobre ações, eventos, situações, bem como os modos pelos quais a interpretação do leitor é orientada em determinada direção. Em última instância, ela permite ver como as estruturas linguísticas constroem ideologias específicas.

Da perspectiva social, segundo Fairclough (1992), a análise da Transitividade oferece intravisiões sobre fatores sociais, culturais e ideológicos, que podem influenciar o significado de um texto. Consequentemente, essa análise mostra a atribuição, por exemplo, da agência aos Participantes, e, assim, oferece um instrumento útil para mostrar a construção da realidade pela língua por meio da categorização, caracterização e da polarização no discurso.

1.6.2 A Metafunção Interpessoal

Nas palavras de Halliday e Hasan (1976), a Metafunção Interpessoal:

is concerned with the social, expressive and conative functions of language, with expressing the speaker's 'angle': his attitudes and judgements, his encoding of the role relationships in the situation, and his motive in saying anything at all². (HALLIDAY; HASAN, 1976, p. 26-27)

A oração, segundo a GSF, além de informar e construir um texto, está também organizada como um evento interativo, por meio da Metafunção Interpessoal, envolvendo falante (ou escritor), e audiência. Os tipos fundamentais de

² Diz respeito às funções conativas, expressivas e sociais da linguagem, expressando o “ângulo” do falante, suas atitudes e julgamentos, sua codificação de papéis de relacionamento na situação, e seus motivos para dizer alguma coisa.

papel de fala são apenas dois: (i) dar, e (ii) pedir. Portanto, um 'ato' de fala é algo que poderia ser mais apropriadamente chamado de uma 'interação': é uma permuta, na qual dar implica receber e pedir implica dar em resposta.

A Metafunção Interpessoal envolve os sistemas gramaticais de: (i) **Mood** (Sujeito + Finito [inclui a Modalidade]) e, (ii) **Resíduo**. Veja Quadro 8.

- (a) *MOOD*³ [função: INTERAÇÃO] estabelece relações entre papéis de falante e ouvinte, por meio de verbos modais ou adjuntos modais e também o Tempo Primário e a Modalidade.
- (b) MODALIDADE [função: PESSOAL] expressa a avaliação dos interlocutores sobre o conteúdo da mensagem).

Quadro 8 - Metafunção Interpessoal

| Mood | | Resíduo |
|----------------|--------------------------------------|-----------------|
| (a) João | precisa (<u>Modalidade</u>) | estudar a lição |
| (b) João | -va (<u>Tempo Primário</u>) | estuda- a lição |
| Sujeito | Finito | |

Fonte: Halliday (1994)

Halliday (1985) apresenta o *Mood* e a Modalidade como ligados *estruturalmente* no sentido de que a expressão congruente da Modalidade acontece através de verbos modais, ou adjuntos modais (como 'frequentemente'), que formariam a parte do elemento *Mood* da oração. Eles estão também ligados *semanticamente* no sentido de que o Finito (parte do *Mood* que carrega o Tempo Primário e a Modalidade) "relaciona a proposição ao contexto do evento de fala" de uma das duas maneiras: "uma é pela referência ao tempo de fala (Tempo Primário); a outra é pela referência ao julgamento do falante (Modalidade)" (HALLIDAY, 1985, p.75).

Quanto a essa questão, autores, como Lemke (1992), notam que essa abordagem tende a confundir as funções interpessoais e a função do 'intrometimento' pessoal. Assim, Thompson e Thetela (1995), propõem fazer uma distinção no interior da Metafunção Interpessoal, e vê-la como abrangendo duas

³ *Mood* foi traduzido por Modo (com inicial maiúscula), mas pode confundir-se com Modo (variável de Registro), quando em início de oração, quando requer inicial maiúscula.

funções relacionadas, mas relativamente independentes: a *pessoal* (Modalidade) e a *interacional* (*Mood*), acrescentando mais uma função, a *interativa*, que seria a Textual, para Halliday (1994), que orienta o leitor através do texto.

A Modalidade será explicada mais adiante, quando retorna integrando a função Interacional.

1.6.3 A Metafunção Textual

Segundo Matthiessen (1995), as Metafunções Interpessoal e Ideacional tratam de domínios de fenômenos que existem 'fora' da língua - fenômenos de sistemas físicos, biológicos e sociais. Por meio da Metafunção Ideacional, podemos construir significados da nossa experiência oriundos de fenômenos físicos, biológicos e sociais; e através da Metafunção Interpessoal, podemos construir significados de papéis e relações sociais. Em ambos os modos, Ideacional e Interpessoal, criam-se significados; mas o significado é um fenômeno que é de ordem mais alta do que fenômenos físicos, biológicos e sociais: é o traço distintivo dos sistemas semióticos.

A terceira Metafunção, a Textual, trata do domínio da quarta ordem⁴ - o domínio do significado, continua o autor. Especificamente, ela constrói os significados Ideacional e Interpessoal, para que a informação possa ser compartilhada pelo falante e seu interlocutor, proporcionando os recursos para guiar a permuta dos significados no texto. A Metafunção Textual organiza os significados Ideacional e Interpessoal de uma oração, trabalhando os significados advindos da ordem das palavras na oração.

O componente Textual, segundo Halliday (1978, p. 112-113), tem uma função de *capacitação* em relação aos dois outros; é apenas pela combinação com os significados Textuais que os significados Ideacional e o Interpessoal são realizados. Podemos falar em guia do ponto de vista do ouvinte (que é 'projetado' pelo falante nas suas escolhas textuais). Assim, as condições textuais, tais como, tematicidade, novidade, continuidade, contraste e recuperabilidade são designadas por sistemas textuais. Tema, foco informacional, elipse-substituição e referência fazem

⁴ Quatro domínios: físico, biológico, social e semiótico.

contribuições complementares, guiando os ouvintes no processo de construir sistemas instanciais a partir do texto.

A estrutura temática é o que, segundo Halliday, dá à oração o seu caráter de mensagem. É através dela que um status especial é atribuído a uma de suas partes. O elemento Tema da oração combina-se com o restante, de forma que essas duas partes constituem uma mensagem. O Tema é o ponto de partida, e o restante, onde o Tema é desenvolvido, é chamado de Rema.

A escolha do sujeito em uma oração está relacionada com a escolha do falante que atribui a um determinado elemento a responsabilidade de seu argumento. Essa escolha também está relacionada com a escolha temática, podendo o sujeito ser o Tema da mensagem, realizando essas duas funções ao mesmo tempo.

Na perspectiva Sistêmico-Funcional, o Sujeito corresponde ao sujeito gramatical tradicional, mas reinterpretado em conceito Sistêmico-Funcional. Halliday (2004) resume a noção de Sujeito em três funções:

- a) aquele que é o assunto da mensagem;
- b) aquilo a que se atribui alguma coisa e
- c) aquele que faz a ação.

Segundo o autor, essas três definições não são sinônimas, elas definem conceitos diferentes. Quando os gramáticos reconheceram as distinções das funções, na metade do século XIX, surgiram os conceitos de Sujeito Psicológico, Sujeito Gramatical e Sujeito Lógico. Ver Quadro 9.

Quadro 9 - Sujeito na Perspectiva Sistêmico-Funcional

| | |
|----------------------------|---|
| Sujeito Psicológico | Aquele que é assunto da mensagem. É chamado de psicológico, pois é o que o falante/ouvinte tem em mente para iniciar uma oração. |
| Sujeito Gramatical | Aquilo a que se atribui alguma coisa. É chamado de gramatical pela relação formal que o sujeito tem com o predicado, que concorda em pessoa e número. |
| Sujeito Lógico | O que faz a ação é chamado de lógico por fazer relação entre as coisas e se contrapõe ao sujeito gramatical. |

Fonte: Halliday (2004)

Para Matthiessen, um sistema por escolhas (*instantia*⁵) é um sistema criado por escolhas no sistema (léxico-gramatical) geral conforme o texto se desenrola; é o produto da *logogênese* - a criação de significados através de escolhas no sistema no texto. Do ponto de vista do falante, um sistema por escolhas é o sistema de seleção que ele tem de fazer ao produzir o texto; do ponto de vista do ouvinte, um sistema por escolhas é o sistema que ele pode criar baseado na interpretação do texto em desenvolvimento. Um sistema por escolhas é parcialmente uma 'cópia' de parte do sistema geral, mas ele também incorpora novas configurações de significados. Sistemas por escolhas desenvolvem-se dentro das três Metafunções.

Nesse contexto, trago a proposta de Li (2010), que com base em Van Dijk e com o apoio da GSF, relaciona a microestrutura linguística com a macroestrutura da ideologia.

1.7 A Proposta de Li

Segundo Li (2010), apesar da série de abordagens à Análise do Discurso Crítica (ADC), o que há de comum entre elas é a compreensão de como as ideologias sociopolíticas ou socioculturais estão entrelaçadas com a língua e o discurso. Uma premissa básica de todas as formas da ADC é que o uso da língua no discurso implica significados ideológicos e que há restrições discursivas no que diz respeito ao uso da língua e aos significados implicados (VAN DIJK, 1993; FOWLER, 1996; FAIRCLOUGH, 1995).

Van Dijk (1993,1997), por exemplo, desenvolve uma abordagem da ADC que procura ligar o texto com o contexto, integrando a análise textual com processos de produção e de interpretação do discurso. Analisando a estrutura do discurso de textos de reportagem (TR), Van Dijk (1985) oferece um modelo analítico de três níveis. O primeiro nível, a *superestrutura*, refere-se a esquemas textuais que desempenham um papel importante na compreensão e na produção de TRs. Incluídas aí estão a estrutura temática hierarquizada dos TRs, a organização geral em termos de temas e tópicos, que envolve as formas linguísticas concretas do

⁵ Estou traduzindo 'instantial' por 'escolhas'.

texto, como as escolhas lexicais, variações sintáticas ou fonológicas, relações semânticas entre proposições e traços retóricos e estilísticos. Essas formas linguísticas no nível superficial implicam significados no terceiro nível, a *estrutura profunda*. Aqui, o analista da ADC examina, por exemplo, posições ideológicas subjacentes expressas por certas estruturas sintáticas como as construções passivas, ao omitir ou ao desenfatar agentes da posição de sujeito ou atribuir maior poder a certos indivíduos ou grupos sociais por meio de escolhas retóricas específicas.

A abordagem de Van Dijk (1993, 1997) ao TR tenta relacionar a noção macro da ideologia às noções micro dos discursos e das práticas sociais de membros de grupo, estabelecendo um elo entre o social e o individual, o macro e o micro, o social e o cognitivo. Essa abordagem da análise da ideologia e do discurso é especialmente útil no exame do uso do discurso por diferentes grupos a fim de comunicar ideologias específicas para membros do grupo ou fora do grupo. Além disso, essa abordagem permite ao analista ver como os membros de diferentes grupos sociais podem articular e defender discursivamente sua ideologia para servir aos interesses do grupo. Por meio dessa análise, podemos entender como diferentes grupos sociais são construídos e diferenciados no TR com base na língua e na ideologia, e como eles adquirem e reproduzem ideologia através do discurso.

A abordagem de Van Dijk de TR recorre a uma metodologia que se apoia na gramática da oração para explicar o modo como os traços da estrutura superficial do texto comunicam ideologias específicas e identidades de grupo no nível profundo. Li (2010) analisa a Transitividade e a Coesão Lexical no *The New York Times* e no *China Daily* no enquadre da Gramática Sistêmico-Funcional (GSF), de Halliday.

A visão funcional da GSF das escolhas linguísticas como índices de significados cruza com a Análise do Discurso Crítica: ambas são guiadas pela suposição subjacente de que as formas linguísticas e as escolhas expressam significados ideológicos. A GSF oferece um instrumento analítico específico para o exame sistemático das relações de poder no texto bem como das motivações, propósitos, suposições e interesse dos produtores do texto.

Com seu foco na seleção, categorização e ordenação do significado nas microestruturas no nível da oração mais do que no macronível do discurso, a GSF é

especialmente útil para uma análise sistemática, com enfoque nos traços linguísticos no micronível dos textos do discurso, fornecendo intravisiões críticas na organização dos significados no TR. Assim, apoiada no enquadre da GSF e guiada pela abordagem de Van Dijk do TR, Li (2010) examina as propriedades textuais no TR nos níveis da oração e da frase para explicar os significados sociais e ideológicos envolvidos em determinadas escolhas linguísticas e retóricas. Ela assim o faz, focalizando duas dimensões da gramática da oração: Transitividade e Seleção Lexical, que correspondem aproximadamente às funções da língua Ideacional (Transitividade) e Textual (Coesão Lexical), no enquadre de Halliday.

No bojo da GSF, encontra-se a proposta de Fowler (1991), denominada Linguística Crítica, que relaciona aspectos da estrutura linguística com a significação ideológica.

1.8 A Linguística Crítica

Em termos gerais, diz Fairclough (1992), as pesquisas sobre o discurso costumam ser agrupadas, de acordo com a natureza de sua orientação, em **abordagens críticas** e **abordagens não-críticas**. As abordagens críticas diferem das abordagens não-críticas não apenas na descrição das práticas discursivas, continua o autor, mas também ao mostrarem como o discurso é moldado por relações de poder e ideologia, bem como pelos efeitos construtivos que o discurso exerce sobre as identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença, nenhum dos quais é, em geral, aparente para os participantes do discurso.

Embora Voloshinov ([1927]1973) tenha estabelecido em fins dos anos vinte os princípios para uma análise crítica, e Firth tenha sugerido por volta de 1935, que a língua é não só um modo de uma pessoa se comportar, mas também de fazer os outros se comportarem, foi somente nos anos 80, que a orientação crítica começou a se impor. Focalizemos nossa atenção na Linguística Crítica (FOWLER, 1991).

A análise crítica está interessada no questionamento das relações entre signo, significado e o contexto sócio-histórico que governam a estrutura semiótica do discurso, usando um tipo de análise linguística. Ela procura, estudando detalhes da

estrutura linguística à luz da situação social e histórica de um texto, trazer, para o nível da consciência, os padrões de crenças e valores codificados na língua - que estão subjacentes à notícia e que são invisíveis para quem aceita o discurso como algo “natural”.

Diz Fowler (1991) que todos reconhecem a importância da língua no processo da construção do discurso; mas, na prática, a língua tem recebido um tratamento relativamente pequeno. Ele propõe uma análise "usando instrumentos linguísticos próprios e com referência a contextos históricos e sociais relevantes, para trazer a ideologia, normalmente escondida pela habitualização do discurso, à superfície para inspeção" (FOWLER, 1991, p. 89), a que denominou de "Linguística Crítica". Fowler recorre à proposta teórico-metodológica da Gramática Sistemico-Funcional para sua análise.

Para Fowler, qualquer aspecto da estrutura linguística carrega significação ideológica: a seleção lexical, a opção sintática, etc. - todos têm sua razão de ser. Há sempre modos diferentes de dizer a mesma coisa, e esses modos não são alternativas acidentais. Diferenças em expressão trazem distinções ideológicas e, assim, também diferenças de representação. Nesse sentido, no meu papel de professor de línguas, preocupo-me em transmitir aos meus alunos o fato de que, tanto a leitura, quanto a escrita são a base para uma leitura crítica do mundo, e que é, a partir delas, que se inicia o processo de consciência dos direitos e deveres do cidadão, indispensável ao processo de democratização.

Em termos da construção social da notícia, Fowler considera centralmente dois aspectos:

- (a) o *Viés de representação* - Posto que as instituições jornalísticas estão situadas social, econômica e politicamente, qualquer coisa que é dita ou escrita sobre o mundo é articulada de uma posição ideologicamente particular: a língua não é uma janela límpida, mas um meio de refração e de estruturação e, como consequência, a visão do mundo resultante será necessariamente parcial.
- (b) o *"Valor notícia"* (*news value*) - A mídia jornalística seleciona eventos para noticiar de acordo com um conjunto complexo de fatores criteriosais (F) de noticiabilidade. Esses critérios, que são mais ou menos inconscientes na prática, são conhecidos pelos estudiosos da mídia como "Valor notícia" (VN) e

exercem o papel de “guardiões”, filtrando e restringindo a entrada das notícias. Uma análise do VN amplamente aceita é a lista de critérios formulada por J. Galtung e M. Ruge (1973). Veja Quadro 10. Vale a pena refletir em que extensão tais critérios são “culturais” e não “naturais”.

Quadro 10 - Fatores Criteriais de Noticiabilidade

| | |
|---|--|
| (F1) frequência ⁶ | |
| (F2) intensidade: | (F2.1) intensidade absoluta (F2.2) aumento de intensidade |
| (F3) não ambiguidade | |
| (F4) significativo: | (F4.1) proximidade cultural (F4.2) relevância |
| (F5) consonância ⁷ : | (F5.1) predizibilidade (F5.2) demanda |
| (F6) fato inesperado: | (F6.1) não predizibilidade (F6.2) escassez |
| (F7) continuidade ⁸ | |
| (F8) composição (entre TV, rádio, jornal) | |
| (F9) referência a nações de elite | |
| (F10) referência a pessoas da elite | |
| (F11) referência a pessoas | |
| (F12) referência a algo negativo | |

Fonte: Galtung; Ruge (1973).

Passo, a seguir, a tratar da Consciência da Audiência por parte do Escritor, proposta por Lee (2008), distinguindo os componentes Interativo e Interacional, que constituem o discurso argumentativo.

1.9 A proposta de Lee

Lee (2008) e muitos estudiosos envolvidos na escrita acadêmica enfatizam a importância da Consciência da Audiência por parte do Escritor (CAE) (KIRSCH; ROEN, 1990; BURGESS, 2002; SWALE; FEAKE, 2004; CASANAVE, 2004; PALTRIDGE, 2004, apud LEE, 2008) e no seu efeito sobre as construções bem-sucedidas. Do ponto de vista linguístico, a ausência da CAE manifesta-se por meio de dois problemas principais, segundo Lee: problemas com componentes

⁶ Quanto mais recente o evento, maiores as chances de ser notícia.

⁷ Eventos que as pessoas esperam ou querem que aconteçam.

⁸ Uma vez que algo seja definido como notícia, ele continuará a sê-lo mesmo que o impacto diminua.

estruturais e problemas com a ausência do componente **Interpessoal** da língua. Lee (2008) delinea uma proposta teórica e metodológica para a análise de ensaios argumentativo/persuasivos que consiste de três recursos principais: o **Interativo**, o **Interacional** e o **InterPESSOAL**.

Os recursos Interativos relacionam-se com os componentes estruturais de um argumento (a análise do gênero da estrutura esquemática do argumento). A propósito, o termo interativo tem sido usado consistentemente por pesquisadores da interação na escrita referindo-se à estrutura do argumento Problema-Solução e a instrumentos de sinalização (THOMPSON; THETELA, 1995; THOMPSON, 2001; HOEY, 2001). Já dois sistemas interpessoais - o Interacional e o InterPESSOAL - relacionam-se com o modo como a informação é negociada.

Assim, Lee (2008) propõe um enquadre analítico para o exame da questão interpessoal no discurso:

- (a) Interativo (estruturas esquemáticas);
- (b) Interacional (as realizações metafóricas de comando);
- (c) InterPESSOAL (que envolve os três principais sistemas de Avaliatividade).

Em minhas análises, adoto a proposta de Lee, com uma pequena variação: (i) especificando o item (a); e agrupando os itens (b) e (c) em único item, ou seja:

- (a) **Componente Interativo** (examinando não só a estrutura do gênero Reportagem de Jornal - seus estágios e finalidades - com base em propostas sobre a estrutura da Argumentação, mas também os Modos Textuais que o constroem e
- (b) **Componente Interacional** (examinando a Avaliatividade e a Modalidade).

1.9.1 O Componente Interativo

A função Interativa é motivada, também, por aspectos interpessoais, e pode ser considerada como sendo o resultado de decisões feitas pelo escritor para tornar mais claras as conexões do texto e, assim, ajudar o leitor a navegar através do

texto. Trato aqui das categorias que constituem o componente Interativo: Gênero, Modos Textuais e estágios da Argumentação.

Mas, antes de tratar da noção de Gênero, seus estágios e finalidades, apresento algumas distinções que faz Porta (2002), que julgo serem importantes para a compreensão da Argumentação.

- **Descrição** - É certo que toda filosofia deve estar referida à "experiência". Outra questão, no entanto, é se o mero **descrever** a experiência alguma vez constituiu uma filosofia. Que a "teoria" da intencionalidade, assim como qualquer outra "teoria" filosófica, também é solução de problemas, observamos que há critérios para se estabelecer o que são boas e más teorias sobre o fenômeno intencional. Isso não significa que o descrever adequadamente não seja um fator decisivo na "solução", reformulação e, inclusive, dissolução do problema original. Certamente, ele pode desempenhar um papel preponderante em vários sentidos; o que não pode é **eliminar o problema** enquanto tal, pois descrever um fenômeno não é resolver um problema.
- **Solução de problema** - As teses filosóficas cumprem uma condição de solucionar um problema.
- **Argumento** - A **tese** é uma solução ao problema e implica um **optar** em que alternativa(s) - a(s) **hipótese(s)** - são descartadas. Tal optar parte da exigência de que a resposta seja pertinente, o que limita em boa medida toda arbitrariedade. Entretanto, é óbvio que isso ainda não basta. Às vezes, há várias respostas igualmente pertinentes para a mesma pergunta. É aqui que os **argumentos** desempenham um papel essencial. O que legitima a opção por uma determinada tese são os argumentos. Portanto, uma **hipótese** é uma candidata à **tese**.
- **Persuasão** - O emprego de argumentos, legítimos ou não, com o propósito de conseguir que outro(s) indivíduo(s) adote(m) certa(s) linha(s) de conduta, teoria(s) ou crença(s), consiste na persuasão. Persuadir, conforme Abreu (2000), é saber gerenciar uma relação, é falar à emoção do outro. Persuadir é construir algo no campo das ideias: quando convencemos alguém, esse alguém passa a pensar como nós, e realiza algo que desejamos que realize.

Para Kitis e Milapides (1997), a persuasão envolve: (a) *convicção* [por meio de evidências] e (b) *sedução* [por meio do apelo à emoção]. Enquanto o ato de convencer se dirige à razão, tecendo de um raciocínio estritamente lógico e por meio de provas objetivas, sendo, assim, capaz de atingir um auditório universal, a sedução; por sua vez, procura atingir a vontade, o sentimento dos interlocutores por meio de argumentos plausíveis ou verossímeis, de caráter ideológico, subjetivo, temporal, dirigindo-se, pois, a um auditório particular: o primeiro conduz a certezas, ao passo que o segundo, leva a inferências que podem conduzir esse auditório à adesão aos argumentos apresentados. Nesse sentido, Hunston (1994) propõe que:

Para ser convincente a persuasão deve parecer uma reportagem. Segue-se que a avaliação, através da qual a persuasão é realizada, deve ser altamente implícita e, assim, evitará a linguagem atitudinal normalmente associada ao significado interpessoal. (HUNSTON, 1994, p. 193)

1.9.1.1 O Gênero e os Estágios de uma Argumentação

O exame do gênero Reportagem de Jornal apoia-se na definição sugerida por Martin (1984, p. 25): "Gênero é uma atividade, organizada em *estágios*, orientada para uma *finalidade*, na qual os falantes se envolvem como membros de uma determinada cultura". A definição de Martin é complementada pela proposta de Vestergaard (2000), para quem o Gênero motiva e formata socialmente o discurso e a participação discursiva de fora, enquanto a língua na qual um discurso ocorre, restringe e capacita a expressão de dentro. Para o autor, as distinções de Gênero ocorrem na intersecção da meta comunicativa com o Registro, este entendido como "contexto situacional imediato" (HALLIDAY, 1994). Esta definição, como veremos, contribui para a análise da microestrutura linguística à qual subjaz a macroestrutura da ideologia, ou seja, a meta desta tese.

Nesse ponto, recorreremos à proposta de Lauerbach (2007), de uma metodologia que alia a abordagem de Análise (Crítica) do Discurso a métodos de análise do argumento, por meio da Teoria da Argumentação (TOULMIN, 1958). Essa teoria interessa à análise do discurso, segundo Lauerbach, principalmente com respeito a dois conceitos: (a) o conceito de *entimema*, ou premissa implícita de um argumento; (b) o conceito de *falácia* ou raciocínio falho. Usando-se o entimema, a análise do discurso ganha um conceito e um procedimento sistemático para a

construção de um tipo específico de significado implícito, que se realiza pela premissa não expressa de um argumento. O entimema é um silogismo abreviado, um argumento incompleto ao qual a audiência provê inconscientemente a premissa que lhe falta.

A Argumentação é uma prática discursiva de reivindicação e contrarrevindicação, continua a autora, essencialmente dialógica. Portanto, são sequências de pergunta-resposta que subjazem à lógica do argumento cotidiano, cujas categorias teóricas constitutivas [*Reivindicação, Dados, Garantia, Qualificação, Refutação e Apoio*] estão potencialmente sujeitas a desafios com respeito à sua validade, segundo Toulmin (1958).

A Argumentação racional, diz Lauerbach (2007), como todas as atividades cooperativas, é um recurso para a construção de um conhecimento consensual socialmente compartilhado. A Argumentação resulta de uma ação comunicativa e a suspende, quando um ato de fala é desafiado em sua validade em relação à verdade das asserções, à autoridade legítima dos diretivos e aos requisitos de sentimentos autênticos nas expressivas (HABERMAS, 1981, *apud* LAUERBACH, 2007).

A autora considera dois conceitos da Teoria da Argumentação que são caros à análise do discurso: o *entimema* e a *falácia*. O construto teórico do entimema permite ao crítico examinar a interação entre um falante, um texto e uma audiência. Na criação e na resposta a entimemas, falante e audiência revelam suas crenças e valores não declarados; revelam sua ideologia ou 'filosofia implícita' sobre a natureza da realidade, a natureza de sua comunidade e a concepção das relações sociais apropriadas (GILL; WHEDBEE, 1997, p. 171-172, *apud* LAUERBACH, 2007).

A premissa implícita, subjacente, é com frequência expressa linguisticamente em forma condensada via conjunções de contraste, causalidade, condicionalidade, concessão, comparação ou graduação (e.g. *Ele é pobre, mas é limpinho.*). Esses silogismos abreviados baseiam-se em premissa avaliativa (*Todo pobre é sujo*), que é pragmaticamente inferida pelos falantes como sendo um conhecimento indiscutivelmente compartilhado entre eles. Premissas não expressas são reconstruídas pelos passos dialógico-hipotéticos do esquema de Argumentação

proposto pela Teoria da Argumentação, de Toulmin (1958), que apresentamos abaixo.

O outro conceito promissor para a análise do discurso é o conceito de falácia ou raciocínio falho. É compreensível que analistas do discurso queiram encontrar na Teoria da Argumentação um procedimento de avaliação da aceitabilidade ou da insuficiência de argumentos em seus Dados, bem como da reação imediata dos próprios participantes; esse procedimento se torna mais imprescindível porque, em textos monológicos e em alguns textos dialógicos da mídia, os analistas não têm acesso a essas reações.

Para explicar a Teoria da Argumentação, Lauerbach reconstruiu a sequência de movimentos dialógicos, a partir do modelo de Toulmin aplicado a um diálogo argumentativo fictício entre A e B (TOULMIN, 1958, p. 94-107). Veja Quadro 11.

Os passos desse esquema possibilitam aquilatar a validade de um argumento, pois forçam o analista a definir claramente a Reivindicação e a descrever os Dados apresentados em Garantia. Além disso, ele deve reconstruir a licença da inferência (*inference licence*), que garante a conclusão da Reivindicação através dos Dados, bem como as circunstâncias pelas quais a licença é apoiada e as condições sob as quais a Reivindicação pode ser refutada.

Quadro 11 - Movimentos Dialógicos do Modelo de Toulmin

| |
|---|
| <p>(a) <i>Reivindicação</i>: asserção pela qual nos comprometemos (p.ex.: Tom é cidadão britânico).</p> <p>(b) <i>Dados</i>: fatos que oferecemos para apoiar a Reivindicação (p.ex.: Ele nasceu nas Ilhas Bermudas).</p> <p>(c) <i>Garantias</i>: registro, implícito, da legitimidade do passo envolvido para passar dos Dados para a Reivindicação (p.ex.: Há uma lei que garante essa reivindicação).</p> <p>(d) <i>Qualificação</i>: inserção de um qualificador (p.ex.: Ele é <u>certamente</u> um cidadão britânico).</p> <p>(e) <i>Refutação</i>: circunstâncias nas quais não se aceita a autoridade geral da Garantia. (p.ex.: Mas seus pais não são cidadãos britânicos).</p> <p>(f) <i>Apoio</i>: afirmações categóricas que são expressas quando o refutador não aceita a validade da Garantia (p.ex.: A afirmação de que os estatutos sobre a nacionalidade britânica foram de fato transformados em lei).</p> <p style="text-align: right;">(TOULMIN, 2006 [1958], p. 153)</p> |
|---|

Existem vários tipos de texto (também chamados de "Modos Textuais" ou mesmo "Gênero"), cujas características são responsáveis pelo agrupamento de certos textos como sendo "do mesmo tipo" e, portanto, diferentes de outros "tipos". Vamos examinar um texto que, é, em geral, chamado de "dissertativo-argumentativo" ou "ensaio", termo proposto por Vigner (1988).

1. Hoey (1994) apresenta, para esse tipo de texto, a seguinte estrutura, que chamou de **Problema-Solução**:

| | |
|-----------------|-------------------------------------|
| Situação | <i>Eu estava de sentinela.</i> |
| Problema | <i>Vi o inimigo se aproximando.</i> |
| Resposta | <i>Abri fogo.</i> |
| Solução | <i>Venci o ataque inimigo.</i> |

Se tomarmos as quatro sentenças listadas acima, diz Hoey, verificaremos que a ordem em que as sentenças aparecem aqui parece mais natural do que outras:

1. Eu estive na função de sentinela.
Eu vi o inimigo se aproximando.
Eu abri fogo.
Eu venci o ataque inimigo.

Existem 24 sequências possíveis, mas é apenas uma que pode ser lida sem entonação especial e que faz sentido. Mas se a segunda sentença for lida com entonação parentética, a (2) também faz sentido:

2. Eu vi o inimigo se aproximando.
(Eu estava na função de sentinela).
Eu abri fogo.
Eu venci o ataque inimigo.

Outras sequências parecem mais difíceis de serem aceitas:

3. Eu abri fogo.
Eu estive na função de sentinela.
Eu venci o ataque inimigo.
Eu vi o inimigo se aproximando.

Esses fatos sugerem que podemos dividir as sequências em três categorias: sequências não marcadas, sequências marcadas e sequências incoerentes.

Mas, segundo o autor, não é apenas a sequência das sentenças que é importante, também a sua presença. Nenhuma das quatro sentenças pode ser omitida (a menos que seja pressuposta) sem ameaçar a clareza do texto. O que isto sugere é que cada uma das quatro sentenças é essencial para a estrutura, que podemos, inicialmente, identificar como estrutura Problema-Solução, com os seguintes elementos:

| | |
|-----------|------------------------------|
| Situação | Eu estava de sentinela. |
| Problema | Vi o inimigo se aproximando. |
| Resposta | Abri fogo. |
| Avaliação | Venci o ataque inimigo. |

Surge uma questão: como pode o escritor/leitor identificar essa estrutura no discurso? Consideraremos duas possíveis respostas para a questão, que pode ser indicada resumidamente como:

- (a) projeção dentro do diálogo e
- (b) identificação dos signos lexicais.

Nossas sentenças do texto artificial podem agora ser projetadas em diálogo.

- (4) A: Qual era a situação?
 B: Eu estava na função de sentinela.
 A: Qual era o problema?
 B: Eu vi o inimigo se aproximando.
 A: Qual foi a sua solução?
 B: Eu abri fogo.
 A: Qual foi o resultado?
 e
 Como foi o êxito disto?
 B: Eu venci o ataque inimigo.

As perguntas acima precisam de algum refinamento. Qual foi o problema? é uma forma natural de uma pergunta mais precisa: Que aspecto da situação requereu uma resposta? Como podemos ver, existem razões para definir problema como um aspecto da situação requerendo uma resposta.

A questão *Qual foi a solução?* também requer uma qualificação. Como se observa, é uma forma natural de uma pergunta menos possível: *Qual foi sua resposta?* (para o aspecto da situação requerendo uma resposta).

Embora seja conveniente na maioria das vezes falar em estruturas Problema-Solução, é importante informar que a palavra *solução* contém em si uma avaliação de uma resposta bem-sucedida; porém devemos ter em mente que desejamos também ser capazes de tratar de léxico que descreva respostas malsucedidas, diz Hoey.

2. Thompson (2001) sugere dois tipos de estrutura: **Hipotético-Real** e **Pergunta-Resposta**:

| | |
|-----------------|--|
| Hipótese | <i>Muitos acreditam que ...</i> |
| Real | <i>Porém a relação entre é muito mais complexa.</i> |

e

| | |
|-----------------|--|
| Pergunta | <i>Por que Hong Kong adotou?</i> |
| Resposta | <i>Com base em ... pode-se inferir que ...</i> |

3. Por seu lado, Vigner (1988) apresenta a estrutura **Lógica-Refutação**. Veja a seguir:

Relação-lógica (de causa e efeito)

| | | |
|---|--------------|---|
| <i>A limitação de velocidade nas estradas</i> | É A CAUSA DA | <i>diminuição do número de acidentes.</i> |
|---|--------------|---|

Alguém pode contestar essa declaração, dizendo:

Refutação

| | |
|---------------------|---|
| <i>Mesmo sem</i> | <i>a limitação de velocidade nas estradas</i> |
| <i>teria havido</i> | <i>diminuição do número de acidentes.</i> |

Que pode ser expresso assim:

| | |
|---|-------------------------------------|
| <u>Tem havido uma tendência para convencer a população de que</u> a redução do número de acidentes registrados nos três primeiros meses do ano <u>teria sido consequência</u> das medidas de limitação de velocidade. | Retomada da tese do oponente |
| <u>Na realidade, é possível que</u> o mesmo número reduzido de acidentes se deva à redução do tráfego no período e da obrigatoriedade do uso do cinto de segurança. | Apresenta a sua explicação |
| <u>A explicação pela qual</u> a limitação de velocidade nas estradas seria necessariamente a <u>causa</u> da diminuição do número de acidentes <u>não pode, pois, ser sustentada</u> . | Conclusão |

A seguir, trato dos Modos Textuais - Descrição, Narração, Argumentação - que constituem um gênero.

1.9.1.2 Os Modos Textuais⁹

Reynolds (2000) examina a textura do discurso genérico de um conjunto de editoriais dos jornais londrinos *The Times* e *The Guardian* acerca das eleições gerais britânicas de maio de 1997, e descreve como a textura do conjunto pode ser explicada em termos de apenas três **Modos de Textura** representacional - **Narração, Descrição e Argumento** - e mostra como o Argumento predomina nesse gênero. Embora aplicada ao editorial, sua proposta foi aplicada às análises da presente pesquisa, ou seja, a reportagens com resultados favoráveis, como veremos.

Reynolds chama de fusão a mistura dos Modos Textuais. A razão para tal fusão, diz ele, deriva da necessidade de apoiar o Argumento com evidências, já que este se refere a fatos não verificáveis, em que se misturam opinião, asseveração e suposição. Assim, o Argumento vale-se da Narração e da Descrição, que tratam de afirmações verificáveis, para tentar garantir a veracidade das declarações de que lança mão. Na realidade, continua o autor, mesmo na Narração, há um narrador e sua interpretação dos fatos, e, assim sendo, o ponto de vista pode ser considerado um misto entre Narração e Argumento. A fusão pode acontecer de duas formas: (i)

⁹ No caso da presente tese, por julgar que a proposta de Reynolds sobre o editorial possa aplicar-se ao Gênero Reportagem, adoto-a para a minha análise das reportagens sobre o caso *Legacy-Boeing*.

fusão Linear, em que um Modo segue o outro em uma relação sucessiva; (ii) fusão Escalada, em que dois Modos realizam-se simultaneamente.

Se a língua e o gênero juntos fornecem a estrutura para o discurso, diz ele, então esses são realizados como textura, isto é, a instanciação no discurso de duas ordens virtuais de estrutura, ou seja, a estrutura linguística e a estrutura de Gênero (REYNOLDS, 1997). Textura é um conceito funcional que inclui a **coesão** descrita pelos linguistas sistêmico-funcionais, tais como Halliday e Hasan (1976, 1989) e Martin (1992), mas também, e mais importante, a **coerência** que eles tendem a explicar. Textura é o resultado da mistura de Modos Textuais, que juntos abrangem o discurso e correspondem a funções para as quais precisamos da língua e a usamos. Para usar uma metáfora, tecemos fato e opinião juntos no discurso: daí, a ‘textura’.

Há Modos Textuais *representacionais*, *interpessoais* e um *metadiscursivo*. No caso do editorial de jornal, o foco está nos Modos representacionais.

Quadro 12 - Modos Textuais

| Modos representacionais | | | Modos interpessoais | | | Modo metadiscursivo |
|-------------------------|--------------------|------------------------------|--------------------------|----------------------------------|----------------|---|
| NARRATIVO | DESCRITIVO | ARGUMENTATIVO | DIRETIVO | INTENCIONAL | FÁTICO | REFLEXIVO |
| histórias | como as coisas são | opiniões, crenças, persuadir | como, quando, onde fazer | planos, intenção, compromisso-so | estab. contato | comentário sobre o seu próprio discurso ou o do outro |

Fonte: Reynolds (2000)

Os termos ‘Narrativo’ e ‘Argumentativo’ não são ‘gêneros’ por si, mas descritores dos Modos Textuais que se combinam para formar gêneros. A combinação de Modos Textuais não é, contudo, um assunto aleatório. Em Gêneros específicos, como resultado da ‘exigência’, ou motivo social (MILLER, 1984), da ação retórica que está sendo praticada, um ou outro Modo será predominante, e.g. Narrativo para contar uma brincadeira ou uma anedota, Argumento em artigos acadêmicos ou discurso jurídico. Reynolds (2000) alega que todo discurso toma uma forma genérica particular que é realizada como alguma combinação de Modos Textuais.

O objetivo do editorial, diz Reynolds, é afirmar a visão do jornal a respeito de algum assunto ou notícia. Em sendo assim, o editorial não é assinado. Supõe-se que ele seja o trabalho do editor, ou talvez do proprietário do jornal. É também o objetivo do editorial persuadir o leitor sobre o ponto de vista do jornal a respeito da questão em foco. Segundo Reynolds, essa noção pode ser demasiado idealística num mundo comercialmente competitivo de guerras de corte de preços, etc. O objetivo do editorial pode ser munir os leitores (os consumidores) de preconceitos, e assim contribuir para manter o hábito do leitor. É nesse ponto que a ideologia entra no editorial, na medida em que, como parte de suas funções, está atingindo e confirmando os interesses dos leitores, preocupações e pontos de vista. A ideologia aqui é nas palavras de Thompson (1984, p. 1), “o pensamento de outros” na medida em que é uma interpretação pelo jornal daquilo que o leitor *quer* ler.

1.9.2 O Componente Interacional

Trato a seguir das categorias que formam o componente Interacional: a Avaliatividade e a Modalidade.

1.9.2.1 A Avaliatividade

A avaliação tem sido estudada na GSF com o nome de *Avaliatividade* (tradução de *Appraisal*), de Martin (2000, 2003), que, assim, acrescenta à Metafunção Interpessoal da GSF a semântica da avaliação, isto é, o modo como os interlocutores estão *sentindo*, os *juízos* que fazem e a *apreciação* de vários fenômenos de sua experiência.

Para Fairclough (1992), a avaliação, antes de ser uma codificação da certeza, dúvida ou atitudes é o ponto de intersecção no discurso entre o significado da realidade e a atividade das relações sociais - ou em termos da Gramática Sistêmico-Funcional, entre as funções Ideacional e Interpessoal. Fairclough diz que os marcadores de avaliação codificam elementos-chave da relação entre os interlocutores, tais como: solidariedade, afinidade, e outras relações de poder. A

expressão de afinidade alta pode ter pouco a ver com o nosso compromisso com a proposição, mas muito com o desejo de mostrar solidariedade. Ao contrário, baixa afinidade com a proposição pode expressar falta de poder, e não tanto falta de convicção ou conhecimento:

A: - *Vamos mandar buscar um lanche?*

B: - *Não sei, talvez seja um pouco gorduroso.* (FAIRCLOUGH, 1992, p. 160)

B usa um *hedge* (modalizador) em sua resposta, não para mostrar falta de convicção ou de conhecimento, o que poderia indicar menos poder de B em relação a A. O verbo 'saber' aqui mostra muito mais uma atitude do falante sobre seu nível de incerteza em relação à proposição. Poderíamos interpretar esses marcadores como sendo intersubjetivos, o que nos permitiria interpretar a avaliação simultaneamente como marcadores objetivos (quantitativo) e subjetivos (qualitativo).

Ochs e Schieffelin (1989, p. 22) afirmam que o Afeto permeia o sistema linguístico inteiro, tanto que os recursos linguísticos para a avaliação afetiva e epistêmica incluem, não somente o léxico, mas também as estruturas gramaticais e sintáticas (e.g. escolha de pronomes, determinantes, voz verbal, tempo e aspecto verbais, advérbios sentenciais, *hedge*, construções clivadas (*cleft sentences*), diminutivos, aumentativos, quantificadores, ordem de palavras, feições fonológicas e estruturas discursivas (mudança de registro instanciada por palavras-tabu, dialeto, repetição de enunciado alheio).

Segundo Halliday (1994), no ato da fala, o falante adota para si um papel de fala, e assim atribui ao ouvinte um papel complementar que ele quer que este adote. Os tipos fundamentais de papel de fala, que ficam subjacentes a todos os demais tipos mais específicos que possam existir, são apenas dois: (i) dar ou (ii) pedir (informação ou bens e serviços).

Porém, segundo Martin (2000), a interação envolve mais que uma simples troca de bens e serviços ou de informação, mas, também, *Afeto*, *Julgamento* ou *Apreciação*. Assim, juntamente com modelos baseados na gramática, ele propõe a elaboração de sistemas lexicalmente-orientados que tratem também desses elementos.

Assim, Martin desenvolveu um sistema reticular de descrições de opções semânticas para avaliar pessoas, coisas e fenômenos. Ele e seus colaboradores estavam interessados em uma série ampla de recursos interpessoais e adotaram o termo *APPRAISAL* para esse estudo. O grupo, trabalhando dentro do enquadre geral da GSF (HALLIDAY, 1967, 1985, 1994; MARTIN, 1992), estava interessado na função social desses recursos, não simplesmente para expressar sentimentos, mas, em termos de sua habilidade em construir comunidades, para alinhar pessoas na negociação em curso, na vida em comunidade.

A Avaliatividade é constituída por três principais sistemas: (1) ATITUDE, que envolve três subsistemas, a saber: Afeto, Julgamento e Apreciação; (2) COMPROMISSO, que foi detidamente estudado por White (2003), e que distingue entre enunciados *heteroglóssicos* ou dialógicos (nos quais se sinaliza uma posição que explicitamente mostra diversidade de opiniões, com implicação de conflito e luta entre as vozes;) e enunciados *monoglóssicos* (em que o escritor se posiciona, construindo a audiência como partilhando a mesma visão de mundo); e, finalmente, (3) GRADAÇÃO, que trata dos recursos para intensificar ou minimizar a força (intensifica [i.e. *completamente devastado*] ou diminui [i.e. *um pouco chateado*] a avaliação) e o foco (aguça [i.e. *um policial de verdade*] ou suaviza [i.e. *cerca de quatro pessoas*] a avaliação).

Julgamento e Apreciação devem ser interpretados como institucionalizações do Afeto que evoluiu para socializar os indivíduos - Julgamento como um Afeto recontextualizado para controlar o comportamento (o que devemos ou não fazer), Apreciação como um Afeto recontextualizado para dirigir o gosto (que coisas são dignas), segundo o autor.

Apresento, a seguir, quadro que resume sistema e subsistemas da Avaliatividade.

O Quadro 13 mostra o subsistema de Afeto e as escolhas léxico-gramaticais que o realizam. De modo semelhante, os subsistemas de Julgamento e Apreciação também oferecem essas opções para sua realização.

Quadro 13 – Sistema e Subsistemas da Avaliatividade

| | | | |
|--|---|---|---|
| COMPROMISSO | (a) Monoglóssico (sem negociação) [<i>A seca é uma desgraça.</i>] (b) Heteroglóssico (com negociação) [<i>Talvez Fabiano tivesse exagerado.</i>] | | |
| ATITUDE | (a) Afeto | (in)Felicidade [<i>Ele sentiu desejos de cantar.</i>] | |
| | | (in)Segurança [<i>Sinhá Vitória acomodou os filhos.</i>] | |
| | | (in)Satisfação [<i>A obstinação da criança irritava-o.</i>] | |
| | (b) Julgamento | Estima Social | Normalidade [<i>A família falava pouco.</i>] |
| | | | Capacidade [<i>De sertão, ele entendia.</i>] |
| | | | Tenacidade [<i>Caminhava sem desanimar.</i>] |
| | | Sanção Social | Veracidade [<i>Não quis enganar ninguém.</i>] |
| | | | Propriedade [ética] [<i>Não podia deixá-lo lá.</i>] |
| | (c) Apreciação | Reação (impacto): [<i>Notou avultarem-se as ossadas.</i>] | |
| | | Reação (qualidade): [<i>Os calcanhares sangravam.</i>] | |
| Composição (equilíbrio): [<i>Viu o papagaio em atitude ridícula.</i>] | | | |
| Composição (complexidade): [<i>Como entender esse sofrimento?</i>] | | | |
| | | Valoração [<i>A viagem era inútil, pensou.</i>] | |
| GRADAÇÃO | (a) Força | Aumenta [<i>completamente devastado.</i>] Diminui [<i>um pouco cansado.</i>] | |
| | (b) Foco | Aguça [<i>um sertanejo de verdade</i>] Suaviza [<i>cerca de quatro pessoas.</i>] | |

Fonte: Martin (2000) resumido por Gobbo e Ikeda (2013)

Nesse contexto, Martin (2000) mostra que, quando a avaliação é realizada explicitamente, é fácil analisar uma atitude sobre um evento como positiva ou negativa. Mas, há casos em que a avaliação não é realizada de maneira explícita. Diz ele que, em casos como esse, a decisão pela avaliação - se positiva, se negativa - depende da posição de leitura. Esse fato levou Martin a postular uma distinção importante entre Avaliatividade inscrita (explícita) e evocada (implícita).

Em sendo assim, o autor propõe a noção de *Token* de Atitude para denominar o modo pelo qual o significado informacional pode ser “saturado” em termos avaliativos, ou seja, interpessoais. A propósito, Martin (2003, p. 173) adverte: “o apego a categorias explícitas significa que uma grande quantidade de Atitude implícita pelos textos será perdida”.

A Avaliatividade pode, então, apresentar-se dessa forma:

Quadro 14 - Avaliatividade Inscrita - Evocada - Implícita Provocada

| | |
|---|---|
| Inscrita (explícita) | As crianças estavam falando <i>alto</i> . |
| Evocada (implícita) (<i>tokens</i> 'fatuais') | As crianças <i>conversavam</i> enquanto ela dava aula. |
| Implícita provocada (alguma linguagem avaliativa) | <i>A professora já estava na sala, mas as crianças continuavam falando.</i> |

Fonte: Martin (2003)

A seguir, apresento a Modalidade, que compõe o sistema gramatical de *Mood*, da Metafunção Interpessoal, proposto por Halliday (1985).

1.9.2.2 A Modalidade

Vimos que os tipos fundamentais de papel de fala são apenas dois: (i) dar, e (ii) pedir. Portanto, um 'ato' de fala é algo que poderia ser mais apropriadamente chamado de uma 'interação': é uma permuta, na qual dar implica receber e pedir implica dar em resposta.

Juntamente com essa distinção básica está uma outra distinção, igualmente fundamental, que se relaciona com a natureza do produto que está sendo permutado. Este pode ser (a) uma Proposta, envolvendo bens e serviços; ou (b) uma Proposição, envolvendo informação (HALLIDAY, 1994). Veja Quadro 15.

Quadro 15 – Modalidade

| DAR | | PEDIR | | PRODUTO | MODALIDADE | |
|------------------------|------------------------|-------|---|--|--------------------|--|
| Informação | | | | Proposição → (Informação) | Modalização | <u>probabilidade</u> (epistêmica): <i>talvez</i> |
| e.g. São duas horas. | e.g. Quem você viu lá? | | <u>frequência</u> : <i>geralmente, sempre</i> | | | |
| Bens e Serviços | | | | Proposta → (Bens e Serviços) | Modulação | <u>obrigação</u> (deôntica): <i>deve, precisa</i> |
| e.g. Deu-lhe flores. | e.g. Me empresta isso? | | <u>desejabilidade</u> : <i>quero</i> | | | |

Fonte: Halliday (1994)

Veja, a seguir, um exemplo de análise da Metafunção Interpessoal:

Quadro 16 - Metafunção Interpessoal: Análise

| | | | | | | | |
|--|----------------------------------|--------------------|----------------------|------------|------------------|-------------------|------------------------|
| <u>Contudo, em minha opinião, o duque deve dar o bilhete na festa disfarçadamente.</u> | | | | | | | |
| (a) Oração como <i>permuta</i> [Mood e Resíduo] | | | | | | | |
| Contudo, | em minha opinião, | o duque | deve | Dar | o bilhete | na festa | Disfarçadamente |
| Adj. Conjunt. | Adj. Modal | Sujeito | Finito ¹⁰ | Predicador | Complemento | Adj. Circunst. | Adj. Modal |
| -o- | <i>MOOD</i> | | <i>RESÍDUO</i> | | | <i>MOOD</i> | |

Fonte: Halliday (1994)

A Metafunção Interpessoal tem recebido ao longo do tempo muitas contribuições. Assim, por exemplo, Lemke (1998) propõe um acréscimo às categorias de Modalidade de Halliday (1994), e para tanto, refere-se a Bakhtin [1935(1986)], que chamou atenção aos modos pelos quais uma comunidade social incorpora um grande número de diferentes vozes discursivas cada qual apresentando características de alguma subcomunidade de falantes, e em relação semântica complexa com muitas outras, fenômeno ao qual Lemke (1995a) chama de 'formações discursivas'. Bakhtin caracteriza essas vozes discursivas através de pontos de vista, que diferem em seu conteúdo ideológico (ou ideacional, segundo Lemke) e em sua avaliação 'axiológica' (valor) em relação ao conteúdo e a outras vozes, fenômeno chamado por ele de '**heteroglossia**'.

Para caracterizar as relações 'axiológicas', Lemke (1998) apresenta sete dimensões semânticas de orientações avaliativas de proposições e as compara às da Modalidade da oração de Halliday (1994). Veja Quadro 17.

Ele chama de **realização prosódica** a esse significado atitudinal que se estende pelo texto e que inclui: (i) *a coesão avaliativa*, (ii) *a propagação sintática*, (iii) *a avaliação projetiva*, (iv) *a avaliação prospectiva e retrospectiva*, e sugere que esses significados avaliativos tenham um papel importante na análise do discurso da heteroglossia social e da identidade individual e coletiva.

¹⁰ Finito indica Tempo Primário e Modalidade.

Quadro 17 - Dimensões Avaliativas - Atributos Avaliativos de Proposições e Propostas

| | |
|--|---|
| 1. DESEJÁVEL/INDESEJÁVEL [desejabilidade/inclinação, de Halliday] | É simplesmente maravilhoso que João venha. É realmente péssimo que João venha. |
| 2. GARANTIDO/DUVIDOSO [probabilidade] (= epistêmico) | É bem possível que ... É muito duvidoso que... |
| 3. NECESSÁRIO/DESNECESSÁRIO [obrigação] (= deontico) | É necessário que... É desnecessário que ... |
| 4. ESPERÁVEL/INCOMUM [usualidade, frequência] | É bem normal que ... É altamente surpreendente que ... |
| 5. IMPORTANTE/SIGNIFICATIVO* | É muito importante que.../É insignificante ... |
| 6. COMPREENSÍVEL/ÓBVIO* | É perfeitamente compreensível/misterioso que ... |
| 7. HUMORÍSTICO/SÉRIO* | É simplesmente hilário/sério que ... |
| Marginal: HABILIDADE | É possível, difícil, fácil ... |

Fonte: Lemke (1998)

*Em negrito as dimensões acrescentadas por Lemke (1998), às categorias de Halliday (1994).

Outra contribuição para a Metafunção Interpessoal vem de Thompson e Thetela (1995), que não concordam com a inclusão da Modalidade no sistema de *Mood*. Autores, como Lemke (1992), notam que a abordagem hallidayana tende a confundir as funções interpessoais (*Mood*) e a função do 'intrometimento' pessoal (Modalidade).

Inicialmente, dizem eles, há dois tipos de abordagem na investigação da interação na escrita:

- (a) orientada-para-informação (amigável para o leitor): são as necessidades do leitor que são levadas em consideração.
- (b) orientada-para-função (não amigável para o leitor/manipulativa): o escritor conduz a interação, atribuindo papéis (perguntador e respondedor) e se imiscui na mensagem através de comentários e avaliações (deriva da Metafunção Interpessoal¹¹, de Halliday).

¹¹ Nessa Metafunção, a interação é majoritariamente sinalizada pelos sistemas gramaticais de *Mood* e Modalidade. *Mood* estabelece os papéis de relação entre falante e ouvinte; Modalidade carrega a posição avaliativa do falante.

Assim, Thompson e Thetela (1995) propõem que se faça uma distinção no interior da Metafunção Interpessoal, e a vê abrangendo duas funções relacionadas, mas relativamente independentes: PESSOAL (Modalidade) e INTERACIONAL (*Mood*). Além disso, propõem, na Metafunção Textual, a função INTERATIVA (para guiar o leitor através do texto: e.g. *em resumo, como dissemos antes, etc.*). Veja, no Quadro 18, o sistema da interpessoalidade proposto por eles. Eles examinam os:

- (a) **papéis desempenhados** (MOOD) realizados pelo ato de fala por si ('papéis de fala': o participante não pode deixar de desempenhar estes papéis: perguntador ou respondedor, por exemplo) *Sente-se!*_[ordenador] *versus* *Por que você não tira o peso sobre seus pés por uns momentos?*_[solicitador/questionador]
- (b) **papéis projetados** (MOOD) a questão é a rotulação dos falante/ouvinte. (*Senhor versus Participantes do curso*). Este é o ponto em que o componente *interpessoal* se sobrepõe ao *ideacional* no modelo de Halliday, já que, se o escritor projeta papéis, a pessoa sobre quem o papel é projetado é simultaneamente um participante no evento linguístico e um participante na oração.

Quadro 18 - Função Interpessoal

| | | | |
|---------------------|-------------------------|--------------------------|---|
| Função Interpessoal | Pessoal [Modalidade] | Modalidade ¹² | <ul style="list-style-type: none"> ● responsabilidade aceita ● responsabilidade camuflada |
| | | Avaliação | <ul style="list-style-type: none"> ● proposicional ● encaixada |
| | Interacional [Mood] | Papéis desempenhados | <ul style="list-style-type: none"> ● direto ● indireto |
| | | Papéis projetados | <ul style="list-style-type: none"> ● nomeação ● atribuição |

Fonte: Thompson; Thetela (1995)

¹² Ex.: Subjetivo: Eu acho que esteja errado.

Objetivo: Há a possibilidade de que ele esteja errado.

1.9.2.3 A Realização Prosódica da Avaliatividade

Lemke (1998) cita Bakhtin (1935), que chamou atenção aos modos pelos quais uma comunidade social incorpora um grande número de diferentes vozes discursivas cada qual apresentando características de alguma subcomunidade de falantes, e em relação semântica complexa com muitas outras, fenômeno ao qual Lemke (1995a) chama de 'formações discursivas'. Mas, para caracterizar a avaliação 'axiológica', diz Lemke, não basta o apoio do sistema da Metafunção Interpessoal (HALLIDAY, 1985), pois quando falamos não apenas criamos relações de oferta e demanda, solidariedade e distância, domínio e subordinação, etc. com os interlocutores, mas também construímos atitudes e avaliações em relação ao nosso próprio discurso e ao de outros.

Como Martin (1992, p. 553-559) e outros (LEMKE, 1998; MATTHIESSEN, 1995; THOMPSON, 1998; HUNSTON; THOMPSON, 2000) notaram, as realizações de significados interpessoais tendem a ser mais *prosódicas*, espalhando-se através da oração/oração complexa. Quando consideramos os significados em textos extensos e coesos, e não em orações individuais, encontramos fenômenos da língua que revelam novos recursos semânticos ao nível do texto, que são as *realizações prosódicas*.

Por outro lado, Coffin (2002) nota que os recursos de Avaliatividade não são simplesmente um meio para o falante ou o escritor fazer comentários 'pessoais' sobre o mundo, mas são instrumentos *interpessoais* para desenvolver solidariedade entre falante/escritor e sua audiência.

Além disso, o modelo de Avaliatividade orienta-se em direção à semântica do discurso, e não diretamente à léxico-gramática. As realizações léxico-gramaticais do sistema são de fato altamente diversificadas. Essa feição do significado interpessoal foi explorada por diversos linguistas. Apoiando-se em Martin (1992), Thompson (1996) nota que:

Reporting constitutes one of the “semantic diffusions” or “semantic motifs” which Martin (1992 p. 16) argues “permeates the grammar” – other examples are modality and causation. Each semantic motif is made up of a group of meanings which are related semantically but which may be realised through a range of very different structural forms. (THOMPSON, 1996, p.502)¹³

A seguir, apresento um quadro-resumo com as teorias que embasam a análise.

| | |
|--|------------------------------|
| Análise de cunho crítico com apoio da Gramática Sistêmico-Funcional A relação micro/macroestruturas | |
| Representação no discurso Legitimização Vozes/Intertextualidade/Intersubjetividade/Alinhamento Pragma-Dialética/Teoria de Toulmin | |
| FUNÇÃO INTERPESSOAL | |
| Função Interativa | Função Interacional |
| Gênero Estrutura do Gênero Argumentativo Modos Textuais | Avaliatividade Modalidade |

¹³ Reportar constitui uma das “difusões semânticas” ou “motivos semânticos” que Martin (1992, p.16) afirma “permeiar a gramática” - outros exemplos são a modalidade e a causalidade. Cada motivo semântico é composto de um grupo de significados que está relacionado semanticamente, mas que pode ser realizado através de uma série de formas estruturais muito diferentes.

2 METODOLOGIA

A análise das reportagens sobre o desastre que envolveu o *Legacy* e o *Boeing*, um estudo de caso, apoia-se em uma metodologia interpretativista e qualitativa, adotando os princípios teórico-metodológicos da GSF. A teoria permite relacionar as escolhas léxico-gramaticais feitas na microestrutura do texto com a ideologia e as relações de poder na macroestrutura do discurso.

2.1 Dados

Os dados são constituídos por duas reportagens: "Legacy voava na rota reservada pela torre para o Boeing da Gol", publicada no dia 03/10/2006, no jornal *O Estado de São Paulo*, coletada via online¹⁴, e "*Flight recorder is said to back american pilots in Brazil crash*", publicada em 03/11/2006, no *The New York Times*, coletada via online¹⁵, tratando do acidente aéreo, envolvendo as aeronaves *Legacy*, jato executivo, americano, e o *Boeing*, da Gol, brasileiro. No acidente, ocorrido em 29 de setembro de 2006, um Boeing 737-800 SFP (*Short Field Performance*) da companhia brasileira Gol Linhas Aéreas Inteligentes, prefixo PR-GTD, com 154 pessoas a bordo, desapareceu dos radares aéreos às 16h48min (UTC-3) enquanto cumpria a etapa de Manaus (MAO) a Brasília (BSB) do voo G3 1907.

A seleção dessas duas reportagens foi feita de maneira aleatória, visando a apenas verificar os processos de Representação referentes tanto do ocorrido, quanto de seus atores sociais em textos de reportagem. A pesquisa focaliza a investigação das relações entre as escolhas de certas formas linguísticas, a ideologia, e as relações de poder que subjazem a essas formas.

O jornal *The New York Times* é um jornal de circulação diária, internacionalmente conhecido, publicado em Nova Iorque e distribuído nos Estados Unidos e em muitos outros países. É o jornal de maior influência em território norte-americano, e mantém um tom conservador moderado.

¹⁴ Fonte Agência Estado, 03/10/2006, às 07h41m.

¹⁵ <http://elibrary.bigchalk.com>

O jornal *O Estado de São Paulo* é o quarto em circulação no país e o segundo na Grande São Paulo. O jornal ainda mantém a postura tradicional de um conservadorismo político e um liberalismo econômico. Hoje, o periódico tem tomado posições mais liberais no âmbito social e político.

2.2 Procedimentos de Análise

Considerando o objetivo desta tese - o exame da persuasão que ocorre nas reportagens publicadas em jornais brasileiro e americano que trataram do desastre com as aeronaves *Legacy*, jato executivo, americano, e o *Boeing*, da Gol, brasileiro, esta tese deve responder às seguintes perguntas:

- (a) Como o acidente envolvendo o *Legacy* e o *Boeing* é representado por cada um dos jornais?
- (b) Que papel exercem os componentes Interativo e Interacional nessa Representação?
- (c) Qual é a contribuição da Gramática Sistêmico-Funcional para o exame feito em (a) e (b)?

Para tanto, foco a função interpessoal abrangendo dois componentes: o Interativo e o Interacional, procedendo da seguinte forma. (Antes de iniciar as análises, apresento a reportagem na íntegra.)

O **Componente Interativo** será examinado por meio: (i) da estrutura de Gênero e suas finalidades, que será feita juntamente com a análise da estrutura do texto argumentativo (HOEY, 1994; THOMPSON, 2001; VIGNER, 1998); e (ii) dos Modos Textuais (REYNOLDS, 2000), distinguindo-os em: *Narração* (itálico); Descrição (sublinhada) e **Argumentação** (negrito), para verificar a atuação da Narração e Descrição para apoiar a Argumentação tecida na reportagem.

Na Discussão que se segue à análise, faço comentários incluindo a Teoria da Argumentação (TOULMIN, 1958), verificando os itens referentes à Reivindicação - Dados - Garantia - Qualificação - Refutação - Apoio, com objetivo de examinar a validade da Argumentação apresentada na reportagem.

O texto da reportagem será dividido em estágios, que serão examinados segundo sua finalidade, com base nas propostas sobre a estrutura de texto argumentativo, como mostro no exemplo, a seguir, na análise do primeiro estágio, cuja finalidade é a apresentação do Problema: (Veja um exemplo). A esse quadro, imediatamente após a apresentação do estágio, segue-se a Discussão, tal como mostro abaixo:

| TEXTO | Estágios e Finalidades |
|--|---|
| <p><u>O jato Legacy estava na altitude errada quando bateu no Boeing 737-800 da Gol na sexta-feira.</u> Isso porque o piloto do avião disse à polícia que voava a 37 mil pés de altitude. Ele viajava nessa altitude no eixo São José dos Campos-São Paulo-Brasília. O destino era Manaus (AM). O problema é que o jato devia mudar para 36 mil pés ao passar por Brasília. O choque das aeronaves derrubou o Boeing e causou o pior acidente da história do País, com 155 mortos. [...]</p> | <p>Problema 1: o Legacy voava em altitude errada, ou seja, a 37 mil pés de altura.</p> |
| <p>Discussão: Adotando a proposta de estrutura do texto argumentativo, de Vigner (1998), o primeiro estágio da reportagem refere-se ao que o autor chama de "Lógica". No caso, a Lógica da parte brasileira é de que o <i>Legacy</i> estava errado porque voava a 37mil pés de altura, quando essa altura deveria ser de 36mil.</p> | |

A seguir, será feita a análise dos Modos Textuais, como mostra o exemplo, assinalando *Narração* (em itálico); Descrição (sublinhado) e **Argumento** (em negrito):

| |
|---|
| <p>(1) O jato Legacy estava na altitude errada quando bateu no Boeing 737-800 da Gol na sexta-feira. <i>Isso porque o piloto do avião disse à polícia que voava a 37 mil pés de altitude. Ele viajava nessa altitude no eixo São José dos Campos-São Paulo-Brasília. O destino era Manaus (AM).</i> O problema é que o jato devia mudar para 36 mil pés ao passar por Brasília. <i>O choque das aeronaves derrubou o Boeing e causou o pior acidente da história do País, com 155 mortos.</i> <u>A razão pela qual o Legacy não podia estar a 37 mil pés é a organização do espaço aéreo brasileiro. Dependendo do sentido em que trafega o avião, ele deve usar níveis de altitude pares ou ímpares. No caso do jato, vendido pela Embraer para a empresa americana ExcelAire, a viagem até Brasília era feita em uma altitude ímpar (37 mil).</u></p> |
| <p>Discussão: Notemos como a Argumentação precisa apoiar-se na Narração (relato do piloto) e na Descrição (lei aérea) a fim de persuadir o leitor, na medida em que os Argumentos correm o risco de serem refutados, o que não acontece com os outros dois Modos Textuais.</p> |

O **Componente Interacional** será examinado por meio das Metafunções, enfocando a Avaliatividade explícita e implícita e a Modalidade da seguinte forma:

- (a) **Avaliatividade** (em negrito sublinhado) e classificado entre colchetes, logo após o trecho em foco. ATITUDE: Afeto, Apreciação, Julgamento, Avaliação Social, (marcando com (+)/(-) se positiva/se negativa, respectivamente); GRADAÇÃO (marcando ↑↓ para aumento ou diminuição, respectivamente).
- (b) **Modalidade** (em negrito + itálico, sublinhado).
- (c) **Discussão:** Serão retomadas as noções de Representação, Legitimidade, Vozes, Intertextualidade, Intersubjetividade, Alinhamento.

Veja um exemplo:

O jato Legacy estava na altitude **errada** [Apreciação (-)] quando bateu no Boeing 737-800 da Gol na sexta-feira. Isso porque o piloto do avião disse à polícia que voava a 37 mil pés de altitude. Ele viajava nessa altitude no eixo São José dos Campos-São Paulo-Brasília. O destino era Manaus (AM). O **problema** [Apreciação (-)] é que o jato **devia** mudar para 36 mil pés ao passar por Brasília. O choque das aeronaves derrubou o Boeing e causou o **pior** [Avaliação Social (-)] acidente da história do País, com 155 **mortos** [Avaliação Social (-)]. A razão pela qual o Legacy não **podia** estar a 37 mil pés é a organização do espaço aéreo brasileiro. Dependendo do sentido em que trafega o avião, ele **deve** usar níveis de altitude pares ou ímpares. No caso do jato, vendido pela Embraer para a empresa americana ExcelAire, a viagem até Brasília era feita em uma **altitude ímpar** [Apreciação (-) token] (37 mil).

Discussão: O estágio apresenta Apreciações e Avaliações Sociais - todas negativas, incluindo um *token* de Atitude: “altitude ímpar”, uma avaliação aparentemente neutra, porém que é negativa no contexto. “devia”, “não podia”, “deve” são modulações (subcategoria da Modalidade) de obrigação, para indicar a desobediência referente à altitude do *Legacy*.

O texto traz a voz do piloto que concorre para a responsabilização do *Legacy* e tudo indica que a reportagem do jornal brasileiro tente um Alinhamento com o *Boeing*, trazendo fatos que apontam o *Legacy* como culpado pelo acidente.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Examinarei, a seguir, as duas reportagens, primeiramente sob o enfoque Interativo, e em seguida o Interacional. Mas, antes, apresento a reportagem na íntegra.

3.1 Análise "Legacy voava na rota reservada pela torre para o Boeing da Gol"

Texto na íntegra

Legacy voava na rota reservada pela torre para o Boeing da Gol

O Estado de São Paulo

03/10/06

O jato Legacy estava na altitude errada quando bateu no Boeing 737-800 da Gol na sexta-feira. Isso porque o piloto do avião disse à polícia que voava a 37 mil pés de altitude. Ele viajava nessa altitude no eixo São José dos Campos-São Paulo-Brasília. O destino era Manaus (AM). O problema é que o jato devia mudar para 36 mil pés ao passar por Brasília. O choque das aeronaves derrubou o Boeing e causou o pior acidente da história do País, com 155 mortos. A razão pela qual o Legacy não podia estar a 37 mil pés é a organização do espaço aéreo brasileiro. Dependendo do sentido em que trafega o avião, ele deve usar níveis de altitude pares ou ímpares. No caso do jato, vendido pela Embraer para a empresa americana ExcelAire, a viagem até Brasília era feita em uma altitude ímpar (37 mil).

Entretanto, ao passar pela capital, essa direção mudou. Assim, a aeronave devia seguir por uma altitude par (36 mil). Mas o piloto Joseph Lepore e o co-piloto Jean Paul Palladino, que comandavam o Legacy, disseram à polícia de Mato Grosso que tinham autorização da torre de Brasília para efetuar o plano de vôo a 37 mil pés (11 mil metros) de São José dos Campos (SP) até Manaus, onde fariam escala antes de seguir para os Estados Unidos. Os depoimentos foram prestados no domingo, em Cuiabá, ao delegado Anderson Garcia, que trabalha no inquérito sobre o acidente.

O comandante da Aeronáutica, brigadeiro Luiz Carlos da Silva Bueno, afirmou ontem que nenhum dos dois aviões envolvidos no acidente de sexta-feira havia solicitado ou recebido autorização para mudar a altura do vôo. 'Alguém deve ter saído do plano (original) de vôo', disse o brigadeiro. Silva confirmou que o plano do avião da Gol previa vôo a 37 mil pés, e o do Legacy, a 36 mil pés. Bueno disse que não sabia em qual altura ocorreu o acidente, tampouco qual avião se desviou do curso. 'Esse é o dado principal da investigação.' Suspeita-se, na Aeronáutica, que o choque ocorreu a 37 mil pés. Antes da

declaração do comandante da Força Aérea, oficiais da Aeronáutica ouvidos pelo Estado já haviam confirmado que não houve autorização para que o Legacy fizesse toda a viagem a 37 mil pés. Eles afirmam que é impossível que isso tenha ocorrido, pois seria como autorizar alguém a trafegar na contramão. 'A partir de Brasília, há mudança de proa (a direção do avião)', disse um deles. A proa do Boeing indicava que ele devia voar em altitudes ímpares e a do Legacy, em pares.

Os oficiais chamaram a atenção para outro fato: de São José dos Campos, de onde partiu o Legacy, para Brasília, a proa é de altitude ímpar. Isso explica o fato de o jato da ExcelAire ter recebido em sua carta de vôo a instrução para trafegar a 37 mil pés no trecho inicial. Mas essa altitude deveria mudar em Brasília. Em outras palavras, era o Legacy, e não o Boeing, que devia alterar a rota. Os dados do plano de vôo devem ser registrados pelo piloto no computador da aeronave, antes da decolagem, para o piloto automático funcionar corretamente. Segundo os oficiais, o Legacy foi alertado pelos controladores de vôo do Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (Cindacta-1), com sede em Brasília, de que estava na rota errada, mas não respondeu.

Enquanto isso, o Boeing da Gol era controlado pelos operadores do Cindacta-4, com sede em Manaus. No momento da colisão, o Boeing estava a cerca de 200 quilômetros do trecho onde passaria a ser monitorado pelo Cindacta-1. Só a partir desse ponto é que os controladores dos Cindactas se comunicariam para que um entregasse o vôo ao outro. O mesmo ocorria com o Legacy. Ambas as aeronaves estavam na área de interseção dos dois centros, mas não haviam chegado ao momento de troca. A grande dúvida entre oficiais é saber por que o sistema anticolisão, o TCAS, não funcionou. Os dois aviões tinham esse sistema, que acusa a aproximação de outra aeronave. Ele é acoplado ao transponder, que emite sinais para que os radares controlem a posição de cada avião, identificando-os no espaço aéreo. À polícia, os pilotos afirmaram que o equipamento anticolisão da aeronave estava ligado e não emitiu nenhum alerta sobre a aproximação do Boeing. 'Os pilotos alegaram que seguiram a rota do plano de vôo e não viram o avião da Gol. Só após pousarem na Base Aérea do Cachimbo é que ficaram sabendo do desaparecimento do Boeing.'

3.1.1 Análise Interativa: O Gênero e a Teoria da Argumentação

Apresento, a seguir, a análise da estrutura de Gênero da reportagem intitulada "Legacy Voava na Rota Reservada pela Torre para o Boeing da Gol", publicada em 03/10/2006, no jornal *O Estado de São Paulo*. Concomitantemente, examino a validade da Argumentação apresentada no artigo, face à Teoria da Argumentação (TOULMIN, 1958).

| TEXTO | Estágios e Finalidade de Gênero |
|---|---|
| <p align="center">LEGACY VOAVA NA ROTA RESERVADA PELA TORRE PARA O BOEING DA GOL</p> | <p>Título: Legacy é responsável pela queda do Boeing da Gol</p> |
| <p>Discussão: O título sugere a responsabilidade do <i>Legacy</i> pela queda do <i>Boeing</i> da Gol.</p> | |
| <p>(1º) O jato Legacy estava na altitude errada quando bateu no Boeing 737-800 da Gol na sexta-feira. Isso porque o piloto do avião disse à polícia que voava a 37 mil pés de altitude. Ele viajava nessa altitude no eixo São José dos Campos-São Paulo-Brasília. O destino era Manaus (AM). O problema é que o jato devia mudar para 36 mil pés ao passar por Brasília. O choque das aeronaves derrubou o Boeing e causou o pior acidente da história do País, com 155 mortos. A razão pela qual o Legacy não podia estar a 37 mil pés é a organização do espaço aéreo brasileiro. Dependendo do sentido em que trafega o avião, ele deve usar níveis de altitude pares ou ímpares. No caso do jato, vendido pela Embraer para a empresa americana ExcelAire, a viagem até Brasília era feita em uma altitude ímpar (37 mil).</p> | <p>Situação/Problema: O <i>Legacy</i> voava em altitude errada, ou seja, a 37 mil pés de altura.</p> |
| <p>Discussão: Adotando a proposta de estrutura do texto argumentativo, de Vigner (1998), o primeiro estágio da reportagem refere-se ao que o autor chama de "Lógica". No caso, a Lógica da parte brasileira é de que o <i>Legacy</i> estava errado porque voava a 37mil pés de altura, quando essa altura deveria ser de 36mil.</p> | |
| <p>(2º) Entretanto, ao passar pela capital, essa direção mudou. Assim, a aeronave devia seguir por uma altitude par (36 mil). Mas o piloto Joseph Lepore e o co-piloto Jean Paul Palladino, que comandavam o Legacy, disseram à polícia de Mato Grosso que tinham autorização da torre de Brasília para efetuar o plano de voo a 37 mil pés (11 mil metros) de São José dos Campos (SP) até Manaus, onde fariam escala antes de seguir para os Estados Unidos. Os depoimentos foram prestados no domingo, em Cuiabá, ao delegado Anderson Garcia, que trabalha no inquérito sobre o acidente.</p> | <p>Argumento-Refutação do Legacy: Os pilotos do <i>Legacy</i> alegam que tinham autorização para voar a 37mil pés.</p> |

Discussão: Contra a referida Lógica, há a Refutação por parte dos pilotos americanos, pois tinham autorização da torre de Brasília para voar a 37 mil pés. A afirmação (Reivindicação, nos termos de Toulmin) dos pilotos do *Legacy* apoia-se em uma autorização que teriam recebido (Dado), que espera por Garantia.

(3º) O comandante da Aeronáutica, brigadeiro Luiz Carlos da Silva Bueno, afirmou ontem que nenhum dos dois aviões envolvidos no acidente de sexta-feira havia solicitado ou recebido autorização para mudar a altura do voo. ‘Alguém deve ter saído do plano (original) de voo’, disse o brigadeiro. Silva confirmou que o plano do avião da Gol previa voo a 37 mil pés, e o do Legacy, a 36 mil pés. Bueno disse que não sabia em qual altura ocorreu o acidente, tampouco qual avião se desviou do curso. ‘Esse é o dado principal da investigação.’ Suspeita-se, na Aeronáutica, que o choque ocorreu a 37 mil pés. Antes da declaração do comandante da Força Aérea, oficiais da Aeronáutica ouvidos pelo Estado já haviam confirmado que não houve autorização para que o Legacy fizesse toda a viagem a 37 mil pés. Eles afirmam que é impossível que isso tenha ocorrido, pois seria como autorizar alguém a trafegar na contramão. ‘A partir de Brasília, há mudança de proa (a direção do avião)’, disse um deles. A proa do Boeing indicava que ele devia voar em altitudes ímpares e a do Legacy, em pares.

Argumento/Refutação do Boeing:

Nenhum dos dois aviões solicitou ou recebeu autorização para mudança de altura de voo.

Discussão: Porém, essa Refutação da Lógica mostra-se fragilizada diante de outra Refutação: a declaração do comandante da Aeronáutica de não ter recebido nenhuma solicitação de autorização de mudança de altura de voo, embora também careça de Garantia. No contexto, “alguém” dito por Silva, parece destinar-se aos pilotos do *Legacy*.

| | |
|---|--|
| <p>(4º) Os oficiais chamaram a atenção para outro fato: de São José dos Campos, de onde partiu o Legacy, para Brasília, a proa é de altitude ímpar. Isso explica o fato de o jato da ExcelAire ter recebido em sua carta de voo a instrução para trafegar a 37 mil pés no trecho inicial. Mas essa altitude deveria mudar em Brasília. Em outras palavras, era o Legacy, e não o Boeing, que devia alterar a rota. Os dados do plano de voo devem ser registrados pelo piloto no computador da aeronave, antes da decolagem, para o piloto automático funcionar corretamente. Segundo os oficiais, o Legacy foi alertado pelos controladores de voo do Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (Cindacta-1), com sede em Brasília, de que estava na rota errada, mas não respondeu.</p> | <p>Argumento do Boeing: A altitude de 37 mil pés deveria ter mudado em Brasília. O Legacy foi avisado do erro, mas não respondeu.</p> |
| <p>Discussão: O Legacy teria sido avisado da necessidade de mudança para 36 mil pés depois de Brasília pelo Cindacta-1, segundo oficiais da Aeronáutica, mas não respondeu. Novamente, a Reivindicação dos oficiais carece da Garantia de documentos comprobatórios.</p> | |
| <p>(5º) Enquanto isso, o Boeing da Gol era controlado pelos operadores do Cindacta-4, com sede em Manaus. No momento da colisão, o Boeing estava a cerca de 200 quilômetros do trecho onde passaria a ser monitorado pelo Cindacta-1. Só a partir desse ponto é que os controladores dos Cindactas se comunicariam para que um entregasse o voo ao outro. O mesmo ocorria com o Legacy. Ambas as aeronaves estavam na área de interseção dos dois centros, mas não haviam chegado ao momento de troca. A grande dúvida entre oficiais é saber por que o sistema anticolisão, o TCAS, não funcionou. Os dois aviões tinham esse sistema, que acusa a aproximação de outra aeronave. Ele é acoplado ao transponder, que emite sinais para que os radares controlem a posição de cada avião, identificando-os no espaço aéreo. À polícia, os pilotos afirmaram que o equipamento anticolisão da aeronave estava ligado e não emitiu nenhum alerta sobre a aproximação do Boeing. 'Os pilotos alegaram que seguiram a rota do plano de voo e não viram o avião da Gol. Só após pousarem na Base Aérea do Cachimbo é que ficaram sabendo do desaparecimento.</p> | <p>Avaliação</p> |

Discussão: Não havia chegado o momento do aviso pelos Cindactas, e o *Legacy* continuava na altitude de 37 mil pés. Mas, mesmo assim, havia ainda o recurso do TCAS, o sistema anticolisão, que parece não ter funcionado em nenhum dos aviões. O texto adota uma posição imparcial, mostrando um dilema de difícil solução. Finalmente, a culpa é lançada ao TCAS. Porém, os pilotos americanos alegam ter ligado o equipamento.

3.1.1.1 Discussão Geral: O Gênero e a Teoria da Argumentação

A análise de Gênero mostra-nos que a reportagem, “Legacy Voava na Rota Reservada pela Torre para o Boeing da Gol”, está dividido nos seguintes estágios, com as respectivas finalidades, seguindo o modelo **Lógica-Refutação** (VIGNER, 1988), para o texto argumentativo:

| ESTÁGIO | FINALIDADE | DESCRIÇÃO |
|---------|--------------------------------------|--|
| 1º | Situação/Problema | O <i>Legacy</i> voava em altitude errada, ou seja, a 37 mil pés de altura. |
| 2º | Argumento/Refutação do Legacy | Os pilotos do <i>Legacy</i> alegam que tinham autorização para voar a 37mil pés. |
| 3º | Argumento/Refutação do Boeing | Nenhum dos dois aviões solicitou ou recebeu autorização para mudança de altura de voo. |
| 4º | Argumento do Boeing | A altitude de 37 mil pés deveria ter mudado em Brasília. O <i>Legacy</i> foi avisado do erro, mas não respondeu. |
| 5º | Avaliação | Mesmo que o momento do aviso pelos controladores não tivesse chegado, ainda havia o TCAS. O TCAS estava ligado, mas não emitiu sinal de alerta. |

A reportagem do jornal *O Estado de São Paulo* faz a Reivindicação (Toulmin, 1958) de que o *Legacy*, americano, voava a uma altitude errada (37mil pés de altura, quando deveria estar voando a 36mil pés de altura).

Para Garantir essa Reivindicação, recorre à estrutura Lógica-Refutação, apresentando os Dados fornecidos por cada uma das partes: *Legacy* e autoridades brasileiras. Um ponto fraco nessa Argumentação parece estar no seguinte fato: o Dado fornecido pelos pilotos do *Legacy* perde a Garantia, diante da Reivindicação do comandante e dos oficiais da Aeronáutica; porém, esta Reivindicação também carece de Garantia, amparando-se apenas em palavras, e não em documentos comprobatórios.

Assim, a reportagem mostra uma situação nebulosa de Argumentação e Contra-Argumentação, como a declaração vaga do comandante da Aeronáutica: “Alguém deve ter saído do plano (original) de voo”, ou “Bueno disse que não sabia em qual altura ocorreu o acidente, tampouco qual avião se desviou do curso”, mas que consistiriam no dado principal da investigação, segundo a reportagem.

A reportagem, em seu decorrer, bem como na Avaliação final, tenta ser imparcial, apresentando as Reivindicações das duas partes em conflito, com alguma tendência em apresentar favoravelmente o lado brasileiro, em especial no 3º e 4º estágios.

Em termos gerais, a análise mostra que a Argumentação ampara-se em várias Reivindicações que carecem de Dados que promovam a sua Garantia, já que estão apoiados por declarações sem comprovação, conforme mostrou a análise via Teoria da Argumentação.

3.1.2 Análise Interativa: Os Modos Textuais

A seguir, será feita a análise dos Modos Textuais, como mostra o exemplo, assinalando *Narração* (em itálico); Descrição (sublinhado) e **Argumento** (em negrito):

LEGACY VOAVA NA ROTA RESERVADA PELA TORRE PARA O BOEING DA GOL

Estágio: Situação/Problema

(1º) **O jato Legacy estava na altitude errada quando bateu no Boeing 737-800 da Gol na sexta-feira.** *Isso porque o piloto do avião disse à polícia que voava a 37 mil pés de altitude. Ele viajava nessa altitude no eixo São José dos Campos-São Paulo-Brasília. O destino era Manaus (AM). O problema é que o jato devia mudar para 36 mil pés ao passar por Brasília. O choque das aeronaves derrubou o Boeing e causou o pior acidente da história do País, com 155 mortos. A razão pela qual o Legacy não podia estar a 37 mil pés é a organização do espaço aéreo brasileiro. Dependendo do sentido em que trafega o avião, ele deve usar níveis de altitude pares ou ímpares. No caso do jato, vendido pela Embraer para a empresa americana ExcelAire, a viagem até Brasília era feita em uma altitude ímpar (37 mil).*

Discussão: Notemos como a Argumentação precisa apoiar-se na Narração (relato do piloto) e na Descrição (lei aérea) a fim de persuadir o leitor, na medida em que os Argumentos correm o risco de serem refutados, o que não acontece com os outros dois Modos Textuais.

Estágio: Argumento/Refutação do Legacy

(2º) **Entretanto, ao passar pela capital, essa direção mudou. Assim, a aeronave devia seguir por uma altitude par (36 mil).** *Mas o piloto Joseph Lepore e o co-piloto Jean Paul Palladino, que comandavam o Legacy, disseram à polícia de Mato Grosso **que tinham autorização da torre de Brasília para efetuar o plano de vôo a 37 mil pés (11 mil metros) de São José dos Campos (SP) até Manaus, onde fariam escala antes de seguir para os Estados Unidos. Os depoimentos foram prestados no domingo, em Cuiabá, ao delegado Anderson Garcia, que trabalha no inquérito sobre o acidente.***

Discussão: Neste estágio, em termos de Vigner (1988), a Lógica (mudança determinada por lei) sofre a Refutação dos pilotos do *Legacy* (autorização de Brasília); e tanto uma quanto outra, estão apoiadas na Narração em fusão linear (alternando Argumentação e Narração). Ambos os depoimentos são factuais (feitos em delegacia de polícia), o que aumenta a força persuasiva, embora - notemos - não provados. É o que se chama de Entimema, fenômeno em que, no caso, a reportagem expressa a segunda premissa (negrito), mas omite a primeira premissa e a conclusão de um silogismo, que, assim, serão preenchidos pelo leitor.

1ª. Premissa: Depoimentos prestados em delegacia são verdadeiros. [leitor]

2ª. Premissa: Os pilotos prestaram depoimento na delegacia. [reportagem]

Conclusão: O depoimento é verdadeiro. [leitor]

Estágio: Argumento/Refutação do Boeing

(3º) O comandante da Aeronáutica, brigadeiro Luiz Carlos da Silva Bueno, afirmou ontem que nenhum dos dois aviões envolvidos no acidente de sexta-feira havia solicitado ou recebido autorização para mudar a altura do voo. **'Alguém deve ter saído do plano (original) de vôo'**, disse o brigadeiro. **Silva confirmou que o plano do avião da Gol previa vôo a 37 mil pés, e o do Legacy, a 36 mil pés. Bueno disse que não sabia em qual altura ocorreu o acidente, tampouco qual avião se desviou do curso. 'Esse é o dado principal da investigação.'** **Suspeita-se, na Aeronáutica, que o choque ocorreu a 37 mil pés. Antes da declaração do comandante da Força Aérea, oficiais da Aeronáutica ouvidos pelo Estado já haviam confirmado que não houve autorização para que o Legacy fizesse toda a viagem a 37 mil pés. Eles afirmam que é impossível que isso tenha ocorrido, pois seria como autorizar alguém a trafegar na contramão. 'A partir de Brasília, há mudança de proa (a direção do avião)', disse um deles. A proa do Boeing indicava que ele devia voar em altitudes ímpares e a do Legacy, em pares.**

Discussão: Os trechos marcados concomitantemente em itálico e negrito mostram a Argumentação em fusão escalada com a Narração, o que parece ser uma tentativa de aumentar a força das Reivindicações, já que está apoiada em fatos expressos em tom vago e cauteloso ("Alguém deve ter saído..."; "Bueno não sabe ..."; "Suspeita-se...").

Estágio: Argumento do Boeing

(4º) Os oficiais chamaram a atenção para outro fato: de São José dos Campos, de onde partiu o Legacy, para Brasília, a proa é de altitude ímpar. Isso explica o fato de o jato da ExcelAire ter recebido em sua carta de vôo a instrução para trafegar a 37 mil pés no trecho inicial. Mas essa altitude deveria mudar em Brasília. Em outras palavras, era o Legacy, e não o Boeing, que devia alterar a rota. Os dados do plano de vôo devem ser registrados pelo piloto no computador da aeronave, antes da decolagem, para o piloto automático funcionar corretamente. Segundo os oficiais, o Legacy foi alertado pelos controladores de vôo do Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (Cindacta-1), com sede em Brasília, de que estava na rota errada, mas não respondeu.

Discussão: Uma Descrição (... a proa de altitude ímpar. MAS deveria mudar em Brasília...) inicia a Argumentação, tentando incriminar o Legacy. O fato de que o Legacy, embora alertado, não respondera, mostra o Argumento brasileiro em fusão escalada com a Narração - na tentativa de persuadir o leitor sobre fatos (aviso e ausência de resposta) apoiados apenas no depoimento dos oficiais.

Estágio: Avaliação

(5º) *Enquanto isso, o Boeing da Gol era controlado pelos operadores do Cindacta-4, com sede em Manaus. No momento da colisão, o Boeing estava a cerca de 200 quilômetros do trecho onde passaria a ser monitorado pelo Cindacta-1. Só a partir desse ponto é que os controladores dos Cindactas se comunicariam para que um entregasse o vôo ao outro. O mesmo ocorria com o Legacy. Ambas as aeronaves estavam na área de interseção dos dois centros, mas não haviam chegado ao momento de troca. A grande dúvida entre oficiais é saber por que o sistema anticolisão, o TCAS, não funcionou. Os dois aviões tinham esse sistema, que acusa a aproximação de outra aeronave. Ele é acoplado ao transponder, que emite sinais para que os radares controlem a posição de cada avião, identificando-os no espaço aéreo. À polícia, os pilotos afirmaram que o equipamento anticolisão da aeronave estava ligado e não emitiu nenhum alerta sobre a aproximação do Boeing. 'Os pilotos alegaram que seguiram a rota do plano de vôo e não viram o avião da Gol. Só após pousarem na Base Aérea do Cachimbo é que ficaram sabendo do desaparecimento.*

Discussão: Há, inicialmente, uma série de fusões lineares, alternando Narração e Descrição, que se referem às situações que cercam os dois aviões (Narração), e o que é estabelecido pelas da aviação (Descrição). Ficamos, então, sabendo que tanto o *Boeing* da Gol quanto o *Legacy*, aproximavam-se do ponto em que o controle passaria do Cindacta-4 para o Cindacta-1. O problema é, portanto, saber por que o TCAS (sistema anticolisão) não funcionou. Por fim, o Argumento dos pilotos americanos, alegando que haviam ligado o equipamento.

3.1.2.1 *Discussão Geral: Os Modos Textuais*

A análise dos Modos Textuais mostra-nos que o autor da reportagem apoia-se nos estágios iniciais muito mais na Narração do que no Argumento, provavelmente para fornecer dados do conhecimento do leitor, para, somente então, inserir seu pronunciamento, esperando assim não correr o risco de perder a credibilidade do leitor.

No segundo estágio, a reportagem permite a Refutação dos pilotos do *Legacy*, com trechos longos de Narração em que cita os depoimentos aparentemente factuais (feitos em delegacia de polícia), o que aumenta a força persuasiva, embora - notemos - não provados, o que caracteriza o fenômeno do Entimema, como vimos.

No terceiro estágio, o pronunciamento/Argumento do autor em prol do *Boeing* apresenta-se ocupando quase todo o estágio. Ou seja, dada a palavra aos pilotos no primeiro estágio, agora é a nossa vez de contestá-los. Entretanto, as Reivindicações feitas nesse sentido, embora em fusão escalada de Argumento e Narração, uma tentativa de forçar a persuasão em favor do avião brasileiro, são expressas em tom vago e cauteloso.

Seguem-se trechos com muitas Descrições, para caracterizar os pontos da rota dos aviões em que ocorrem mudanças na altitude, sobre os dados do plano de voo, o funcionamento do piloto automático, que informam o leitor sobre o pano de fundo da tragédia. Isso faz com que o leitor tome conhecimento de que tanto o *Boeing* da Gol quanto o *Legacy*, aproximavam-se do ponto em que o controle passaria do Cindacta-4 para o Cindacta-1. O problema é, portanto, saber por que o TCAS (sistema anticolisão) não funcionou.

Portanto, o que a análise nos mostra é que a persuasão está presente no texto, na subjacência da Narração e da Descrição, que permitem o pronunciamento do autor, em que o Argumento se apoia na verossimilhança que os dois Modos Textuais emprestam ao texto.

3.1.3 Análise Interacional: A Avaliatividade e a Modalidade e Demais Recursos Persuasivos

A fim de facilitar o acompanhamento da análise, trago novamente os procedimentos que aqui serão adotados:

- (a) **Avaliatividade** (em negrito sublinhado) e classificado entre colchetes, logo após o trecho em foco. ATITUDE: Afeto, Apreciação, Julgamento, Avaliação Social, (marcando com (+)/(-) se positiva/se negativa, respectivamente); Gradação (marcando ↑↓ para aumento ou diminuição, respectivamente).
- (b) **Modalidade** (em negrito + itálico, sublinhado).
- (c) **Discussão**: Serão retomadas as noções de Representação, Legitimidade, Vozes, Intertextualidade, Intersubjetividade, Alinhamento.

TEXTO
Estágios e Finalidade de Gênero

LEGACY VOAVA NA ROTA RESERVADA PELA TORRE PARA O BOEING DA GOL

Estágio: Situação/Problema

O jato Legacy estava na altitude **errada** [Apreciação (-)] quando bateu no Boeing 737-800 da Gol na sexta-feira. Isso porque o piloto do avião disse à polícia que voava a 37 mil pés de altitude. Ele viajava nessa altitude no eixo São José dos Campos-São Paulo-Brasília. O destino era Manaus (AM). O **problema** [Apreciação (-)] é que o jato **devia** mudar para 36 mil pés ao passar por Brasília. O choque das aeronaves derrubou o Boeing e causou o **pior** [Avaliação Social (-)] acidente da história do País, com 155 **mortos** [Avaliação Social (-)]. A razão pela qual o Legacy não **podia** estar a 37 mil pés é a organização do espaço aéreo brasileiro. Dependendo do sentido em que trafega o avião, ele **deve** usar níveis de altitude pares ou ímpares. No caso do jato, vendido pela Embraer para a empresa americana ExcelAire, a viagem até Brasília era feita em uma **altitude ímpar** [Apreciação (-) token] (37 mil).

Discussão: O estágio que introduz o Problema - ou seja, o voo do *Legacy* em altitude errada, apresenta Apreciações e Avaliações Sociais - todas negativas, incluindo um *token* de Atitude: “altitude ímpar”, uma avaliação aparentemente neutra, porém que é negativa no contexto. Por seu lado, a Modalidade - “devia”, “não podia”, “deve” são modulações (subcategoria da Modalidade) de obrigação - aponta para a desobediência referente à altitude do *Legacy*.

Este estágio tenta uma Representação do acidente - significados ambíguos são afunilados em um - em que a reportagem do jornal brasileiro alinha-se com o Boeing, trazendo fatos que apontam o *Legacy* como culpado pelo acidente. Notemos que para enfatizar a culpabilidade do *Legacy*, ele é o Tema, o sujeito psicológico das orações, o que orienta a interpretação do leitor.

Estágio: Argumento/Refutação do *Legacy*

Entretanto, ao passar pela capital, essa direção mudou . Assim, a aeronave **devia** seguir por uma **altitude par (36 mil)** [Apreciação (+) token]. Mas o piloto Joseph Lepore e o co-piloto Jean Paul Palladino, que comandavam o *Legacy*, disseram à polícia de Mato Grosso que tinham autorização da torre de Brasília para efetuar o plano de voo a **37 mil pés (11 mil metros)** [Apreciação (-) token] de São José dos Campos (SP) até Manaus, onde fariam escala antes de seguir para os Estados Unidos. Os depoimentos foram prestados no domingo, em Cuiabá, ao delegado Anderson Garcia, que trabalha no inquérito sobre o **acidente** [Apreciação (-)].

Discussão: A “altitude par (36mil)”, é um *token* de Atitude, pois embora sendo uma avaliação neutra, é percebida como positiva no contexto, enquanto que “(37mil)”, também é um *token*, pois é percebida como negativa no contexto. Embora inicie o estágio com “devia”, modulação (subcategoria da Modalidade) de obrigação, “devia” indica a altitude que o *Legacy* deveria ter adotado, a reportagem adota um tom imparcial ao relatar a autorização que os pilotos do *Legacy* alegaram ter recebido da torre de Brasília.

Estágio: Argumento/Refutação do *Boeing*

O comandante da Aeronáutica, brigadeiro Luiz Carlos da Silva Bueno, afirmou ontem que **nenhum** [Apreciação (-) token Força ↑] dos dois aviões envolvidos no acidente de sexta-feira havia solicitado ou recebido autorização para **mudar** [Apreciação (-)] a altura do voo. 'Alguém **deve** ter **saido** [Apreciação (-) token] do plano (original) de voo', disse o brigadeiro. Silva confirmou que o plano do avião da Gol previa voo a 37 mil pés, e o do *Legacy*, a 36 mil pés. Bueno disse que não sabia em qual altura ocorreu o acidente, tampouco qual avião se desviou do curso. 'Esse é o dado principal da **investigação** [Apreciação (-)].' **Suspeita-se** [Apreciação (-)] na Aeronáutica, que o **choque** [Apreciação (-)] ocorreu a 37 mil pés. Antes da declaração do comandante da Força Aérea, oficiais da Aeronáutica ouvidos pelo Estado já haviam confirmado que não houve autorização para que o *Legacy* fizesse toda a viagem a 37 mil pés. Eles afirmam que é **impossível** [Apreciação (-)] que isso tenha ocorrido, pois seria como autorizar alguém a trafegar na **contramão** [Apreciação (-)]. 'A partir de Brasília, há mudança de proa (a direção do avião)', disse um deles. A proa do *Boeing* indicava que ele **devia** voar em altitudes ímpares e a do *Legacy*, em pares.

Discussão: O estágio apresenta Apreciações negativas, incluindo 2 *tokens* de Atitude, isto é, a negatividade decorrente do contexto de situação: “alguém deve ter saído”, aponta para o *Legacy* e “...nenhum dos dois aviões envolvidos no acidente de sexta-feira havia solicitado ou recebido autorização...”, desmente a declaração dos pilotos do *Legacy*, o que caracteriza uma Legitimização por meio de voz de expert, no caso, a voz do comandante da Aeronáutica. Assim, é feita a Representação da situação que caracteriza o estágio de Refutação em prol do *Boeing*, no processo instalado neste estágio. Concorre para isso também a mudança temática em relação ao estágio anterior, o Tema recai sobre as autoridades brasileiras expondo seu parecer.

Concorrem para tanto, as Modalidades: “...deve...” é modalização de probabilidade, “...devia...” é modulação de obrigação, empregadas para indicar a possibilidade de erro referente à altitude do *Legacy* e o cumprimento das normas referentes ao *Boeing*.

A reportagem do jornal brasileiro tenta um Alinhamento com o *Boeing*, trazendo fatos que apontam o *Legacy* como culpado pelo acidente.

Estágio: Argumento do *Boeing*

Os oficiais chamaram a atenção para outro fato: de São José dos Campos, de onde partiu o *Legacy*, para Brasília, a proa é de altitude ímpar. Isso explica o fato de o jato da ExcelAire ter recebido em sua carta de voo a instrução para trafegar a 37 mil pés no trecho inicial. Mas essa altitude **deveria mudar** [Apreciação (-) token], em Brasília. Em outras palavras, era o *Legacy*, e não o *Boeing*, que **devia** alterar, a rota. Os dados do plano de voo **devem** ser registrados pelo piloto no computador da aeronave, antes da decolagem, para o piloto automático funcionar **corretamente** [Apreciação (+)]. Segundo os oficiais, o *Legacy* foi **alertado** [Apreciação (-)] pelos controladores de voo do Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (Cindacta-1), com sede em Brasília, de que estava na rota **errada** [Apreciação (-)], mas **não respondeu** [Apreciação (-)].

Discussão: O estágio apresenta Apreciações negativas referentes ao *Legacy*, incluindo *token* de Atitude: (o *Legacy*) “...deveria mudar...”, uma avaliação aparentemente neutra, porém se tornando negativa no contexto de situação. Além disso, as modulações (subcategoria da Modalidade) de obrigação: “...deveria...”, “...deviam...” e “...devem...” indicam o não cumprimento de normas e de procedimento de voo do *Legacy*. Há, no processo persuasivo em prol do *Boeing*, a introdução das vozes de oficiais, uma Legitimização de voz de expert, alertando o *Legacy* de que voava em rota errada. Tudo isso indica que a reportagem de jornal brasileiro tende a um Alinhamento com o *Boeing*, tentando trazer fatos que apontam o *Legacy* como responsável pelo acidente, criando uma Representação no discurso.

Estágio: Avaliação

Enquanto isso, o Boeing da Gol era controlado pelos operadores do Cindacta-4, com sede em Manaus. No momento da **colisão** [Apreciação (-)], o Boeing estava a cerca de [Gradação (Foco)] 200 quilômetros do trecho onde passaria a ser monitorado pelo Cindacta-1. Só a partir desse ponto é que os controladores dos Cindactas se comunicariam para que um entregasse o voo ao outro. O mesmo ocorria com o Legacy. Ambas as aeronaves estavam na área de interseção dos dois centros, mas não haviam chegado ao momento de troca. A grande **dúvida** [Apreciação (-)] entre oficiais é saber por que o sistema anticolisão, o TCAS, **não funcionou** [Apreciação (-)] Os dois aviões tinham esse sistema, que acusa a aproximação de outra aeronave. Ele é acoplado ao *transponder*, que emite sinais para que os radares controlem a posição de cada avião, identificando-os no espaço aéreo. À polícia, os pilotos afirmaram que o equipamento anticolisão da aeronave estava **ligado** [Apreciação(+)] e **não emitiu** [Apreciação(-)] nenhum alerta sobre a aproximação do Boeing. 'Os pilotos alegaram que **seguiram a rota** [Apreciação(+)] do plano de voo e não viram o avião da Gol. Só após pousarem na Base Aérea do Cachimbo é que ficaram sabendo do **desaparecimento** [Apreciação (-)].

Discussão: Após a apresentação das possibilidades sobre o fator causador do acidente, com enfoque inicial na questão da altura em que as aeronaves estariam voando, resta uma última questão: o TCAS, sistema anticollisão, que aparentemente não funcionou. Esse clima de dúvidas, geradas também pela ausência da voz do *Boeing*, transparece no vai-e-vem que caracteriza a reportagem, com a exposição de várias situações que compuseram o trágico final. NOTA: Hoje, nove anos após o desastre, sabemos que a justiça brasileira incriminou os dois pilotos e os controladores de voo.

3.1.3.1 *Discussão Geral: A Avaliatividade e a Modalidade e Demais Recursos Persuasivos*

A análise da Avaliatividade e da Modalidade revela que a reportagem tenta mostrar todos os fatores que poderiam ter contribuído para a queda do *Boeing* brasileiro, apesar de os fatos atribuídos ao *Legacy* tenham a marca de Apreciação negativa, bem como o não cumprimento de obrigações ditadas pela Modalidade de modulação.

Seja porque as autoridades brasileiras acreditavam na condução falha do *Legacy* americano, seja porque, no embate público que ocorria entre as duas partes, percebe-se o estabelecimento da chamada política da Representação, que responde pela produção de situações em que significados ambíguos são destilados para fazer prevalecer um deles, no caso a responsabilização do *Legacy* pelo acidente.

O processo da Representação no discurso recorre à Legitimação para sua justificação. Enquanto do lado do *Legacy*, há apenas a voz dos dois pilotos, do lado brasileiro, a Legitimação apoia-se em várias vozes, incluindo a do comandante da Aeronáutica, uma Legitimação por meio de voz de autoridade. Cabe notar que, nessa Representação que acontece no discurso, se do lado do *Legacy* as vozes eram dos próprios envolvidos no acidente, o mesmo não acontece do lado brasileiro, o que poderia diminuir a força da Argumentação não fosse a força dessa Representação.

Nesse caminhar, entre a multiplicidade de possibilidades, a reportagem do jornal *O Estado de São Paulo* termina colocando na voz dos pilotos do *Legacy* o foco da tragédia: a falha do TCAS, que, segundo eles, embora ligado, não deu sinal de alerta.

3.2 Análise de "Flight recorder is said to back american pilots in Brazil crash"

Texto na íntegra

Flight recorder is said to back american pilots in Brazil crash

The New York Times
03/11/2006

The flight recorder transcript from the executive jet involved in Brazil's worst air disaster shows that its American pilots were told by air traffic control to fly at the same altitude as a Boeing 737 before the planes apparently collided over the Amazon rain forest, a newspaper reported Thursday.

One of the pilots, Joseph Lepore, 42, of Bay Shore, N.Y., was told by the tower in Sao Jose dos Campos to maintain an altitude of 37,000 feet as he flew the jet on Sept. 29 beyond Brasilia, the capital, on a northwest path to Manaus, the newspaper *Folha de S. Paulo* quoted the transcript as saying.

That altitude contradicted the pilots' filed flight plan as well as established norms, which reserve odd-numbered altitudes for southbound flights.

The lawyer representing the pilots, Roberto A. Torricella Jr., who is based in Miami, said last Friday that his clients were at their assigned altitude, despite a flight plan that specified a different altitude.

The Defense Ministry was not immediately able to confirm the report in the newspaper on Thursday, said a spokeswoman, Flavia de Oliveira. She said it would not have more information until air force officials return Monday from Canada, where black boxes from both planes were sent for analysis.

Folha, Brazil's largest-circulation daily, did not say how it obtained the transcript. The air force, which oversees Brazil's air traffic controllers, has not released it to the Brazilian federal police or to National Transportation Safety Board investigators.

After it apparently clipped the Embraer Legacy 600 executive jet, the larger plane, Gol Airlines Flight 1907, a Boeing 737, crashed into the Amazon jungle. All 154 people on board the larger plane were killed.

The Legacy's pilots -- employees of ExcelAire Service Inc. of Ronkonkoma, N.Y. -- were flying the Brazilian-made jet on its maiden voyage back to New York, and managed to land the badly damaged jet safely. They have been ordered to stay in Brazil during the investigation. The second pilot is Jan Paladino, 34, of Westhampton, N.Y.

Mr. Torricella said Thursday that the Folha report supported the pilots' testimony to investigators.

"As we've maintained from the beginning, the pilots were cleared to Manaus for flight at three-seven-zero at the time of departure, and we're confident that anyone that is able to hear the tower tapes or see a transcript of the instructions issued by the Sao Jose tower will hear the exact same thing," he said.

The tower instructions may have been the first of a series of problems that led to the crash. As the Legacy approached Brasilia, the plane lost radio contact with the control tower. The Legacy's transponder, which signals the plane's location to the tower and other airplanes, also stopped working.

Just what caused the failures remains unclear, but from that point on, both the pilots and the air traffic controllers lacked critical information. Controllers had no way of knowing the smaller plane's altitude.

Brazilian officials have insisted the Legacy should have returned to its original flight plan after losing contact with the control tower.

That plan would have mostly kept the smaller jet at 36,000 feet after Brasilia, and out of the path of the 737, which was flying at its customary altitude of 37,000 feet.

Instead, both planes remained on a collision course.

But aviation experts say orders from air traffic controllers always take precedence over flight plans.

3.2.1 Análise Interativa: O Gênero e a Teoria da Argumentação

Apresento, a seguir, a análise da estrutura de Gênero da reportagem intitulada "*Flight recorder is said to back american pilots in Brazil crash*", publicada em 03/11/2006, no jornal *The New York Times*.

| TEXTO | Estágios e Finalidade de Gênero |
|--|---|
| <p align="center">FLIGHT RECORDER IS SAID TO BACK AMERICAN PILOTS IN BRAZIL CRASH</p> | <p>Título: Caixa-preta apoia procedimentos dos pilotos americanos</p> |
| <p>Discussão: O título sugere que os pilotos americanos não têm de ser responsabilizados pelo desastre dadas as informações registradas pela caixa-preta.</p> | |
| <p>(1º) The flight recorder transcript from the executive jet involved in Brazil's worst air disaster shows that its American pilots were told by air traffic control to fly at the same altitude as a Boeing 737 before the planes apparently collided over the Amazon rain forest, a newspaper reported Thursday.</p> <p>One of the pilots, Joseph Lepore, 42, of Bay Shore, N.Y., was told by the tower in Sao Jose dos Campos to maintain an altitude of 37,000 feet as he flew the jet on Sept. 29 beyond Brasilia, the capital, on a northwest path to Manaus, the newspaper Folha de S. Paulo quoted the transcript as saying.</p> <p>That altitude contradicted the pilots' filed flight plan as well as established norms, which reserve odd-numbered altitudes for southbound flights.</p> <p>The lawyer representing the pilots, Roberto A. Torricella Jr., who is based in Miami, said last Friday that his clients were at their assigned altitude, despite a flight plan that specified a different altitude.</p> <p>The Defense Ministry was not immediately able to confirm the report in the newspaper on Thursday, said a spokeswoman, Flavia de Oliveira. She said it would not have more information until air force officials return Monday from Canada, where black boxes from both planes were sent for analysis.</p> <p>Folha, Brazil's largest-circulation daily, did not say how it obtained the transcript. The air force, which oversees Brazil's air traffic controllers, has not released it to the Brazilian federal police or to National Transportation Safety Board investigators.</p> | <p>Situação/Problema:</p> <p>O <i>Legacy</i> voava na mesma altura do <i>Boeing</i>, assim orientado pela torre de controle. O jornal <i>Folha de São Paulo</i> consegue essa informação da caixa-preta antes da divulgação pelas autoridades.</p> |
| <p>Discussão: Empregando a proposta de estrutura do texto argumentativo de Vigner (1998), o primeiro estágio adota a Lógica de que a responsabilidade do desastre recai sobre os controladores de voo brasileiros, pois, embora o plano de voo do <i>Legacy</i> indicasse altitude par, os pilotos foram instruídos a manter altitude ímpar, conforme atesta a caixa-preta do avião.</p> | |

(2º) After it apparently clipped the Embraer Legacy 600 executive jet, the larger plane, Gol Airlines Flight 1907, a Boeing 737, crashed into the Amazon jungle. All 154 people on board the larger plane were killed.

The Legacy's pilots -- employees of ExcelAire Service Inc. of Ronkonkoma, N.Y. -- were flying the Brazilian-made jet on its maiden voyage back to New York, and managed to land the badly damaged jet safely. They have been ordered to stay in Brazil during the investigation. The second pilot is Jan Paladino, 34, of Westhampton, N.Y.

Argumento do Legacy:

O Boeing é que bate levemente no Legacy.

Discussão: Embora modalizado por “aparentemente”, o jornal *The New York Times* faz a Reivindicação de que o Legacy fora tocado pelo avião da Gol. Além disso, contribui para o clima de prejuízo do Legacy, o fato de que - “muito danificado” - teria tido dificuldade de pousar, além do que seus pilotos teriam sido obrigados a permanecer no Brasil durante a investigação.

(3º) Mr. Torricella said Thursday that the Folha report supported the pilots' testimony to investigators.

"As we've maintained from the beginning, the pilots were cleared to Manaus for flight at three-seven-zero at the time of departure, and we're confident that anyone that is able to hear the tower tapes or see a transcript of the instructions issued by the Sao Jose tower will hear the exact same thing," he said.

Argumento do Legacy:

Advogado reitera que os pilotos seguiram a autorização da torre.

Discussão: Há documentos comprobatórios (Garantia) a favor do Legacy: fitas da torre de comando bem como a transcrição das instruções da torre de São José.

(4º) The tower instructions may have been the first of a series of problems that led to the crash. As the Legacy approached Brasilia, the plane lost radio contact with the control tower. The Legacy's transponder, which signals the plane's location to the tower and other airplanes, also stopped working.

Just what caused the failures remains unclear, but from that point on, both the pilots and the air traffic controllers lacked critical information. Controllers had no way of knowing the smaller plane's altitude.

Argumento do Legacy:

Houve problemas com a torre de controle de Brasília.

Discussão: O jornal americano por meio de Dados reivindica que o início de tudo adveio da torre de controle: *Legacy* perde contato com a torre, e o *transponder* - que sinaliza a posição do avião para a torre - deixa de funcionar. Não há Garantia para os Dados.

(5°) Brazilian officials have insisted the Legacy should have returned to its original flight plan after losing contact with the control tower.

That plan would have mostly kept the smaller jet at 36,000 feet after Brasilia, and out of the path of the 737, which was flying at its customary altitude of 37,000 feet.

Instead, both planes remained on a collision course.

Argumento do Boeing:

O *Legacy* deveria voltar à altitude par depois de Brasília, como é a norma.

Discussão: Para as autoridades brasileiras (Reivindicação), a falha é do *Legacy*, já que não seguiu as normas determinadas depois de passar por Brasília (Dado). O desastre teria acontecido se o plano de voo fosse seguido?

(6°) But aviation experts say orders from air traffic controllers always take precedence over flight plans.

Avaliação:

O controle da torre tem precedência em relação ao plano de voo.

Discussão: O jornal americano lembra que a ordem dos controladores de voo prevalece sobre o plano de voo, e o *Legacy* teria sido orientado pela torre a permanecer na altitude de 37mil pés, de acordo com a caixa-preta.

3.2.1.1 Discussão Geral: O Gênero e a Teoria da Argumentação

A análise de Gênero mostra-nos que a reportagem, “*Flight recorder is said to back American pilots in Brazil crash*”, está dividida nos seguintes estágios, com as respectivas finalidades, seguindo o modelo **Lógica-Refutação** (VIGNER, 1988), para o texto argumentativo:

| ESTÁGIO | FINALIDADE | DESCRIÇÃO |
|---------|-----------------------------------|---|
| 1º | Situação/Problema | O <i>Legacy</i> voava na mesma altura do <i>Boeing</i> , assim orientado pela torre de controle, segundo a caixa-preta. |
| 2º | Argumento do <i>Legacy</i> | O <i>Boeing</i> é que bate levemente no <i>Legacy</i> . |
| 3º | Argumento do <i>Legacy</i> | Advogado reitera que os pilotos seguiram a autorização da torre. |
| 4º | Argumento do <i>Legacy</i> | Houve problemas com a torre de controle em Brasília. |
| 5º | Argumento do <i>Boeing</i> | O <i>Legacy</i> deveria voltar à altitude par depois de Brasília, como é a norma. |
| 6º | Avaliação | O controle da torre tem precedência em relação ao plano de voo. |

A reportagem do jornal *The New York Times* desenvolve uma estrutura argumentativa que, em praticamente todos os estágios, apresenta o *Legacy* como sendo a parte não passível de responsabilização pelo desastre.

O jornal apega-se ao fato comprovado pela caixa-preta do avião, em que fica patente a ordem da torre de controle em Brasília de o *Legacy* voar a 37mil pés de altura. Após sugerir que o *Boeing* teria batido no *Legacy*, causando-lhe muitos danos, a Argumentação fica totalmente a cargo dos pilotos e de seu advogado, sempre apoiados pela Garantia na informação da torre de controle contida na caixa-preta.

Ocorre que, até certo ponto, a altitude de voo era realmente de 37mil pés, mas ao passar por Brasília, a torre deve ordenar que essa altitude mude para 36mil pés. Se isso de fato aconteceu, não se sabe, pois daí em diante, a Argumentação

passa a questionar o funcionamento da torre de controle, que teria deixado de se comunicar com os pilotos. Enquanto que a Reivindicação da ordem da torre de controle para o voo de 37mil pés, tem a Garantia do Dado, representado pela caixa-preta, esta última sobre o funcionamento da torre carece desse Dado Garantidor.

3.2.2 Análise Interativa: Os Modos Textuais

FLIGHT RECORDER IS SAID TO BACK AMERICAN PILOTS IN BRAZIL CRASH

Situação/Problema

(1º) *The flight recorder transcript from the executive jet involved in Brazil's worst air disaster shows that its American pilots were told by air traffic control to fly at the same altitude as a Boeing 737 before the planes apparently collided over the Amazon rain forest, a newspaper reported Thursday.*

One of the pilots, Joseph Lepore, 42, of Bay Shore, N.Y., was told by the tower in Sao Jose dos Campos to maintain an altitude of 37,000 feet as he flew the jet on Sept. 29 beyond Brasilia, the capital, on a northwest path to Manaus, the newspaper Folha de S. Paulo quoted the transcript as saying.

That altitude contradicted the pilots' filed flight plan as well as established norms, which reserve odd-numbered altitudes for southbound flights.

The lawyer representing the pilots, Roberto A. Torricella Jr., who is based in Miami, said last Friday that his clients were at their assigned altitude, despite a flight plan that specified a different altitude.

The Defense Ministry was not immediately able to confirm the report in the newspaper on Thursday, said a spokeswoman, Flavia de Oliveira. She said it would not have more information until air force officials return Monday from Canada, where black boxes from both planes were sent for analysis.

Folha, Brazil's largest-circulation daily, did not say how it obtained the transcript. The air force, which oversees Brazil's air traffic controllers, has not released it to the Brazilian federal police or to National Transportation Safety Board investigators.

Discussão: Para caracterizar o Problema examinado por essa reportagem, o jornal delinea a Situação que o envolveu, e o faz por meio de longa Narração (marcada em itálico), permeada por trechos descritivos (sublinhado). O Problema consiste na altura de 37mil pés que o *Legacy* manteve por ordem dos controladores de voo, como prova a informação contida na caixa-preta, e não na altura de 36mil pés que constava no plano de voo em fusão escalada Narração-Argumento (negrito em itálico) e em Descrição-Argumento (negrito sublinhado), ou seja, o Argumento - para assegurar sua validade - funde-se com a Narrativa e a Descrição.

Argumento do Legacy

(2º) *After it apparently **clipped the Embraer Legacy 600 executive jet**, the larger plane, Gol Airlines Flight 1907, a Boeing 737, crashed into the Amazon jungle. All 154 people on board the larger plane were killed.*

The Legacy's pilots – employees of ExcelAire Service Inc. of Ronkonkoma, N.Y. – were flying the Brazilian-made jet on its maiden voyage back to New York, and managed to land the badly damaged jet safely. They have been ordered to stay in Brazil during the investigation. The second pilot is Jan Paladino, 34, of Westhampton, N.Y.

Discussão: Entre trechos de Narração e Descrição, fatores comprováveis, entra o Argumento (em fusão escalada) que tenta mostrar o *Legacy* como vítima da situação, pois aterrissara com dificuldades após ser danificado pelo *Boeing*.

Argumento do Legacy

(3º) *Mr. Torricella said Thursday that the Folha report supported the pilots' testimony to investigators.*

***"As we've maintained from the beginning, the pilots were cleared to Manaus for flight at three-seven-zero at the time of departure, and we're confident that anyone that is able to hear the tower tapes or see a transcript of the instructions issued by the Sao Jose tower will hear the exact same thing,"** he said.*

Discussão: Iniciando com trecho narrativo em que declara ter o apoio do jornal *Folha de São Paulo*, fato que aumenta sua força persuasiva, a reportagem apresenta o Argumento, em fusão escalada com Narração, (uma Reivindicação com Garantia de Dado, ou seja, da caixa-preta), do advogado em que novamente se refere à informação contida na caixa-preta, de que, por orientação da torre de controle, os pilotos mantiveram a altitude de 37mil pés.

Argumento do Legacy

(4º) *The tower instructions may have been the first of a series of problems that led to the crash. As the Legacy approached Brasilia, the plane lost radio contact with the control tower. The Legacy's transponder, which signals the plane's location to the tower and other airplanes, also stopped working.*

*Just what caused the failures remains unclear, but from that point on, **both the pilots and the air traffic controllers lacked critical information. Controllers had no way of knowing the smaller plane's altitude.***

Discussão: Este estágio passa a questionar as instruções da torre (que informara a altitude de 37mil pés), além de outros fatos: o *Legacy* perde contato com a torre, o *transponder* – que sinaliza o local do avião – para de funcionar. Com isso, o Argumento em fusão escalada com a Narração mostra que pilotos e controladores da torre perderam contato. Essas Reivindicações serão válidas se o *Legacy* tiver condições de apresentar Dados – sobre o funcionamento da torre – para sua Garantia.

Argumento do Boeing

(5°) *Brazilian officials have insisted the Legacy should have returned to its original flight plan after losing contact with the control tower.*

That plan would have mostly kept the smaller jet at 36,000 feet after Brasilia, and out of the path of the 737, which was flying at its customary altitude of 37,000 feet.

Instead, both planes remained on a collision course.

Discussão: O jornal americano cita em forma de Narração, a declaração das autoridades brasileiras, que é meramente hipotética, uma Legitimização chamada de “racionalização hipotética”; assim também é o restante do trecho, equivalendo a dizer que se assim fosse, não teria havido a colisão, fato que caracteriza uma reduzida força persuasiva. Esse trecho prepara terreno para o que vem a seguir: os aviões se chocaram.

Avaliação

(6°) **But aviation experts say orders from air traffic controllers always take precedence over flight plans.**

Discussão: De maneira coerente, a Argumentação volta à Reivindicação, comprovada pela caixa-preta, tentando mostrar que os pilotos agiram certo, já que a ordem da torre tem precedência ao plano de voo. A questão que se coloca aqui é a extensão da validade dessa ordem, pois, com a perda de contato com a torre, perdeu-se também a possibilidade de ordem posterior.

3.2.2.1 Discussão Geral: Os Modos Textuais

A análise dos Modos Textuais poucas ocorrências do modo Argumentativo, que se restringe ao fato de a caixa-preta ter registrado a ordem dos controladores de voo para que o *Legacy* mantivesse a altitude de 37mil pés. De resto, a reportagem do *New York Times* recorre à Narração em fusão linear (um após outro) com a Descrição.

O texto, ao narrar e descrever os fatos que cercaram o desastre com o avião da Gol, cita fatos que tendem a incriminar o lado brasileiro, iniciando-se pela ordem dada aos pilotos do *Legacy* - devidamente registrada na caixa-preta - e passando para a perda de contato com a torre de controle e o problema do *transponder*, que para o leigo, parece estar ligado a problemas da torre.

É também na Narração que a reportagem se refere a uma fala do lado brasileiro, inteiramente hipotética, que carece, assim, de força persuasiva, e gera descrença.

Em termos gerais, a reportagem é coerente, iniciando a Argumentação com um fato - o registro pela caixa-preta da ordem da torre - narrando e descrevendo elementos necessários para comprová-lo, e terminando por demonstrar que, tendo a referida ordem de primazia sobre o plano de voo, os pilotos nada mais fizeram que seguir essa ordem.

3.2.3 Análise Interacional: A Avaliatividade e a Modalidade e Demais Recursos Persuasivos

A fim de facilitar o acompanhamento da análise, trago novamente os procedimentos que aqui serão adotados:

- (a) **Avaliatividade** (em negrito sublinhado) e classificado entre colchetes, logo após o trecho em foco. ATITUDE: Afeto, Apreciação, Julgamento, Avaliação Social, (marcando com (+)/(-) se positiva/se negativa, respectivamente); Gradação (marcando ↑↓ para aumento ou diminuição, respectivamente).
- (b) **Modalidade** (em negrito + itálico, sublinhado).

- (c) **Discussão:** Serão retomadas as noções de Representação, Legitimidade, Vozes, Intertextualidade, Intersubjetividade, Alinhamento.

FLIGHT RECORDER IS SAID TO BACK AMERICAN PILOTS IN BRAZIL CRASH

Situação/Problema

The flight recorder transcript from the executive jet involved in Brazil's **worst** [Apreciação (-)] air disaster shows that its American pilots were told by air traffic control to fly at the **same** [Apreciação (-) token] as a Boeing 737 before the planes **apparently** collided over the Amazon rain forest, a newspaper reported Thursday.

One of the pilots, Joseph Lepore, 42, of Bay Shore, N.Y., was told by the tower in Sao Jose dos Campos to maintain an **altitude of 37,000 feet** [Apreciação (-) token] as he flew the jet on Sept. 29 beyond Brasilia, the capital, on a northwest path to Manaus, the newspaper Folha de S. Paulo quoted the transcript as saying.

That altitude **contradicted** [Apreciação (-)] the pilots' filed flight plan as well as established norms, which reserve odd-numbered altitudes for southbound flights.

The lawyer representing the pilots, Roberto A. Torricella Jr., who is based in Miami, said last Friday that his clients were at their assigned altitude, despite a flight plan that specified a **different** [Apreciação (-) token] altitude.

The Defense Ministry **was not immediately able** [Apreciação (-)] to confirm the report in the newspaper on Thursday, said a spokeswoman, Flavia de Oliveira. She said it would not have more information until air force officials return Monday from Canada, where black boxes from both planes were sent for analysis.

Folha, Brazil's **largest-circulation** [Apreciação (+)] daily, did not say how it obtained the transcript. The air force, which oversees Brazil's air traffic controllers, has not released it to the Brazilian federal police or to National Transportation Safety Board investigators.

Discussão: O estágio se inicia com a informação de que os pilotos americanos voavam na mesma altitude do *Boeing* seguindo orientações da torre sendo expressa por uma série de Apreciações negativas "... the worst air disaster...", "...The altitude contradicted the pilots' filed flight plan ..." e 2 tokens de Atitude, que apesar de apresentarem informação aparentemente neutra, auxiliam na construção de uma Representação negativa da situação para a torre de controle e positiva para os pilotos americanos. A voz do advogado dos pilotos empresta Legitimização à situação deles, uma vez que salienta o fato de seus clientes (os pilotos americanos) estarem na altitude designada, apesar do

plano de voo apresentar outra. A modalização (subcategoria da Modalidade de probabilidade) “... apparently...” também expressa uma certa falta de confiança nos dados até então apresentados pela mídia brasileira, desconfiança esta que, para o leitor, talvez alcance o próprio Ministério da Defesa brasileiro, já que este se apresenta um tanto cuidadoso ao passar informações “... said a spokeswoman, Flavia de Oliveira. She said it would not have more information until air force officials return Monday from Canada”. A única Apreciação positiva encontrada no estágio é expressa pela menção ao jornal Folha de São Paulo, o de maior circulação nacional, que veiculou a transcrição. O estágio transparece Alinhamento com o *Legacy*. Observamos a colocação de “Flight recorder transcript” e “One of the pilots, Joseph Lepore...” como Tema (sujeito psicológico) para orientar a interpretação do leitor visando o afastamento dele e consequentemente do *Legacy* de responsabilização pelo desastre.

Argumento do *Legacy*

After it **apparently** clipped the Embraer Legacy 600 executive jet, the larger plane, Gol Airlines Flight 1907, a Boeing 737, **crashed** [Apreciação (-)] into the Amazon jungle. All 154 people on board the large plane were **killed** [Avaliação Social (-)].

The Legacy's pilots -- employees of ExcelAire Service Inc. of Ronkonkoma, N.Y. -- were flying the Brazilian-made jet on its maiden voyage back to New York, and managed to land the **badly damaged** [Apreciação (-)] jet **safely** [Apreciação (+)]. They have been ordered to stay in Brazil during the investigation. The second pilot is Jan Paladino, 34, of Westhampton, N.Y.

Discussão: O estágio se inicia com a modulação (subcategoria da Modalidade de probabilidade) “...apparently...” expressando incerteza com os acontecimentos. Com Apreciações negativas, “... crashed into the Amazon jungle...” e “... land the badly damaged jet ...”, o estágio também fornece mais detalhes sobre as aeronaves “... Embraer Legacy 600...” e “... the larger plane, a Boeing 737”, e piloto “... The second pilot is Jan Paladino, 34...”. A única Apreciação positiva se dá com relação à capacidade dos pilotos do *Legacy* de, apesar de estarem com o avião bem danificado, terem conseguido pousá-lo com segurança. O estágio procura representar o acontecimento colocando o *Legacy* não como um responsável direto pelo desastre. Observa-se o Alinhamento com os pilotos americanos.

Argumento do Legacy

Mr. Torricella said Thursday that the Folha report **supported** [Apreciação (+)] the pilots' testimony to investigators.

"As we've maintained from the beginning, the pilots were cleared to Manaus for flight at three-seven-zero at the time of departure, and we're **confident** [Afeto (+)] that anyone that is able to hear the tower tapes or see a transcript of the instructions issued by the Sao Jose tower will hear the exact something," he said.

Discussão: O estágio se inicia com a voz do advogado dos pilotos afirmando que seus clientes tiveram orientação da torre para voar na altitude de 37 mil pés desde o momento da partida (São José dos Campos). O advogado busca a Legitimização por meio da racionalidade, sendo que, os procedimentos dos pilotos americanos estão à prova uma vez que as gravações e a transcrição das instruções recebidas da torre podem ser examinadas.

Argumento do Legacy

The tower instructions **may** have been the first of a series of **problems** [Apreciação (-)] that led to the **crash** [Apreciação (-)].

As the Legacy approached Brasilia, the plane **lost** [Apreciação (-)] radio contact with the control tower. The Legacy's transponder, which signals the plane's location to the tower and other airplanes, also **stopped working** [Apreciação (-)].

Just what caused the **failures** [Apreciação (-)] remains unclear, but from that point on, both the pilots and the air traffic controllers **lacked critical information** [Apreciação (-)]. Controllers had no way of knowing the smaller plane's altitude.

Discussão: O estágio se inicia com a modalização "... may have been ..." (subcategoria da Modalidade) de probabilidade apresentando as instruções da torre como sendo possivelmente o primeiro elemento passível de responsabilização pelo ocorrido. As Apreciações negativas gradativamente cooperam para a construção de uma Representação específica em relação ao caso: os pilotos não tiveram culpa alguma, as instruções da torre bem como o mau funcionamento dos equipamentos a bordo "... the plane lost radio contact ..." e "... The Legacy's transponder ... also stopped working ..." foram os elementos principais que somados culminaram com o desastre.

Argumento do Boeing

Brazilian officials have insisted the Legacy **should** have returned to its **original flight plan** [Apreciação (+) token] after **losing contact** [Apreciação (-)] with the control tower.

That plan **would have** mostly kept the smaller jet at 36,000 feet after Brasilia, and **out of the path** [Apreciação (+) token] of the 737, which was flying at its customary altitude of 37,000 feet.

Instead, both planes remained on a **collision** [Apreciação (-)] course.

Discussão: O estágio tem seu início com a modulação (subcategoria da Modalidade) de obrigatoriedade “... the Legacy should have returned ...” expressando a voz das autoridades brasileiras com relação ao procedimento do *Legacy* e Apreciações negativas “... after losing contact ...” e “... both planes remained in a collision course ...”, também direcionadas ao *Legacy*. Este estágio traz a Representação que as autoridades brasileiras fazem do ocorrido - o *Legacy* é o responsável pelo desastre. A voz das autoridades brasileiras empresta Legitimização de maneira bem tímida para com o ocorrido. O estágio apresenta um Alinhamento com o *Boeing*.

Avaliação

But aviation experts say orders from air traffic controllers always take precedence over flight plans.

Discussão: O estágio final desta reportagem apresenta, como estratégia para Legitimização, a voz de *experts* apoiando o procedimento dos pilotos do *Legacy*. Mais uma vez, há Alinhamento com os pilotos americanos.

3.2.3.1 Discussão Geral: A Avaliatividade e a Modalidade e Demais Recursos Persuasivos

A reportagem apresenta desde a sua parte inicial a defesa dos pilotos americanos com relação aos procedimentos em cabine. Observa-se a voz do advogado já levantando questionamento com relação à altitude de voo. O primeiro estágio apresenta Apreciações negativas e modalizações que ajudam no processo de Representação dos fatos.

Nesse processo de Representação, o *Legacy* é que sofre levemente a batida por parte do *Boeing* da Gol, uma vez que estava na altitude orientada pela torre para voo. Após a colisão, com Apreciação positiva, os pilotos americanos conseguiram pousar com segurança a aeronave mesmo bem avariada.

A voz do advogado dos pilotos é empregada com vistas à construção da Legitimização da defesa dos americanos. Observamos que, objetivando solidimentar a defesa dos seus clientes, ele apresenta o jornal *Folha* como que apoiando o depoimento dos pilotos do *Legacy*, conseqüentemente, criando uma certa isenção em termos de responsabilidade pelo desastre, uma vez que o jornal procede assim por ter tido acesso às transcrições.

A Representação que essa reportagem constrói dos fatos, quase que em sua íntegra, é a de que fazendo uso de uma série de Apreciações negativas e modalizações, o desastre se deu em decorrências de informações desconstruídas que partiram da torre de controle, de um plano de voo com dados contraditórios, bem como do mau funcionamento de equipamentos. Para as autoridades brasileiras, essa não é explicação nua e crua dos acontecimentos. Entretanto, a Representação construída pela reportagem é convincente para o leitor porque faz uso de estratégias retóricas capazes de, por exemplo, apresentar os pilotos americanos como que totalmente inocentes e isentos de qualquer responsabilização. No final, a Legitimização, que se dá por meio da voz de *experts*, serve de apoio importante nesse jogo de defesa entre as partes.

3.3 Discussão Comparativa

A reportagem do jornal *O Estado de São Paulo* (OESP) tenta argumentar que o *Legacy* voava a uma altitude errada (37 mil pés, em vez de 36 mil pés). Porém, a reportagem apoia-se em Argumentação não consistente, trazendo declarações vagas como “Alguém deve ter saído do plano (original) de voo”. A reportagem, no entanto, tenta ser imparcial, embora com alguma tendência a apresentar favoravelmente o lado brasileiro (em outras palavras, era o *Legacy*, e não o *Boeing*, que devia alterar a rota).

Já o *The New York Times* (NYT), para mostrar a inculpabilidade do *Legacy*, desenvolve uma estrutura argumentativa focada na informação da caixa-preta, em que fica patente a ordem da torre de controle em São José dos Campos, de o *Legacy* voar a 37mil pés de altura. Após sugerir que o *Boeing* teria batido no *Legacy*, causando-lhe muitos danos. Quanto à questão de o *Legacy* não ter mudado de altitude, o jornal passa a questionar o funcionamento da torre de controle, que teria deixado de se comunicar com os pilotos.

A análise dos Modos Textuais revela no texto brasileiro a presença em grande parte de Narração com depoimentos de pilotos, comandante da aeronáutica, mas que por falta de Garantia passam tom vago e cauteloso. Há também muitos trechos descritivos referentes à altura certa ou errada dos aviões, na tentativa de caracterizar o pano de fundo da Argumentação, mas que por falta da caixa-preta não pode ser garantida.

O texto do NYT, ao narrar e descrever os fatos que cercaram a queda do avião da Gol, cita fatos que tendem a incriminar o lado brasileiro, iniciando-se pela ordem dada aos pilotos do *Legacy* - devidamente registrada na caixa-preta - e passando para a perda de contato com a torre de controle e o problema do *transponder*, que para o leigo, parece estar ligado a problemas da torre.

A análise da Avaliatividade e da Modalidade, na reportagem do OESP, faz notar o estabelecimento da chamada política da Representação, que responde pela produção de situações em que significados ambíguos são destilados para fazer prevalecer um deles, no caso a responsabilidade do *Legacy* pelo acidente.

De sua parte, o NYT, emprega a voz do advogado dos pilotos com vistas à construção da Legitimação da defesa dos americanos. A Representação que a reportagem constrói sobre os fatos, recorre às Apreciações negativas referentes ao avião brasileiro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornal é um veículo midiático de informação muito importante e, ao mesmo tempo, de força persuasiva poderosa. Suas folhas carregam reportagens, artigos, que parecem simplesmente informar, mas escondem o potencial de expressar intenções, interesses, valores e cultura construindo identidades individuais e sociais para exercer influência na constituição de uma comunidade.

Fiz uso desse veículo para extrair os dados que compõem minha pesquisa: dois artigos de jornal, um publicado no *O Estado de São Paulo*, e o outro no *The New York Times*, que relatam o desastre aéreo que envolveu duas aeronaves, um *Legacy* e um *Boeing*. Por que há tão distintas Representações desenvolvidas desse mesmo acontecimento?

No desenrolar da pesquisa, pude perceber que a linha de estrutura de um texto, cada escolha léxico-gramatical realizada, tudo passa pelo ponto de vista de alguém, ou de uma instituição, que faz sua Representação da realidade, sempre levando em conta o *frame* do interlocutor, para, assim, fazê-lo aceitar seus argumentos.

A Gramática Sistêmico-Funcional ofereceu-me, juntamente com algumas outras teorias - a Teoria da Argumentação e a Linguística Crítica - subsídios importantes para melhor compreender não apenas como se dá a construção do significado, mas os movimentos dialógicos que norteiam o uso argumentativo da linguagem, calcados na noção de que qualquer aspecto da estrutura linguística carrega significação ideológica. Diferenças em expressão trazem distinções ideológicas e, assim, também diferenças de Representação, como diz Fowler.

Esta pesquisa me proporcionou uma melhor compreensão do conceito de linguagem como um complexo sistema semiótico organizado em níveis (semântico, léxico-gramatical, fonológico e pragmático), o que tem constituído um grande apoio para transmitir sobre a redação de um texto argumentativo, não só o recurso da persuasão explícita, mas também a que se escuda em recursos retóricos, que camuflam a persuasão óbvia e perceptível ao interlocutor.

REFERÊNCIAS

- ABREU, A. S. **A Arte de Argumentar: Gerenciando Razão e Emoção**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.
- BAKHTIN, M. M. **Speech Genres and Other Late Essays** [1935]. (trans. McGee) Austin: University of Texas Press, 1986.
- BEDNAREK, M. A. Frames revisited - the coherence-inducing function of frames. **Journal of Pragmatics** 37.5, p. 685-706, 2005.
- BROWN, P; LEVINSON, S. **Politeness: some universals in language usage**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- CANN, R. **Formal Semantics. An introduction**. Cambridge UP, 1993.
- CHANG, G.; MEHAN, H. B. Discourse in a religious mode: The Bush administration's discourse in the war on terrorism and its challenges. **Pragmatics** 16.1, p. 1-23, 2006.
- COFFIN, C. The voices of history: Theorising the interpersonal semantics of historical discourse. **Text**, 22(4), p. 503-528, 2002.
- DASCAL, M . **Interpretação e compreensão**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2005.
- DU BOIS, J. **Taking a stance: Constituting the stance differential in dialogic interaction**. Trabalho apresentado na The Annual Meeting of the American Anthropological Association, San Francisco, November 18, 2000.
- _____. **Stance and consequence**. Paper given at the Annual Meeting of the American Anthropological Association, New Orleans, November 21, 2000.
- _____. **The intersubjectivity of interaction**. Paper given at the Tenth Biennial Rice University Symposium on Linguistics: 'Stancetaking in Discourse: Subjectivity in Interaction', Rice University, April, 2004.
- EISENBERG, E. Ambiguity as strategy in organizational communication. **Communication Monographs**.vol. 51 no. 3, 1984.
- FAIRCLOUGH, N. **Discourse and social change**. Cambridge MA, USA: Blackwell Publishers Inc, 1992.
- _____. **Critical discourse analysis: the critical study of language**. London:Longman, 1995.
- FINEGAN, E. Subjectivity and subjectification. In: DIETER, S.; WRIGHT, S. (Ed.) **Subjectivity and subjectivization: linguistic perspectives**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p.1-15.
- FIRTH, J.R. The technique of Semantics. **Transactions of the Philological Society**, p. 36-72. 1935.

- _____. **Papers in Linguistics** 1934-1951, Oxford, Oxford University Press, 1957.
- FLØTTUM, K. The self and the others – polyphonic visibility in research articles, *International Journal of Applied Linguistics* 15, p. 29-44, 2005a.
- _____. EU discourse: Polyphony and unclearness. *Journal of Pragmatics* 42, p.990-999, 2010.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Petrópolis Lisboa. Vozes Centro do Livro Brasileiro, 1972, p. 98.
- FOWLER, R. **Linguistic Criticism**. Oxford: Oxford University Press, 1986, p.17.
- _____. Notes on critical linguistics. In: R. Steele e T. Treadgold. **Language topics: essays in honour of Michael Halliday**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1987.
- _____. **Language in the news**. NY: Routledge, 1991, p. 89.
- GALTUNG, J.; RUGE, M. Structuring and selecting the news. In S. Cohen and J. Young (eds.), **The manufacture of news London: Constable**, 1973.
- GOFFMAN, E. **Frame Analysis**. New York: Harper and Row, 1974.
- _____. **Forms of Talk**. Blackwell: Oxford, 1981.
- GOODWIN, C; GOODWIN, M.H. Concurrent operations of talk: Notes on the interactive organization os assessments. *Papers in Pragmatics* 1 (1), p.1-54, 1987.
- HALLIDAY, M.A.K. Notes on transitivity and theme in English. *Journal of Linguistics*. v. 3.1, 1967.
- _____. **Language as social semiotic: The social interpretation of language and meaning**. London: Edward Arnold, 1978, p. 112-113.
- _____. **Spoken and Written Language**. Geelong: Deakin University Press, 1985.
- _____. **An Introduction to Functional Grammar**. London: Edward Arnold, 1994.
- HALLIDAY, M.A.K; HASAN, H. **Cohesion in English**. Longman, p. 26-27, 1976.
- HALLIDAY, M.A.K.; MATTHIESSEN, C. **An introduction to functional grammar**. London: Arnold, 2004.
- HERMANS, H; DIMAGGIO, G. Self, identity, and globalization in times of uncertainty: A dialogical analysis. *Review of General Psychology*, 11(1), p. 31-61, 2007.
- HOEY, M. Signalling in Discourse: a Functional Analysis of a Common Discourse Pattern in Written and Spoken English. In **Advances in Written Text Analysis**, Coulthard, M. (ed.), London, Routledge, 1994.

_____. **Textual Interaction: An Introduction to Written Discourse Analysis.** London: Routledge, 2001.

HUNSTON, S. Evaluation and ideology in scientific writing. In M. Ghadessy (ed.) Register analysis. **Theory and practice.** London: Pinter, 1993.

_____. Evaluation an Organization in a Sample of Written Academic Discourses. In Coulthard, Malcolm (ed.) **Advances in written text analysis.** London: Routledge. 1994, p. 191-218.

_____. Evaluation and the planes of discourse. In Hunston, S. and Thompson, G.(eds.). **Evaluation in text. Authorial stance and the construction of discourse.** Oxford: Oxford University Press. 2000, p.143–207.

JOHNSON, R. H. **Manifest Rationality: A Pragmatic theory of argument.** Lawrence Erlbaum Associates, Mahwah, NJ, 2000.

KÄRKKÄINEN, E. Stance taking in conversation: From subjectivity to intersubjectivity. **Text and Talk**, 26.6, p. 699-731, 2006.

KITIS, E.; MILAPIDES, M. Read it and believe it: How metaphor constructs ideology in news discourse - A case study. **Journal of Pragmatics**, v. 28, p. 557-590, 1997.

KOCKELMAN, P. Stance and Subjectivity. **Journal of Linguistic Anthropology**, vol. 14, issue 2, 2004.

LAKOFF, G. **Metaphor and War: The Metaphor System Used to Justify War in the Gulf**, 1991. disponível em <http://www2.iath.virginia.edu/sixties/HTML_docs/Texts/Scholarly/Lakoff_Gulf_Metaphor_1.html> Acesso em: 20 out. 2014.

LAPA, M.R. Estilística da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1965.

LAUERBACH, G. Argumentation in political talk show interviews. **Journal of Pragmatics**, v.39, p.1388-1419, 2007.

LEE, S.H. An integrative framework for the analyses of argumentative / persuasive essays from an interpersonal perspective. **Text and Talk**, v.28, n.2, p. 239-270, 2008.

LEITCH, S; DAVENPORT, S. Strategic ambiguity as a discourse practice: the role of keywords in the discourse on 'sustainable'biotechnology. **Discourse Studies**, 9(1), p. 43-61, 2007.

LEMKE, J. L. Intertextuality and educational research. **Linguistics and education** 4(3-4), p. 257-268, 1992.

_____. Intertextuality and text semantics. In: Fries, P. and Gregory, M (eds) **Discourse in Society: Systemic Functional Perspectives.** Norwood, New Jersey: Ablex, 1995a.

_____. Resources for attitudinal meaning; Evaluative orientations in text semantics. In: **Functions of Language**, 5 (1). p. 33-56, 1998.

LI, J. Transitivity and lexical cohesion: Press representation of a political disaster and its actors. *Journal of Pragmatics*, 42.12, p.3444-3458, 2010.

LUCHJENBROERS, J; ALDRIDGE, M. Conceptual manipulation by metaphor and frames: dealing with rape victims in legal discourse. *Text and Talk*, 27-3, p. 339-359, 2007.

MARTIN, J. R. Language, register and genre. In: CHRISTIE, F. (Org.). **Children writing: a reader**. Geelong, Vic.: Deakin University Press, 1984, p. 21-29.

_____. **English text - System and structure**. Philadelphia/ Amsterdam, John Benjamins Publishing Company, 1992

_____. Beyond Exchange: APPRAISAL Systems in English, in *Evaluation in Text*, Hunston, S. and Thompson, G. (eds), Oxford, Oxford University Press, 2000.

_____. Introduction, Special issue on Appraisal. *Text* 23(2), p. 171–181, 2003.

_____. **English text**. Amsterdam: John Benjamins, 1992.

_____. Interpersonal Meaning, Persuasion, and Public Discourse: Packing Semiotic Punch, *Australian Journal of Linguistics* 15, p. 3-67, 1995a.

_____. Reading Positions/Positioning Readers: JUDGEMENT in English, *Prospect: a Journal of Australian TESOL* 10 (2), p. 27-37, 1995b.

_____. Analysing genre: functional parameters. In: F. Christie & J. R. Martin. Eds. **Genre and Institutions: social processes in the workplace and school**. London: Cassell, 1997.

MARTÍN ROJO, L., VAN DIJK, T. There was a problem, and it was solved! Legitimizing the Expulsion of Illegal Immigrants in Spanish Parliamentary Discourse. *Discourse and Society* 8(4), p. 523-567, 1997.

MATTHIESSEN, C.M.I.M. **Lexicogrammatical cartography: English systems**, Tokyo, International Language Sciences Publishers, 1995.

MEHAN, H. The discourse of illegal immigration debate: a case study in the politics of representation. *Discourse and society*, v. 8, no. 2, 1997.

MILLER, C. Genre as social action. *Quarterly Journal of Speech*, London, 1984.

OCHS, E.; SCHIEFFLEN, B. Language has a heart. In: OCHS, E. The pragmatics of affect. *Text*, v. 9, n. 1, p. 7-25, 1989.

OLIVEIRA, U.T.V. **A crítica ao poder em textos líricos dos séculos XIII, XVII e XX: Um enfoque Sistêmico-Funcional**. 2014. 133 f. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, São Paulo.

OSWALD, S. Towards an interface between Pragma-Dialectics and Relevance Theory. *Pragmatics and Cognition* 15.1, p. 179-202, 2007.

- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **The new rhetoric. A treatise on argumentation**. Translated by Wilkinson, J. and Weaver, P. London: University of Notre Dame Press, 1969.
- PERRY, J. From Worlds to Situations. *Journal of Philosophical Logic*, 15, p. 83 - 107, 1986.
- PINTO, R. C. **Argument, Inference and Dialectic**, Kluwer Academic Publishers, Dordrecht, 2001.
- PORTA, M.A.G. **A filosofia a partir de seus problemas**. SP: Editora Loyola, 2002.
- REYES, A. Strategies of legitimization in political discourse: From words to actions. *Discourse and Society*, v. 22, n.6, p. 781-807, 2011.
- REYNOLDS, M. Texture and structure in genre. *Revue Belge de Philologie et D'Histoire. Special issue: Genre Theory: New Perspectives*, v. 73, n. 3, p. 686-97, 1997.
- _____. The blending of narrative and argument in the generic texture of newspaper editorials. *International Journal of Applied Linguistics*, v.10, n.1, p. 25-40, 2000.
- SPERBER, D.; WILSON, D. **Relevance: Communication and cognition**. Oxford: Blackwell, 1995.
- STENVOLL, P; SVENSSON, D. **Contextualisation of text, textualisation of context**. Trabalho apresentado no EURUN, oficina sobre texto e contexto, 2007.
- THOMPSON, G.; THETELA, P. The sound of one hand clapping: the management of interaction in written discourse. *Text* 15-1, 103-127, 1995.
- THOMPSON, G. Voices in a text: Discourse perspectives in language reports. In: *Applied Linguistics*, vol. 17. No.4, p.501-530, 1996.
- _____. Resonance in text. In: SANCHEZ-MACARRO e CARTER, R. (eds.) **Linguistic choice across genres: variation in spoken and written English**. London: John Benjamins, 1998.
- _____. Interaction in academic writing: Learning to argue with the reader. *Applied Linguistics*, 22-1, Oxford University Press, p. 58-78, 2001.
- _____. **Introducing functional grammar**. 2nd Edition. London: Arnold, 2004.
- THOMPSON, J.B. **Studies in the theory of ideology**. Polite Press, 1984.
- TOULMIN, S. **The Uses of Argument**. Cambridge: Cambridge University Press, 1958, p. 94-107.
- VAN DIJK, T. Structures of News in Press. In: T.A Van Dijk (Ed.) **Discourse and Communication: News approaches to the analysis of mass media discourse and communication**. Berlin, De Gruyter, p. 69-93, 1985.

_____. Discourse and cognition in society . In: *D. Crowley and D. Mitchell, Communication Theory Today*. Oxford: Pergamon Press, 1993, p. 107-126.

_____. What is political discourse analysis? Key-note address Congress Political Linguistics. Antwerp, 7-9 -December 1995. In: Jan Blommaert and Chris Bulcaen (Eds.), *Political linguistics*. Amsterdam: Benjamins, 1997, p. 11-52.

_____. *Discourse and power*. Houndmills, Basingstoke, Hampshire and New York: Palgrave Macmillan, 2008.

VAN EEMEREN.F. H; GROOTENDORST, R. **Argumentation, Communication and Fallacies. A pragma-dialectical perspective**. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum. 1992.

_____. **A systematic theory of argumentation. The pragma-dialectical approach**. Cambridge: University Press, 2004.

VAN EEMEREN, F.H; GROOTENDORST, R.; SNOECK HENKEMANS, A.F. **Fundamentals of argumentation theory: A handbook of historical backgrounds and contemporary developments**. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum,1996, p. 164.

VAN LEEUWEN, T. **Global Media Discourse**. London: Routledge, 2007

VESTERGAARD, T. That's not news: persuasive and expository genres in the press. In: A. Trosborg, **Analysing professional genres**. Amsterdam: John Benjamins, 2000, p. 97-119.

VIGNER, G. Técnicas de aprendizagem da argumentação escrita. In: D. Coste et al, **O texto, leitura e escrita**. São Paulo: Pontes, 1988.

VOLOSHINOV, V. N. **Marxism and the philosophy of language**. MA: Cambridge University Pres, 1973.

WHITE, P. R. R. Beyond modality and hedging: A dialogic view of the language of intersubjective stance. *Text. Interdisciplinary Journal for the Study of Discourse*, 23 (2), p. 259–284, 2003.